

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE CAMPINAS

GRÃO-CHANCELER

Dom Gilberto Pereira Lopes

MAGNÍFICO REITOR

Prof. Pe. José Benedito de Almeida David

VICE-REITOR PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS

Prof. José Francisco B. Veiga Silva

VICE-REITOR PARA ASSUNTOS ACADÊMICOS

Prof. Carlos de Aquino Pereira

INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS

Prof^a Maria Salete Zulzke Trujillo

Endereço para Correspondência:

Revista Notícia Bibliográfica e Histórica
Caixa Postal 1539 - 13020-904 - Campinas, SP

NOTÍCIA BIBLIOGRÁFICA E HISTÓRICA

Responsável

ODILON NOGUEIRA DE MATOS

Pontifícia Universidade Católica de Campinas

ANO XXXII - Nº 176 ISSN-0101-4919 JANEIRO - MARÇO 2000

SUMÁRIO

Para a boa compreensão das revoluções	3
Odilon Nogueira de Matos	
Apenas Refletindo	5
Maria Lúcia de Souza Rangel Ricci	
Villegagnon: vilão ou herói?	9
Vasco Mariz e Lucien Provençal	
Trezentos anos de pesquisa histórica em Pernambuco	40
Leonardo Dantas Silva	
Dissidência no PRP (1915-1921)	58
José Carlos Neves Lopes	
Arte Sacra popular e o santeiro na imaginária popular paulista	68
Regina Dragiça Kalman	

De uma pasta de velhos recortes

Euclides, historiador	84
Almeida Magalhães	

*

Textos (sugestões para seminários)

Caráter da Independência (Euclides da Cunha)	88
As minorias raciais na democracia americana (Tocqueville)	

*

Memória Campineira

Temporadas líricas (Benedito Barbosa Pupo)	91
--	----

*

Vultos da Historiografia Brasileira

Euclides da Cunha	93
-------------------------	----

*

Seleta

O papel da Regência (Euclides da Cunha)	97
---	----

*

Rabiscos de um escrevinhador

Caractacus	107
Lacunas, omissões, falhas	108
A propósito do segundo João Strauss	110
Evocações natalinas	112

PARA A BOA COMPREENSÃO DAS REVOLUÇÕES

Odilon Nogueira de MATOS

Mais que simples episódios históricos, os movimentos revolucionários constituem um processo cujo desenvolvimento transcende de muito as balizas cronológicas com que se costuma marcar os eventos da História. Eis porque é fácil marcar quando eles começam, mas dificilmente se poderá marcar seus termos. Aliás, já se disse que as revoluções nunca terminam... Convencionou-se marcar uma data para o início da Revolução Francesa: o 14 de julho de 1789, com a tomada da Bastilha. Mas, quem poderá dizer quando ela terminou? Ou será que terminou?

Aqui, cabe, antes de tudo, considerar numa revolução seu ponto-de-vista militar e seu ponto-de-vista civil. É claro que do ponto-de-vista militar ela tem começo e tem fim. Poder-se-á precisar até o minuto decisivo em que o primeiro tiro foi disparado ou o minuto também decisivo em que a ordem de cessar fogo foi dada. Mas, do ponto-de-vista civil, o processo não é tão simples. É fácil dizer que a revolução de 1930 terminou com a deposição de Washington Luís no dia 24 de outubro. Mas, do ponto-de-vista civil poder-se-á dizer que é justamente nesse momento que ela começa. E terá terminado?

Hélio Silva, no seu magnífico painel do ciclo de Vargas, denominou-a de “revolução traída”. Talvez tenha sido. Mas eu preferiria denominá-la de “revolução inacabada” ou “incompleta”, se preferirem. Especialmente se a considerarmos pela sua preocupação salvacionista, para a qual o programa da “Aliança Liberal” trazia, de fato, um bom subsídio, mas muito longe de atender aos anseios do país. E o próprio Vargas a traiu (talvez venha daí o nome que Hélio Silva deu à revolução),

pois o regime que dela resultou não chegou a durar dez anos. E a Constituição (segunda da República), pela qual São Paulo promoveu uma revolução, durou pouco mais de três anos, enquanto que a primeira durara quarenta e a do Império durara mais de setenta... Mais ainda: nessa própria Constituição de 1934, Vargas descobriu os pontos fracos que o levaram a aboli-la e a implantar o lamentável “Estado Novo”, que envelheceu mais depressa do que seus corifeus poderiam imaginar.

Tais considerações vieram-me à mente a propósito de uma notícia de que um grupo de estudos históricos de uma das muitas universidades federais existentes no país está pretendendo descobrir algo de novo nos movimentos revolucionários da década de 20, a começar pela de 1922, celebrizada pela marcha dos “18 do Forte”, movimento que mereceu um volume especial de Hélio Silva, a que sugestivamente intitulou “Sangue na areia de Copacabana”. Movimento quixotesco, de valor mais simbólico que real, faz iniciar, contudo, o que se poderia denominar “processo revolucionário” da vida brasileira.

De 1922 até hoje, mais de setenta anos decorridos, quantos marcos poderá encontrar o analista de nossa história, verdadeiras “estações” num caminho nem sempre muito tranquilo, mas que deverá ser seguido e nas quais deverá parar para algumas meditações: 1924, 1926, 1930, 1932, 1935, 1937, 1938, 1945, 1954, 1955, 1961, 1964, 1968, 1977, 1984... E talvez mais algumas a assinalarem paradas ou “estações” na “via crucis” de nossa história contemporânea.

O importante a registrar é que todos esses movimentos (ora políticos, ora militares) estão sendo objeto de revisão e estudos mais aprofundados, inclusive como temas de trabalhos universitários, o que nos leva a crer que, no futuro, possamos ter, desse nosso processo revolucionário, uma visão bem mais segura, isenta das inevitáveis paixões que pontilham os escritos “au jour” que começaram a aparecer terminadas as manifestações externas dos movimentos.

APENAS REFLETINDO...

Maria Lúcia de Souza Rangel RICCI

Não resta dúvida que frente a atual globalização que permeia o mundo contemporâneo, impõe-se cada vez mais a aproximação da sociedade com a tecnologia, apesar das tensões advindas desse processo sobremaneira sentidas na chamada América Latina.

É indiscutível também a função social da tecnologia nos distintos modos de sociedade o que nos leva a perceber o significado da formação das novas gerações rumo ao desenvolvimento do conhecimento, bem assim dos espaços de confrontação de idéias e de sistemáticas investigações para a plena compreensão e aplicação de novas técnicas às abordagens sociais, levando a sociedade a pensar criticamente, a produzir teorias para melhor empreender nos próximos anos e poder, de fato, não ficar ao nível das teorizações, mas sim, com trocas adequadas às diferentes realidades sociais.

Se formos rever as iniciativas políticas havidas no contexto latino-americano (só como exemplificação) nos últimos vinte anos, observaremos que muitas *normas* adotadas não funcionaram por suas implementações ortodoxas, por transferências conceituais, onde a dinâmica das idéias e da produção foram praticamente deixadas de lado, a construção da cidadania deixou de ser crítica para ser forçada, mesmo porque o diálogo, tão importante com a sociedade, não ocorreu da forma como era esperado. Nesse sentido a *promessa de inclusão social* não se concretizou, permitindo antes a marginalização.

A conjuntura de pelo menos dois fatos mundiais - o fim da Guerra Fria e a rápida escalada ao poder dos grandes conglomerados econômicos-ocasionaram profundas transformações ao cotidiano

latino-americano onde as megafusões acabaram por transformar seu dia-a-dia em campos de lutas.

Os indivíduos tornaram-se cada dia mais imediatistas aproveitando *os momentos* e, assim, os valores familiares e de cidadania ficaram relegados a segundo plano. De outro lado, as empresas globais com o compromisso de preservar ambientes e sociedades, quando se dispõem a tal realização, fazem apenas como mérito e não como dever.

O crescimento desordenado das cidades, a violência generalizada, a perda de referências culturais; só para pontuar alguns momentos, significam a perda de qualidade de vida para seus moradores. Está sendo complexo à América Latina conjugar tradição e modernidade e os desenvolvimentos tecnológicos.

Consultando o informe do PNUD sobre desenvolvimento humano neste último ano do século, constatei que houve aumento da distância entre ricos e pobres, mesmo porque os chamados frutos da globalização, da tecnologia, não chegaram a milhões de pessoas.

Há toda uma tentativa de convencimento no sentido de que a democracia é o meio para reduzir e resolver conflitos múltiplos; mas, parece-nos improvável que ela, por si só, pelo menos a curto prazo, possa acalmar o tipo de tensões causadas: e, apenas lembrando, pelas rivalidades étnicas e religiosas e pelas profundas desigualdades sociais. Sobremaneira onde as democracias são frágeis (ou seja, onde os cidadãos não desenvolveram um sentido de responsabilidade) os indivíduos estão sendo levados a se identificar com um grupo social, religioso ou étnico em particular, em oposição a outros, acarretando, com isso, um desenvolvimento democrático distorcido.

Os direitos fundamentais que dão origem à cidadania - processo ainda em desenvolvimento na América Latina - historicamente iniciaram-se com o surgimento dos direitos civis, principiando ao longo do século XVIII sob a forma de direitos de liberdade, direitos esses que visam garantir o espaço do indivíduo frente ao poder do Estado, considerando que o indivíduo não viole os direitos dos outros.

A cidadania, por sua feita, enquanto igualdade básica de participação na sociedade, é viabilizada com a concretização dos direitos e o cumprimento dos deveres, sendo um construído da convivência

coletiva que, basicamente, requer acesso ao espaço público; privilegiando; pois, a efetividade de todos os direitos do indivíduo, grupo e comunidade.

Em decorrência da sociedade latino-americana possuir frágil cultura política decorrente de práticas pouco democráticas (em verdade autoritárias), até hoje o problema é crucial, obstaculizando o resgate de valores históricos básicos para a construção de uma nova cidadania, de uma nova cultura política que venha por fim à ignorância da condição de *massa de manobra*.

Levando em conta que o momento ora vivenciado - a entrada de um novo milênio - e só essa marca já bastaria para uma reflexão de todos nós, parece-nos que o básico é ter sempre em mente que toda a humanidade assistiu, nessas últimas décadas, o surgimento de novas realidades num ritmo tal que ousaria dizer nunca foi experimentado. Tal aceleração, digamos progressista, afetou profundamente as relações sociais, acarretando também novos problemas, fazendo com que os tidos modelos do passado ficassem superados. Por isso, acreditamos necessário um *balanço* das conquistas, dos erros e, principalmente, um sério planejamento de novas ações, uma diretriz para uma *nova sociedade*, a fim de melhor sobreviver na globalização.

Nesse sentido não poderíamos deixar de lembrar, entre tantos outros - Manuel Castells - que nos chama a atenção, particularmente para a megacidade, como sendo o lugar onde a humanidade poderá produzir o melhor e o pior, pois, nela é que a globalização se materializa e, como contrapartida, propiciando também a exclusão das populações que não lhe interessam. Nela surge miséria, injustiça, violência, inovação tecnológica, associada à reestruturação do capitalismo, ao avanço científico, a gestão das empresas. E com isso, *a exclusão social e as novas formas de exploração estão gerando resistências* (até porque onde há opressão há resistência a ela), *em lugar de responder ao global a partir dele*. Daí a importância, quer nos parecer, da ampla mobilização da sociedade civil, politicamente articulada, a fim de propiciar as inúmeras tendências da mudança, onde política social e cultural venham aliviar as duras expressões da pobreza. Como efetivá-las? Através, entre outros caminhos, na produção da informação do conhecimento na agricultura, indústria, tecnologia e na múltipla gama de prestação de serviços, sempre levando em conta a economia informal, que não se constitui em passado

na América Latina, pois, tudo leva a crer, persistirá no futuro. O grande obstáculo é de como o Estado garantirá proteção social a essa economia. Pensamos, então, que uma política flexível, integradora é necessária no momento vivenciado, onde as *ciudades latino americanas pudessem ser pensadas como cultura, como vivência, superando batalhas corporativas e abrindo espíritos*, uma vez que é notória a avalanche urbana metropolitana das áreas latino-americanas onde as organizações são difusas e dispersas. Vamos então nos dispor, unidos, a transpor esses e muitos outros desafios? E, se possível, lembrando o escritor francês - Émile Zola (1837-1902) - quando nos deixou esta feliz mensagem: *As dificuldades são exatamente como as montanhas. Elas só se aplainam quando avançamos sobre elas!*

VILLEGAGNON: VILÃO OU HERÓI?

por Vasco MARIZ¹
Lucien PROVENÇAL²

Nicolas Durand de Villegagnon é um personagem que sempre despertou bastante interesse dos estudantes de história do Brasil. Em especial dos habitantes do Rio de Janeiro e Niterói, que passam quase diariamente defronte à ilha de Villegagnon, na baía de Guanabara, onde está instalada a nossa Escola Naval. E esses interessados em história ficam imaginando como teria sido mesmo a aventura da França Antártica. Já os francófilos ardentes especulam como seria o Brasil de hoje, se a colônia francesa no Rio de Janeiro tivesse se firmado e houvesse se expandido pela costa brasileira, como planejava Villegagnon. Afinal, não teria sido difícil expulsar os portugueses, se a metrópole francesa não estivesse em sérias dificuldades políticas e financeiras e houvesse fornecido a Villegagnon os meios necessários.

Como estamos festejando os 500 anos do descobrimento oficial do Brasil, justifica-se um estudo objetivo da França Antártica e sobretudo de seu controvertido líder, o primeiro "vice-rei do Brasil", Nicolas Durand de Villegagnon. A idéia deste estudo surgiu de uma conversa em Paris, em dezembro de 1998, entre os dois autores: um embaixador brasileiro aposentado, membro titular do IHGB, e um oficial da marinha francesa ligado ao Brasil, apaixonado pela história da marinha de seu país. Comentávamos o injusto esquecimento de Villegagnon na França, onde não existe uma só rua, um único busto seu, ou qualquer outra homenagem significativa que perpetue o seu nome na sua pátria. Somente

(1) Membro titular do IHGB.

(2) Comandante da Marinha de guerra da França.

a sua pequena cidade natal, Provins, ao sul de Paris, recorda o seu nome em uma placa comemorativa, na casa onde ele teria nascido em 1510.

O dicionário Larousse nos oferece um pequeno verbete de Provins: "principal cidade do distrito de Sena e Marne, na região do Brie. 12.200 habitantes, que se denominam *provinois*. Centro turístico e comercial. Torre medieval, conhecida como Torre de Cesar, e muralhas dos séculos XII e XIV. Residências e edifícios antigos, como o Museu Provinois". É justo lembrar ainda que Provins é hoje conhecida na França por causa de seu ex-prefeito, Alain Peyrefitte, acadêmico e ex-ministro do General De Gaulle.

Como uma parte dos historiadores das academias militares francesas ignora o nome de Villegagnon, nossa curiosidade levou-nos a procurar documentar-nos, no Brasil e na França, sobre essa figura admirável, segundo alguns autores, ou vilão execrável, de acordo com outros historiadores influenciados pela disputa religiosa do seu tempo. Os interessados encontrarão no final deste trabalho a relação da bibliografia existente na França e no Brasil, que não deixa de ser relativamente numerosa, embora com poucas obras de real mérito e razoável imparcialidade. Destacamos, na França, as biografias de Heulhard e Peillard, e no Brasil, a história romaneada de Villegagnon, de Chermont de Brito. Quando falamos em imparcialidade é preciso ter cuidado, pois em relação ao nosso herói não há indiferentes: os autores ou são entusiastas, ou são freneticamente restritivos ou negativos. O principal motivo dessa veemente oposição foi de fundo religioso: os autores protestantes acusam Villegagnon de todos os crimes e ignomínias imagináveis cometidos no Brasil, e os autores católicos, ou isentos, destacam as notáveis qualidades pessoais do personagem, sua bravura, sua capacidade de organização, sua tolerância com os calvinistas, sua visão geopolítica e habilidade no trato com os indígenas.

As metas do presente estudo são duas: fornecer ao leitor informações mais pormenorizadas sobre a juventude e a maturidade de Villegagnon, isto é: suas atividades antes e depois de sua aventura na França Antártica, fatos quase desconhecidos no Brasil. E esses fatos se revestem do maior interesse, já que Villegagnon não foi apenas o comandante da expedição francesa na Guanabara, mas um personagem de primeira linha na França e na Europa, prestigiado por quatro reis de

França e até pelo imperador Carlos V, como veremos a seguir. Nosso segundo objetivo será contribuir para reabilitar a imagem histórica de Villegagnon, injustamente caluniado há mais de quatro séculos pelo livro de Jean de Léry *História de uma viagem ao Brasil*, cujas repetidas edições renovam periodicamente as acusações mais descabidas dos pastores calvinistas que fracassaram no Rio de Janeiro.

É importante sublinhar que a desinformação no Brasil e na França sobre Villegagnon por vezes é espetacular. Mesmo enciclopédias de alta reputação cometeram erros crassos em seus verbetes sobre Villegagnon. No prestigioso e moderno Koogan-Houaiss, distribuído em 1998 pelo nosso Ministério da Educação a milhares de escolas brasileiras, lemos com surpresa em seu verbete que ele foi um "fidalgo huguenote, aluno de Calvino"! Ora, Villegagnon jamais foi aluno de Calvino e sim seu colega de colégio e universidade. Ele jamais foi huguenote, ao contrário era um cavaleiro de Malta a bateu-se toda a sua vida contra as teorias de Calvino e seus seguidores. Esclareço que o dicionário enciclopédico Koogan-Houaiss é baseado no célebre Larousse francês, fonte respeitável. Aproveitando minha amizade com o editor, já redigi novo verbete que sairá na próxima edição com as correções necessárias. Na França encontramos a mesma desinformação, pois dicionários e enciclopédias cometem erros semelhantes. Está na hora de corrigi-los, de uma vez por todas.

*

Homem universal, grande marinheiro, soldado, diplomata, escritor, teólogo controversista, colonizador de visão, Nicolas Durand de Villegagnon nasceu em Provins, França, nas vizinhanças de Paris. Seu pai, Louis Durand de Villegagnon, era um magistrado, procurador do rei de França, foi nobilitado e tinha um alto padrão de vida, o que lhe permitiu dar a seu filho uma educação esmerada para a época. Sua casa existe ainda na rua Saint Thibaut 18 e a Sociedade Arqueológica de Provins ali colocou uma placa de bronze, onde se pode ler: "Aqui nasceu em 1510 Nicolas Durand de Villegagnon, vice-almirante da França, comendador da Ordem de Malta. Ele foi o homem do mar mais célebre do seu tempo".

Na realidade, Villegagnon não foi vice-almirante da França e sim vice-almirante da Bretanha.

Seu nome original era apenas Nicolas Durand, ao qual foi agregado oficialmente, em 1513, "de Villegagnon". Nessa aldeia vizinha seu pai possuía uma grande propriedade e decidiu incorporar aquela referência ao seu nome. Sua mãe era Joana de Fresnoy. O jovem Nicolas mereceu todo o apoio do grão-mestre da Ordem de Malta para desenvolver e apurar as suas artes da guerra, nas escolas e nas naus da Ordem. É quase certo que Villiers del'Isle Adam tenha conhecido a família de Villegagnon quando viveu em Brie, perto de Provins.

Lembro que a Ordem de Malta, que existe até hoje sediada em Roma, chamava-se na época Ordem de São João de Jerusalém. Expulsa da ilha de Rhodes em 1522 pelos turcos, instalou-se na ilha de Malta em 1530 por concessão do imperador Carlos V. No ano seguinte Villegagnon era admitido na Ordem, mas suas relações com ela variaram bastante: foram excelentes com Villiers de l'Isle Adam (seu protetor na juventude), apenas corretas com Michel de Sangle, péssimas com Omèdes, e outra vez excelentes com Jean Parisot de la Valette, seu adjunto na aventura na Escócia e grão-mestre da Ordem em 1557. Este último assegurou-lhe um posto decente após a traumática experiência na França Antártica, nomeando Villegagnon seu representante em Beauvais-en-Gatinais. Finalmente, pouco antes de sua morte, Villegagnon foi nomeado, em 1570, embaixador da Ordem de Malta junto à côrte da França, o que demonstra que seu prestígio continuava elevado na época, apesar do tropeço no Rio de Janeiro e das calúnias dos calvinistas.

Uma palavra sobre o rapaz: todos os autores coincidem em afirmar que Nicolau era alto, bonito, forte, simpático, bem falante, culto, extremamente hábil no manejo das armas da época, sedutor com as mulheres (embora casto), sempre bem vestido (mesmo na França Antártica, onde todos andavam seminus), respeitoso com seus superiores e por eles muito apreciado, determinado ao extremo, profundamente religioso e perfeito conhecedor dos dogmas da fé católica. Esta última qualidade era essencial em uma época na qual se lutava até à morte para defender ou atacar os mistérios da eucaristia. O fato de ele ter sido aceito pela Ordem de Malta foi cobiçada honraria para um jovem proveniente de uma família provinciana recentemente enobrecida. No entanto, o título de Cavaleiro

da Ordem de Malta, organização profundamente religiosa na época, exigia notáveis renúncias: os votos de obediência, pobreza e castidade, que Nicolau cumpriu à risca, apesar das tentações que sofreu ao longo de sua aventurosa vida. Consta que Villegagnon na cômte francesa era constantemente assediado pelas mais belas mulheres, que o queriam pôr a prova... Mesmo na solidão do Brasil quinhentista, Nicolau teve forças para resistir aos encantos da bela Jacy, filha do cacique tupinambá. Sua castidade nunca foi contestada, mesmo pelos seus mais ferrenhos inimigos huguenotes.

Após a morte do pai, aos 11 anos de idade, Nicolau fez seus estudos em Paris nos colégios de La Marche e de Montaigu, escolas religiosas abertas aos jovens da pequena nobreza provinciana. Terminados esses estudos de nível médio, Nicolau passou a cursar a Faculdade de Direito de Orleans. Um dos irmãos, Felipe, chegou a presidente do tribunal de Provins. Uma de suas irmãs casou-se com Boissy, *seigneur* de Bois-le-Comte, cujo filho no Rio de Janeiro assumiria a chefia da França Antártica após o retomo de Villegagnon à Paris. Bois-le-Comte não teve êxito ao defender a colônia francesa contra a investida de Mem de Sá.

Mas aqui chegamos à nossa primeira dúvida biográfica: alguns autores tentaram traçar o seu perfil religioso de antagonista à Reforma, ao comentar sua permanência na Universidade de Paris. Villegagnon foi colega de Jean Cauvin, o depois famoso Calvino, desde os colégios de La Marche e Montaigu e apontam sua rivalidade desde os bancos de estudantes. Nicolau, atlético e bem falante, teria humilhado repetidamente Calvino em competições dialéticas, religiosas e de oratória. Outros autores confirmam que os dois alunos teriam tido cordial convivência universitária e a correspondência posterior deixa transparecer que existia um certo grau de intimidade entre eles. Também é provável que eles se tenham encontrado em 1531, quando Calvino redigiu o célebre sermão para o reitor da Universidade de Paris. Jean de Léry, em seu conhecido livro sobre a França Antártica, reproduziu o texto completo de uma carta de Villegagnon, em termos de bastante familiaridade, escrita a Calvino do Rio de Janeiro e datada de 31 de março de 1557. Na correspondência entre eles, utilizavam o tu, o que atesta intimidade. Nela Nicolau relata as dificuldades de toda a ordem que estava enfrentando no Brasil e termina dizendo que “de minha parte, nunca desanimei”. Não há

mais dúvidas de que realmente tenham se conhecido bem, pois o biógrafo de Calvino, Bernard Cottret, confirma que ambos estudaram em Paris nos colégios La Marche e Montaigu e também na Faculdade de Direito de Orleans. O importante é que, ao regressar à França para defender-se das acusações dos protestantes, Villegagnon encontrou na cõrte francesa um ambiente desfavorável, devido à campanha desenvolvida pelos calvinistas contra os chamados "desmandos" do vice-rei do Brasil, no Rio de Janeiro. Para sua sorte, a morte prematura do rei Henrique II livrou Villegagnon de ser contestado formalmente. Voltaremos ao assunto.

Mas chegamos à maioria de Villegagnon e convém fazermos um parênteses para tentar resumir o momento histórico e a atmosfera político-religiosa, no qual o nosso personagem iria desenvolver suas múltiplas e fascinantes atividades de marinheiro, diplomata, militar, homem político e depois colonizador.

*

No início do século XVI, a descoberta oficial do Brasil despertou ambições na França, que não havia reconhecido a divisão do mundo pelo Papa entre a Espanha e Portugal. Dois personagens destacavam no cenário europeu: Francisco I, rei de França, e Carlos V, eleito imperador do Santo Império Romano-Germânico em 1519, rivais ferrenhos e irreconciliáveis. Dois anos depois explodia a guerra entre a França e a Áustria e Francisco I perdia o Milanês. Em 1525, feito prisioneiro em Pavia, teve de assinar o tratado de Cambrai.

Mas uma terceira força surgia na Europa Central: o sultão Suleiman ocupou a Hungria e tomou sua capital Buda. Em 1529, ele tentou o assalto à Viena, sem sucesso. Complicador ainda maior foi o agravamento da questão religiosa: Henrique VIII, da Inglaterra, formalizou o cisma anglicano e se proclamou chefe da igreja de seu país, em 1534. Dois anos depois aparecia um livro, que teria notável repercussão religiosa: Jean Cauvin, Calvino como ficou na história, publicou *L'Institution Chrétienne*, em Genebra.

Em 1536, o rei da França surpreendentemente assinou um tratado de aliança com o sultão Suleiman, visando desferrar-se de Carlos

V. Nova guerra entre a França e a Áustria, que só terminou dois anos depois pelo tratado de Nice, em 1538. Em 1543, os franceses tomaram Nice com auxílio da frota turca, comandada por Khareddim Barberousse.

Depois deste pequeno *intermezzo* histórico para refrescar a memória do leitor, voltemos a Villegagnon, que nessa época iria se celebrar pelo espetacular seqüestro de Maria Stuart.

*

Ao ser admitido aos 21 anos na Ordem de Malta, em 1531, Villegagnon começava uma animada vida de aventureiro fiel ao seu rei e à ordem religiosa que o havia acolhido. No entanto, esta dupla fidelidade iria marcar a sua vida e levá-lo, por vezes, a atitudes estranhas e até contraditórias. A curiosa aliança que Francisco I, rei da França, celebrou com o sultão Suleiman, o Magnífico, teve por objetivo criar embaraços a seu grande inimigo, o imperador da Áustria e rei da Espanha, Carlos V, criando-lhe uma dupla ameaça geográfica.

Em 1540, Villegagnon foi enviado à Veneza, onde Guillaume de Pelletier, o embaixador da França, decidiu aproveitá-lo como correio diplomático: ele acabava de completar 30 anos de idade e falava grego. Recebeu a missão de levar à Constantinopla uma mensagem especial de Francisco I ao sultão turco, encorajando-o a atacar novamente a Áustria. Villegagnon levou pouco mais de três meses para ir e voltar da capital turca. Curiosa iniciativa de um rei católico aconselhar ao perigosíssimo líder muçulmano atacar o coração da Europa, um dos bastiões do Santo-Ímpério Romano-Germânico, de Carlos V. Como vimos, Suleiman já havia submetido a Hungria católica e só foi detido diante de Viena. A posição da igreja era dúbia e ora favorecia o rei de França, ora o imperador Carlos V, segundo seus interesses políticos de momento.

Villegagnon levou de volta a resposta de Suleiman a Francisco I até Turim, entregando-a ao embaixador francês, *seigneur* de Langey. Em sua casa, teve Villegagnon oportunidade de conhecer e tornar-se amigo do poeta Ronsard, lá hospedado também. Durante a sua estada na capital do Piemonte, Villegagnon foi encarregado de entregar a Francisco I as plantas das principais fortalezas da Milanês, que seriam depois de

grande valia na campanha da Itália do rei francês. Villegagnon passou a ser olhado com mais atenção na côrte francesa e caiu nas boas graças de Francisco I, que o presenteou com alguns dobrões de ouro. Mas sua atuação diplomática não parou por aí, pois o embaixador Langey (Guillaume Du Bellay) conseguiu incorporá-lo às forças de Carlos V, no grupo de 400 cavaleiros de Malta, entre os 4.000 soldados que se preparavam para atacar Argel. Sua função era observar o desenvolvimento daquele grande empreendimento militar e enviar relatórios ao rei de França. Villegagnon levou consigo diversos estafetas, que fizeram chegar regularmente à côrte francesa suas cartas, comentando os acertos e erros de organização do imperador, informações preciosas para Francisco I, seu grande rival.

Os navios muçulmanos infernizavam a navegação no Mediterrâneo e até utilizavam o porto francês de Toulon para se reabastecer. Ao aceitar essa estranha missão de ajudar Carlos V, o grande inimigo da França, Villegagnon continuava curiosamente fiel aos seus princípios: como cavaleiro de Malta iria combater os infiéis e, ao mesmo tempo, serviria o rei da França, familiarizando-se com as estratégias militares do imperador, seu arqui-rival. Enquanto se preparava para essa arriscada missão, Villegagnon freqüentava a côrte francesa e foi recebido várias vezes por Francisco I. Consta que sua famosa irmã, Margarida d'Angoulême, teria feito versos celebrando a beleza física de Villegagnon, com quem conversava amiúde e lhe lia trechos das histórias que escrevia e ouvia dele crítica inteligente. Também Renée de France, tia do rei, apreciou as qualidades de Villegagnon. O curioso é que, mais tarde, ambas protegeram Calvino.

Sua missão junto ao imperador foi facilitada pelos agentes de Langey, que conseguiram embarcar Villegagnon na galera de um irmão de Andrea Doria. A frota de Carlos V era imensa e deveria ser bem sucedida, não fosse uma tremenda tempestade que a dispersou perto de Argel. Villegagnon, à frente dos cavaleiros de Malta que acompanhavam o imperador, bateu-se denodadamente diante dos muros da cidade e acabou ferido no braço esquerdo por um golpe de lança. Carlos V teria assistido à bravura de Villegagnon e o confortou com palavras de agradecimento, e até o legado do Papa escreveu ao rei de França contando que presenciara seu heroísmo. Na viagem de volta, apesar de muito enfraquecido, Villegagnon conseguiu escrever a Langey fazendo-lhe um

relatório de tudo quanto observara na viagem, e atacando os planejadores da expedição a Argel, que quase custou a vida ao imperador.

O curioso é que a aventura de Argel fez de Villegagnon um escritor. Chegou a Roma ainda em convalescença e lá se hospedou em casa de um amigo de Langey. Enquanto refazia suas forças, escreveu um pequeno livro no qual demonstrou não somente seus conhecimentos militares, mas também o seu perfeito domínio do latim: *Carolus V Imperatoris Expeditio in Africam ad Argeriam*, obra que agradou ao imperador e mais ainda à Francisco I. O livrinho de 24 páginas estava em todas as mãos na corte francesa e seu prestígio cresceu bastante. A aliança franco-turca não sobreviveu às mortes de Henrique II (1559) e de Suleiman (1566).

No final de 1542, Villegagnon estava de novo em Paris para relatar pessoalmente a Francisco I os acontecimentos da campanha de Argel. Foi acolhido com honrarias e recebeu o privilégio do tamborete e da carruagem, cobiçadas distinções na corte francesa, que lhe permitiam acompanhar o cortejo real nas ruas de Paris e na província. Pouco depois foi enviado ao norte da Itália para lutar contra o governador de Milão e o príncipe Cesar de Nápoles, aliados dos austríacos. Villegagnon ganhou bastante experiência militar na Itália e algum destaque na vitória francesa de Cerisoles. Passando por Turim, embaixador Langey o enviou outra vez à Hungria em missão de observação, pois Suleiman instalara um pachá em Budapeste. Villegagnon redigiu argutos relatórios dessas missões à Francisco I, o que confirmou seu prestígio na corte francesa. Mas ele estava farto de missões diplomáticas e ansiava por voltar aos mares, aspirava um comando naval.

Após a morte de Francisco I em 1547, seu sucessor, Henrique II, também demonstrava simpatia por Villegagnon e o convidava para participar de caçadas. Mas esse período de tranquilidade acabaria em breve, pois o novo rei da França confiou-lhe a difícil missão de limpar a costa da Bretanha, infestada por piratas ingleses, que perturbavam o comércio e a vida dos pescadores franceses. Villegagnon conseguiu, em pouco tempo, afundar cinco galeras inglesas e afugentar os piratas, normalizando a navegação costeira.

Durante a sua estada em Roma após o fiasco de Argel, Villegagnon teve oportunidade de conhecer o irmão do embaixador Langey, o famoso cardeal Du Bellay, decano do Sacro Colégio, que gozava de grande prestígio com o Papa e com o rei de França. Essa nova amizade lhe seria proveitosa. Villegagnon voltou à Roma em 1547, depois da morte de Francisco I, para proteger o príncipe Flaminio dell'Anguillara, aliado da França e cuja vida estava sendo ameaçada pelos Médicis. Aconteceu então a primeira aventura famosa de Villegagnon: o seqüestro de Maria Stuart.

Ela nascera poucos dias antes da morte de seu pai, o infeliz rei da Escócia, Jaime V. Sua mãe era Maria de Guise, duquesa de Lorena, princesa francesa. Recordo que a Escócia estava dilacerada pela guerra religiosa. Dizia Stefan Zweig, em seu magnífico estudo sobre Maria Stuart: “quem combate o rei e a favor do protestantismo, recebe seu soldo de Londres; quem luta pelo catolicismo e pelos Stuarts, recebe-o de Paris, Madrid e Roma. Todas essas potências estrangeiras pagam de bom grado o sangue escocês. Toda vez que exércitos ingleses irropeem na Normandia, a França célere dirige o punhal para o dorso da Inglaterra. Fortalecer militarmente a Escócia é a eterna preocupação da política francesa”.

Tão logo o mensageiro levou a Londres a notícia de que Jaime V falecera e sua filha recém-nascida era a herdeira e rainha da Escócia, o rei Henrique VIII resolveu conseguir essa preciosa noiva para seu filho Eduardo, ainda menor. O pensamento era unir os herdeiros dos dois tronos. Essa união era indispensável à segurança e tranqüilidade da Inglaterra. Mas a mãe de Maria Stuart não queria entregá-la à heresia protestante anglicana e escondeu a menina. O cerco se apertava cada vez mais, quando a França decidiu transformar a rainha da Escócia em rainha da França. Henrique II pediu a Maria de Guise a mão da menina para seu filho Francisco, herdeiro do trono francês, o futuro Francisco II. Assim, a pequenina filha dos Stuarts em vez de ser destinada a rainha da Inglaterra, era agora escolhida para rainha da França. Toda a marinha inglesa foi mobilizada para impedir Maria Stuart de sair da Escócia e chegar ao solo francês. Essa façanha de raptar a futura rainha da França foi confiada a Nicolas Durand de Villegagnon, que a desempenhou com extrema habilidade e vencendo os riscos mais espetaculares.

Villegagnon estava bem informado sobre a Escócia por intermédio de seu amigo o grande poeta Ronsard, que havia sido secretário da embaixada da França em Edimburgo. Nesse empreendimento arriscado comandava ele quatro galeras, entre elas a galera real. Seus remadores foram escolhidos nas prisões francesas pelo seu ódio aos ingleses e com promessa de libertação. Ele fazia parte de uma expedição de 6.000 homens para ajudar Maria de Guise contra os ingleses. Enquanto as tropas desembarcavam em Leith, Villegagnon sorrateiramente contornou a Escócia pelo norte, cruzando mares turbulentos, até a foz do rio Clyde, que ele subiu até a fortaleza de Dumbarton, onde estava refugiada Maria Stuart. Conseguiu enganar os ingleses, voltou pelo mesmo perigoso caminho e a 13 de agosto de 1548 aquela menina de pernas esguias e cabelos louros esvoaçantes desembarcava em um pequeno porto perto de Brest. Dias depois, ela era recebida com toda a pompa pelo rei Henrique II no castelo de Saint Germain-en-Laye. Tivesse Villegagnon fracassado em sua missão, a história da Europa no século XVI seria bem diferente. Tinha ele então 38 anos de idade.

A jogada foi sensacional, os ingleses estavam humilhados e Villegagnon chegou ao cume de sua glória na cômte francesa. Adquiria ele também a gratidão do poderoso Duque de Guise, tio de Maria Stuart, o que lhe seria muito útil após a aventura fracassada no Brasil. Mas Henrique II mandou-o de volta à Escócia com dobrões de ouro para os nobres católicos escoceses continuarem a resistir aos ingleses. Villegagnon participou também na defesa de Firth, arrasou as instalações inglesas da ilha de Guernesey e atacou os navios ingleses que encontrou no caminho. Em 1551, três anos depois, seria celebrado um tratado de paz com os ingleses, que cederam Boulogne à França.

Henrique II lhe foi reconhecido e Villegagnon desempenhou ainda diversas missões reais junto à Montmorency e ao Duque de Aumale. Voltou a lutar no Mediterrâneo, chefou um comando na Inglaterra e salvou as galeras reais que estavam em perigo em Rouen. Em 1551, estava outra vez na Itália, mas foi feito prisioneiro dos austríacos e levado ao castelo de Cremona. Villegagnon apelou diretamente ao imperador e Carlos V mandou libertá-lo sob promessa de “ele só pegar em armas contra os inimigos da santa religião”.

Villegagnon foi enviado à Malta, onde a situação dos cavaleiros era periclitante diante da ofensiva dos turcos, que chegaram a ocupar a ilha vizinha de Gozzo, em 1551. Villegagnon defendeu exitosamente Malta, mas acabou se desentendendo com o grão-mestre Omèdes, cujo raciocínio era simplista: “Os franceses são cavaleiros de Malta, mas seu rei é um aliado de Suleiman”. E a briga com Omèdes não ficou por aí.

Estava ele descansando em Provins em 1552, quando decidiu intervir em defesa de seu amigo Gaspard de Vallier, acusado de traição e cumplicidade com os turcos, na queda de Trípoli, pelo grão-mestre da Ordem de Malta. Villegagnon escreveu ao imperador Carlos V pedindo a libertação de Vallier e fornecendo pormenores da disputa. Enviou-lhe também o importante relatório *De Bello militansis* e o imperador mandou libertar Vallier contra a vontade de Omèdes. Assim, o bravo cidadão de Provins havia conseguido a confiança de dois reis de França, Francisco I e Henrique II, como também da maior personalidade européia do século, o imperador Carlos V. Mais tarde conquistaria as graças de Francisco II (marido de Maria Stuart) e também de Catarina de Médicis e de Carlos IX, além dos Duques de Guise. Vemos, portanto, que o futuro “Vice-rei do Brasil” não era um simples pirata ou um aventureiro vulgar, mas sim uma personalidade altamente estimada na corte francesa pela sua valentia, habilidade diplomática e preparo intelectual.

Villegagnon regressou à Paris e, em setembro de 1552, Henrique II lhe confiou outra missão: fortificar o porto de Brest, ameaçado pelos ingleses, e o nomeia então Vice-Almirante da Bretanha, rara honraria: tinha 42 anos. Nessa época, Villegagnon enviou um relatório ao Cardeal Du Bellay, em Roma, no qual concluía afirmando que a França jamais poderia dominar o Mediterrâneo sem antes ocupar a ilha de Córsega, que na época pertencia à república de Gênova. Em 1559 seus sagazes conselhos estratégicos foram ouvidos e a França ocupou militarmente a Córsega por algum tempo. A ilha só foi incorporada permanentemente à França a partir de 1769, e de lá saíria mais tarde Napoleão Bonaparte para ser o grande imperador francês. Constatamos, portanto, que Villegagnon tinha notável visão geopolítica, pois foi dos que encorajaram o rei Henrique II a construir uma importante marinha real.

Pouco depois, Villegagnon já estava longe, em missão secreta. Onde? No Brasil! No verão de 1554 Villegagnon visitou duas vezes a

região de Cabo Frio, tomou contato com os índios tamoios, informou-se dos hábitos das pequenas guarnições portuguesas e colheu dados indispensáveis para a grande aventura que seria a França Antártica. Seus objetivos eram ambiciosos: ocupar a baía de Guanabara como base militar para depois expulsar totalmente os portugueses do Brasil.

*

É tempo agora de fazermos outro parênteses para comentar a questão religiosa na França, que na metade do século XVI estava num *crescendo* perigoso e que culminou com a terrível noite de São Bartolomeu, em 1572.

Jean Cauvin (1509-1564), nascido em Noyon, fez seus estudos médios em Paris e de teologia e direito em Orleans e Bourges. Transferiu-se depois para Paris, onde redigiu um discurso para o reitor da Universidade, em 1531, sermão considerado herético, mas que obteve considerável repercussão. Foi colega de Villegagnon nos colégios La Marche e Montaigu e na Universidade de Orleans, segundo afirma seu biógrafo Bernard Cottret. Calvino depois mudou-se para Poitiers e de lá para Basileia, onde ele fundou sua primeira igreja reformista. Em 1536, fixou-se definitivamente em Genebra.

Seu prestígio cresceu desmesuradamente e transformou Genebra na Roma protestante. Em 1544, Calvino escreveu o **Tratado da Ceia**, cujo texto provocaria violentas polêmicas na Europa. Negava ele a presença divina na eucaristia, principal motivo das vivas controvérsias entre Villegagnon e os calvinistas na França Antártica. A partir do ano 1555, a França estava profundamente dividida por lutas fratricidas entre os católicos fiéis ao rei e os huguenotes, em sua maioria calvinistas, agrupados em torno do almirante Coligny e dos nobres rebeldes contra a autoridade real, cujas forças militares eram chefiadas pelo Príncipe de Condé.

*

Ao abordarmos a tentativa de instalação da França Antártica, devo recordar o que afirmamos a princípio: a França jamais reconheceu a divisão do mundo pelo Papa entre Portugal e Espanha. Desde o início do século XVI havia na côrte francesa vários defensores de uma ofensiva militar nas Américas, após bem sucedidas viagens de navegadores franceses ao norte do Brasil. A Inglaterra e a Holanda tampouco acatavam a decisão papal e o fizeram com ainda maior desenvoltura do que a França, uma vez que eram países protestantes e não deviam obediência espiritual à Roma. Vamos nos circunscrever neste estudo à França Antártica, que vinha com ambiciosos desígnios, isto é, expulsar os portugueses do Brasil e aqui instalar diversos núcleos colonizadores para comerciar com a metrópole. Villegagnon não teve tempo nem meios de iniciar essa ocupação militar permanente do Brasil, mas mesmo assim enviou uma missão exploratória à foz do Rio da Prata, que não teve sucesso.

A iniciativa da expedição foi de Villegagnon e houve consenso na côrte francesa de encarregá-lo da chefia, considerando que, em 1554, ele já havia feito viagem exploratória até Cabo Frio. De acordo com documentos consultados, não houve oposição do rei Henrique II nem do Primeiro Ministro Coligny, aconselhados pelos armadores do porto de Dieppe, que estavam vivamente interessados na operação sob o aspecto comercial. Lembro que os dois pontos iniciais da colonização portuguesa estavam na Baía e em São Vicente, SP., e ambos eram núcleos ainda incipientes, de fácil submissão por uma expedição numerosa e fortemente armada. O fator principal, portanto, era surpresa e urgia atacar enquanto as colônias lusas estavam mal guarnecidas e mal implantadas. Assim sendo, tudo foi planejado em Paris dentro do maior segredo para não despertar a atenção do embaixador de Portugal junto à côrte francesa. Villegagnon era, sem dúvida, o melhor chefe possível, dado à sua bravura, preparo militar, experiência nas lutas do mar, inteligência e cultura superiores. O seqüestro de Maria Stuart comprovara sua extraordinária habilidade em condições extremamente perigosas e seu bom trabalho na fortificação do porto de Brest o indicavam para a missão de conquistar e fortificar a base principal do que seria a França Antártica. Entretanto, a situação político-religiosa na metrópole e a penúria do erário francês não permitiram enviar reforços substanciais para fortalecer a cabeça de ponte instalada por Villegagnon no Rio de Janeiro.

Mas os vínculos comerciais entre a França Antártica e a metrópole já estavam bem delineados e em pleno funcionamento. Numerosos navios mercantes franceses de pequeno porte, naqueles quatro anos apenas de ocupação, já estavam levando para a França numerosos produtos brasileiros, sobretudo carregamentos de pau-brasil. Dois importantes armadores de Dieppe já estavam se aprestando a enviar grandes navios mercantes ao Brasil quando Mem de Sá conseguiu dismantelar a base naval francesa no Rio de Janeiro. Um dos objetivos de Villegagnon, tão cedo tivesse meios para isso, era interceptar os galeões espanhóis e portugueses que regressavam do extremo-oriente carregados de especiarias. A falta de recursos financeiros no momento, as disputas religiosas e a política de casamentos nas côrtes européias impediram que seu brilhante plano se concretizasse.

*

Desde o final do século XV falava-se do Brasil na França, embora ainda não se empregasse o nome atual. Em 1488, o normando Jean Cousin descobriu a foz do rio Amazonas. Poucos anos depois o armador francês Jean Anjo levou do Brasil para a França madeiras, produtos tropicais e alguns indígenas. A viagem de Villegagnon ao Cabo Frio, em 1554, informou-o de que os portugueses raramente saíam de sua capitania e que os tamoios não gostavam de como eram tratados pelos colonos portugueses. Armadores franceses levaram para a França numerosos índios tupinambás e tabajaras, que organizaram, em outubro de 1550, uma grande festa e torneios em Rouen.

Em 1554, o rei Henrique II ordenou ao almirante Coligny (ainda católico na época) a preparação de uma expedição ao Brasil e entregou a Villegagnon o seu comando. A subvenção era pequena (10.000 libras), mas os armadores de Dieppe decidiram investir na expedição, que lhes augurava bons lucros. No entanto, seu célebre amigo, o poeta Ronsard, escreveu-lhe: "Villegagnon: estás por cometer um grande erro". Villegagnon teria convencido o rei Henrique II e a bela Diana de Poitiers, após uma exposição de quatro horas sobre as possibilidades comerciais de uma expedição ao Brasil.

A tripulação da pequena frota era a mais heterogênea, já que foi difícil encontrar voluntários. Villegagnon percorreu as prisões do norte da França, prometendo a liberdade aos que aderissem à expedição, e essa baixa qualidade de seus seguidores iria causar-lhe não poucas dificuldades. A tripulação das duas caravelas e da outra nau de menor porte era de 600 pessoas aproximadamente, número elevadíssimo para tão exígua frota. Levava ele uma guarda pessoal de escoceses, que lhe foi muito útil nos momentos difíceis que iria encontrar no Rio de Janeiro. Seguiu com ele também um índio tabajara na qualidade de intérprete, em companhia de sua esposa francesa. Partiram de Dieppe a 14 de agosto de 1555 e chegaram a Búzios a 31 de outubro, após tentativa malograda de embarcar água doce em Tenerife. Os espanhóis receberam-no a tiros de canhão.

Ao fundear na Guanabara, hesitou entre a costa de Niterói e a região hoje denominada Glória. Decidiu-se porém por uma pequena ilha toda verde, onde tratou de instalar fortificações apropriadas. Essa fortaleza foi batizada com o nome do almirante Coligny, em homenagem ao organizador da expedição. Na época ainda não eram inimigos. Essa ilha ficou depois conhecida pelos portugueses com o nome de Villegagnon, o que permanece até hoje. A ilha era verde, mas tinha o grave inconveniente de não ter água potável. Villegagnon fez escavar imediatamente um grande reservatório na rocha, suficiente para armazenar água para um cerco de vários meses. No interim, começou a instalar no continente uma pequena povoação, a que deu o nome de Henriville, em honra ao seu soberano. O local aproximado estava entre os morros do Castelo e o da Glória, que depois seria o verdadeiro centro do Rio de Janeiro português. Podemos até afirmar que o fundador do Rio de Janeiro foi Villegagnon, já que depois de sua volta à França os portugueses confirmaram a sua escolha do local para a nova cidade lusitana.

Fator significativo para o sucesso inicial da França Antártica foi o bom relacionamento que Villegagnon soube cultivar com os índios tupinambás. Ele evitou os erros cometidos pelos portugueses e conseguiu até uma amizade pessoal com o poderoso cacique Cunhambebe. Mesmo depois da derrota em 1560, os tupinambás continuaram fiéis amigos e acolheram numerosos franceses que se refugiaram no interior. Mas voltemos às providências iniciais de Villegagnon.

Ao mesmo tempo que tornava habitável a ilha, ele decidiu instalar um fortim de madeira na atual ilhota da Laje, a que deu o nome de Ratier. Hoje vemos essa grande pedra de 30 por 20 metros, por vezes lavada pelas águas das altas marés, utilizada pela marinha brasileira com a mesma finalidade de proteção à entrada da barra. Villegagnon instalou nesse precário fortim de madeira uma bateria de peças de artilharia, que habilmente dispostas deveriam impedir a entrada de qualquer nau inimiga. No livro de Gilberto Ferrez, *O Rio de Janeiro e a defesa do seu porto*, vê-se um mapa baseado em um desenho de André Thevet em 1556, onde se observam com pormenores as fortificações e as casas construídas por Villegagnon. Ao contrário do que disseram seus inimigos calvinistas, ele só conservou na ilha cerca de 80 pessoas. Os demais estavam em Henriville.

O ano de 1556 foi utilizado para preparar grandes plantações de mandioca, legumes e hortaliças, que Villegagnon mandou fertilizar com algas marinhas, como havia aprendido no Mediterrâneo. Navios chegavam da França e voltavam carregados de mercadorias locais, que eram disputadas nas feiras francesas. Na côrte francesa já se falava na França Tropical com a naturalidade de um sucesso completo. O famoso poeta Ronsard, seu amigo de toda a vida, entusiasmou-se e compôs uma ode a Villegagnon, a quem chama de “douto”. Canções e baladas parisienses celebravam os feitos de Villegagnon e, em março de 1557, o rei Henrique II taxou em 20 sous por tonelada os navios mercantes que demandavam o Rio de Janeiro. Entretanto, o soberano não enviava reforços mititares, nem dinheiro para consolidar a valiosa cabeça-de-ponte da França Antártica.

Os primeiros problemas graves para o Vice-rei do Brasil surgiram pelo comportamento de sua soldadesca tão heterogênea em relação às moças indígenas. Villegagnon exigia que eles se casassem formalmente com elas, o que resultou em uma pequena rebelião. Houvesse ele sido mais tolerante, ou menos intransigente, não teria alienado alguns de seus melhores seguidores. Na realidade, só ocorreram duas revoltas contra a autoridade do vice-rei, que as reprimiu com dureza.

No ínterim, complicava-se a situação religiosa na França. Nesta altura o almirante Coligny já se convertera à Reforma e teve a idéia de transformar a França Antártica em refúgio seguro para os calvinistas

franceses. Protestantes ricos contribuíram para uma nova expedição e até algumas conhecidas personalidades huguenotes aderiram à iniciativa, recrutando também pastores e artesãos. Calvino divulgou a notícia de que Villegagnon lhe escrevera pedindo auxílio financeiro e a remessa de colonos protestantes, mas isso nunca ficou comprovado. Nenhum historiador jesuíta jamais acusou Villegagnon de tentar instalar uma colônia calvinista no Brasil.

Ao chegar a nova leva de franceses e suíços ao Rio de Janeiro, em maio de 1557, sob o comando de Bois-le-Comte, o sobrinho de Villegagnon, as relações entre católicos e protestantes eram cordiais, pois Villegagnon fez questão de recebê-los bem. No interesse da paz na colônia, ele permitiu a liberdade de culto, mas não tardaram a surgir os primeiros incidentes. Os calvinistas foram extremamente inábeis nas tentativas de catequese dos índios e Villegagnon teve de intervir. Espoucaram depois querelas religiosas entre os franceses, sobretudo em relação à eucaristia. O próprio Villegagnon foi assediado por pastores intransigentes a converter-se ao calvinismo e ele resistiu firmemente. Os humores foram se azedando e os protestantes iniciaram uma violenta campanha pessoal contra o vice-rei, que, apesar de tudo, nunca os hostilizou, nem os agrediu fisicamente ou os mandou prender. O biógrafo Arthur Heulhard afirmou que Villegagnon teria pensado em uma igreja brasileira, menos rígida a mais chegada à natureza e aos costumes dos indígenas. Os calvinistas chegaram a proclamar que ele pretendia fundar uma dinastia independente da França com a filha do cacique Cunhambebe, a bela Jacy, mas isso foi negado vivamente por Villegagnon, que havia feito voto de castidade como cavaleiro de Malta.

No final de 1557 a situação estava insustentável, mas Villegagnon agiu com firmeza, sem decisões discriminatórias. Desistindo de se impor ao vice-rei, os pastores e alguns líderes calvinistas resolveram regressar à Europa e já iniciaram uma tremenda campanha contra Villegagnon, que aliás poderia ter impedido a sua volta à França. Em sua vingança, tentavam arruinar o homem e destruir uma colônia tão promissora. No livro *Singularitez de la France Antarctique*, André Thevet defendeu Villegagnon daquelas acusações insensatas, disseminadas por Calvino, que o chamava de "O Caim da América"! O espaço que nos foi reservado não permite relatar dia-a-dia as disputas

internas na colônia, que aliás estão muito bem comentadas na obra de Chermont de Brito, que pode ser lida na Biblioteca do IHGB, e nas excelentes biografias de Heulhard (1897) e Peillard (1991).

Recapitulando: Villegagnon escreveu carta a Calvino em 31 de março de 1555, reproduzida no livro de Jean de Léry, contando as dificuldades que estava encontrando mas deixou de mencionar divergências religiosas que afetavam a colônia. Em uma segunda carta à Calvino, meses depois, ele já se referia a essas divergências e rejeitava claramente a Reforma, denunciando a falta de realismo da delegação protestante na catequese dos indígenas. No intervalo entre as duas cartas deu-se a ruptura completa entre católicos e calvinistas sobre o significado da Ceia do Senhor e a presença de Cristo na comunhão. É incrível que uma simples querela religiosa estivesse pondo a perder uma comunidade que já era um sucesso e tinha imenso futuro para a França!

Em 30 de novembro de 1557, Villegagnon escreveu outra carta ao Duque de Guise (tio de Maria Stuart) solicitando auxílio financeiro dele e do rei para desenvolver a colônia. Curiosamente, também não mencionou as graves divergências já existentes com os calvinistas. Graças à interferência do almirante Max Justo Guedes, diretor do nosso Museu Naval, essa carta foi arrematada em leilão em Londres e agora está no excelente Espaço Cultural da Marinha, no Rio de Janeiro.

Seja como for, a má imagem de Villegagnon no Brasil até hoje deve-se sobretudo ao excelente livro, sob o aspecto etnográfico, do calvinista Jean de Léry, que teve várias edições periódicas na Europa (a última de 1995), e no Brasil. Essa obra contém tremendas injúrias a Villegagnon, que foram reproduzidas com frequência por nossos historiadores. A verdade é que, quando ocorreu a ruptura com os calvinistas, a colônia estava próspera, as fortificações eram sólidas, Henriville estava bem implantada e o comércio marítimo de madeiras com a França crescia rapidamente.

As notícias que chegavam da França por navios mercantes alarmavam Villegagnon, preocupado com a campanha difamatória dos calvinistas contra ele. Hesitou bastante em viajar à Paris para justificar-se e rebater as acusações terríveis espalhadas pelos calvinistas, despeitados pelo seu fracasso. O clamor contra ele chegou a tal ponto que Henrique II decidiu chamá-lo para explicações. Villegagnon afinal embarcou em

maio de 1559 numa verdadeira arca-de-Noé, pois a sua caravela levava boa quantidade de pau-brasil, jacarandá e acajú, plantas medicinais, animais e cerca de 50 tupinambás. Ele estava preparando um dicionário franco-tupi, com a colaboração de André Thevet, e durante a viagem de volta deu-lhe os últimos retoques.

Ao desembarcar em França encontrou duas novidades desfavoráveis a ele: seu ilustre protetor, o rei Henrique II, acabava de falecer e o influente ministro Coligny, agora convertido ao calvinismo, passou a ser seu inimigo declarado. Salvaram-no seus amigos Montmorency e o Duque de Guise, aos quais pode comprovar sua inocência e boa fé. A jovem rainha Maria Stuart, mulher do novo rei de França, Francisco II, não havia esquecido seu salvador das brumas da Escócia e também lhe deu todo o apoio. Contra a vontade de Villegagnon, os indígenas que levou para o Brasil foram exibidos em feiras francesas. Aliás, o rei Carlos IX fez questão de conversar com eles e consta até que Montaigne teria entrevistado alguns tupinambás e utilizado suas respostas em seus escritos. Dois desses indígenas fizeram estudos universitários na França e tornaram-se altos funcionários da coroa. Outro desses indígenas brasileiros chegou a ser o responsável pelos belos jardins do castelo de Fontainebleau.

Algumas palavras sobre o fim da França Antártica. Portugal acompanhava a experiência francesa com a maior preocupação e a notícia do regresso de Villegagnon à França levou o governador Mem de Sá a instar com Lisboa que era o momento oportuno de agir rapidamente. Dona Catarina, a regente do reino (Dom Sebastião era menor), mandou preparar importante armada e já a 30 de novembro de 1559 a expedição aportou na Bahia. Sob o comando de Bartolomeu de Vasconcelos, a armada constava de 26 navios, poderosa artilharia, munição em abundância e mais de dois mil homens bem treinados. As províncias de Ilhéus, Porto Seguro e São Vicente contribuíram com numerosos contingentes. A 21 de fevereiro de 1560 chegaram às vizinhanças da Guanabara, mas breve se deram conta de que a ilha era inexpugnável. Repetidos ataques de surpresa falharam. Uma gravura da época mostra os navios portugueses em formação de semicírculo, atirando contra as defesas da ilha, que eram excelentes, tanto que nesses ataques morreram 132 portugueses e apenas

um francês. Bois-le-Comte resistiu a intensos bombardeios por cerca de vinte dias.

Mas Mem de Sá habilmente desistiu de atacar o forte e resolveu desembarcar e tomar a povoação indefesa de Henriville, que foi em parte destruída e seus habitantes, índios e franceses, passados a ferro e fogo. Por sua vez, os franceses compreendendo que a sua resistência tinha limitações, resolveram abandonar a ilha-fortaleza, já bastante destruída, e embrenharam-se no interior. A artilharia francesa foi levada para Lisboa como troféu e até hoje é exibida em museu. Fica no ar uma pergunta: se Villegagnon estivesse no Rio quando ocorreu o ataque português, o desfecho seria diferente? Talvez os portugueses nem sequer tivessem ousado se apresentar na Guanabara, tal o prestígio militar de Villegagnon. Os lusos foram incentivados pelo padre Manuel da Nóbrega, que comparava Villegagnon ao próprio demônio...

Durante os anos seguintes os portugueses temeram a volta de Villegagnon e fortificaram toda a região. Em 1561 ele instou com a regente Catarina de Médicis (Francisco II faleceu muito jovem e só reinou dois anos) para organizar uma forte expedição francesa para reforçar a colônia. Já havia consenso nesse sentido, quando chegou à Paris a notícia do ataque e da vitória portuguesa. Desmontada a base naval francesa, tudo ficava então muito mais difícil e o plano de Villegagnon foi posto de lado. Apesar disso, armadores normandos em 1567 chegaram a aparelhar oito navios no porto do Havre e jesuítas franceses deveriam acompanhá-los, mas tudo foi adiado. Desiludido, Villegagnon, que havia investido sua fortuna no Brasil, apresentou ao embaixador de Portugal em Paris um pedido de reparação financeira pelas grandes perdas sofridas no Brasil. Curiosamente, o governo português apressou-se a indenizá-lo com 3.000 ducados e com isso Villegagnon considerou encerrada a aventura brasileira. Os portugueses devem ter ficado aliviados... Na realidade, Villegagnon não tinha direito a indenização alguma, pois ele invadira a seu próprio risco um território português.

Os remanescentes da França Antártica sobreviveram na região até 1567, quando Estácio de Sá atacou e tomou de assalto o morro da Glória, ocupado e fortificado pelos franceses. Na luta, que foi feroz, Estácio de Sá perdeu a vida, vítima de uma flechada de um índio. Finalmente, as partes chegaram a um acordo e quatro naus levaram para

a pátria a maioria dos franceses. Alguns ainda decidiram ficar, vivendo com os tupinambás, e só regressaram à pátria em 1603.

Para encerrar esta parte de nosso estudo, ensaiemos uma avaliação da verdadeira significação da França Antártica. Villegagnon foi admirável em sua organização militar e colonizadora, habilíssimo no trato com os índios, que lhe foram fiéis até o final. Pecou talvez pelo excesso de disciplina e de intransigência religiosa. É verdade que ele tentou acomodar-se com o agressivo zelo catequizador dos pastores protestantes e, na semana santa de 1557, decretou até uma espécie de páscoa ecumênica, mas isso não bastou. Os calvinistas radicalizaram e Villegagnon, em vez de insistir na busca de uma trégua religiosa, agiu como bom cavaleiro de Malta e bateu de frente com os calvinistas. Se tivesse deixado o tempo passar e não houvesse regressado à França para defender-se, mui provavelmente os portugueses não teriam ousado atacar. Mem de Sá, em relatório à Lisboa, elogiou o comportamento de Villegagnon e sua habilidade na organização da colônia e no trato com os indígenas. E o famoso escritor inglês Southey definiu muito bem a conjuntura: "Se Villegagnon não tivesse brigado com seus compatriotas - um pouco por sua culpa e muito mais por culpa deles - o Rio de Janeiro seria provavelmente a capital de uma grande colônia francesa no Brasil".

*

Algumas poucas linhas sobre a situação da Europa ao encerrar-se a aventura da França Antártica. Em 1553, Maria Tudor sucedeu a Eduardo VI e impôs à Inglaterra a restauração católica. Em 1556, abdicação de Carlos V. Em 1558, morte de Maria Tudor e coroação de Elisabeth. 1559, morte de Henrique II e coroação de Francisco II, marido de Maria Stuart. 1561, morte de Francisco II e volta de Maria Stuart à Escócia. Catarina de Médicis assume a regência na França até a maioridade de Carlos IX. 1562, começam as guerras de religião na França e o país é devastado. 1566, morte de Suleiman. 1568, Maria Stuart prisioneira de Elisabeth I. 1572, morte de Villegagnon e o massacre de São Bartolomeu.

Mais algumas palavras sobre o primeiro ministro Coligny (1519-1572). Sobrinho do condestável de Montmorency, foi elevado a

almirante da França em 1552, sem ser marinheiro. Em 1555, aderiu à reforma de Calvino e participou ativamente, ao lado do príncipe de Condé, nas guerras de religião. No entanto, exerceu considerável influência sobre Henrique II, Francisco II, Catarina de Médicis e Carlos IX, com os quais alternou períodos de oposição e fidelidade. Foi assassinado na noite de São Bartolomeu. Apoiou Villegagnon na implantação da França Antártica e, depois dos incidentes do Rio de Janeiro, passou a combatê-lo, pois se convertera ao calvinismo.

*

Depois da derrota francesa no Rio de Janeiro em 1560, Villegagnon não teve outra alternativa senão conformar-se com a realidade e tratou de ajustar-se à difícil conjuntura na França. Sua situação financeira não tinha nada de brilhante e só melhorou depois de receber a indenização do governo português. Seus amigos, a família e os cavaleiros de Malta se esforçaram por dar-lhe um posição honrosa. Tinha ele então cinquenta anos, idade que, na época, já era o começo da velhice. Teve a sorte de que seu amigo e lugar-tenente na aventura do seqüestro de Maria Stuart, Jean Parisot de la Valette, acabava de ser eleito grão-mestre da Ordem de Malta.

Por uma bula de 18 de maio de 1560, Parisot doou a Villegagnon a comandaria³ de Beauvais-en-Gatinais, situada perto de Nemours. Os termos da bula recordam os méritos do agraciado: "*L'insigne qualité de tes vertus, les nombreux dons de l'âme dont tu es revetu et par lesquels tu te recomendas à nous, en outre les lovables services que tu a rendus à notre religion et que tu lui rendras certainement dans l'avenir, méritent que nous t'élevions au gouvernement et bénéfice de notre Ordre*". Como vemos, os católicos da França não acreditaram nas calúnias espalhadas pelos calvinistas despeitados pelo fracasso de sua intervenção no Brasil.

Beauvais-en-Gatinais seria o refúgio final de Villegagnon, mas isso não significou que ele se limitou a gozar as mordomias da comandaria. Pelo contrário, continuou ativíssimo após um ligeiro descanso

⁽³⁾ As comandarias eram departamentos administrativos da Ordem de Malta.

para reorganizar suas finanças e seu novo bailio, aliás bastante rentável. Recebia ele como rendas anuais cerca de 3.600 libras e, além das propriedades em Beauvais, ainda dispunha de uma confortável residência em Nemours, que Villegagnon ocupava amiúde. Parisot, portanto, foi generoso com seu antigo chefe. O irmão de Villegagnon, Felipe, por um ato diante do tabelião de Jouy, de 15 de novembro de 1560, deu-lhe também o usufruto das casas, das terras e da senhoria de Villegagnon pelo resto da sua vida. Contata-se assim, mais uma vez, que Villegagnon não era o monstro, o tirano, o assassino pintado pelos pastores reformistas que estiveram na França Antártica.

Uma vez reorganizada sua vida na França, Nicolas reformou a antiga querela com Calvino. Passou uma temporada em Paris na residência do grão-mestre da Ordem de Malta e lá redigiu um documento intitulado *Resposta aos artigos que os ministros de Calvino haviam publicado na França Antártica sobre a eucaristia*. Seu texto teve a aprovação do cardeal de Lorena e posteriormente do rei de França. Enviou cópias ao duque de Montmorency, aos magistrados de Genebra e a Calvino. Com isso queria obrigar Calvino a aceitar um debate público, um duelo oratório com testemunhas e claras punições ao perdedor. Enfurecido, Calvino rasgou o documento e o pisoteou. Enviou recado a Villegagnon que se ele viesse à Genebra não sairia vivo. Como tanto Calvino como os magistrados de Genebra se recusavam ao debate, a opinião pública na França considerou o desfecho como uma vitória de Villegagnon. Isso também comprova a capacidade intelectual de Villegagnon e os seus profundos conhecimentos da fé católica.

Como Calvino não aceitou o desafio de debater com ele, Villegagnon tentou forçar o almirante Coligny a se definir entre a fé católica e a heresia. O biógrafo Peillard comentou que esta seria uma boa oportunidade para esclarecer as responsabilidades do fracasso no Brasil. Mas tal como Calvino, Coligny encolheu-se ao desafio. Pouco depois ocorreu o fato que iria desencadear as terríveis guerras de religião na França. A morte de Francisco II, marido de Maria Stuart, elevou ao trono um menino de 15 anos, Carlos IX, e deixou o governo nas mãos da viúva de Henrique II, a rainha-mãe italiana Catarina de Médicis. Nesse ano de 1561 os calvinistas dispararam novamente violentas acusações contra Villegagnon, tachando-o de ateu, bêbado, anabatista, sedicioso, frenético,

insensato etc, visando desforrar-se dele pelo desafio a Calvino. Imprimiram um folheto de oito páginas contra Villegagnon, que não continha o nome do autor, nem do editor e nem da cidade onde foi impresso. O autor pode ter sido Theodore de Bèze, assistente direto de Calvino, ou Pierre Richer, um dos pastores que estiveram no Rio de Janeiro, que o pintou como se fosse um ciclope... Richer colaborou no texto de Jean de Léry, o que vem prejudicando a imagem de Villegagnon há mais de quatro séculos.

Na época, Villegagnon foi escolhido pelo grão-mestre da Ordem de Malta como seu embaixador junto ao Concílio de Trento, mas não pôde comparecer por motivo de doença, ou porque ele não aprovava a conduta escandalosa do papa Julio III. A 17 de janeiro de 1562, Catarina de Médicis assinou um edito autorizando os huguenotes a exercer seu culto fora das cidades e no interior de suas casas. Para os católicos isso foi demais e para os protestantes, de menos, e as violências e assassinatos prosseguiram. Mercenários suíços e alemães cometeram atrocidades de ambos os lados. O Príncipe de Condé solicitou auxílio da Rainha Elisabeth para a causa protestante e o risco era imenso: a Normandia poderia cair nas mãos dos ingleses.

E o "velho" Villegagnon pegou em armas novamente por ocasião do cerco de Rouen, sitiada pelos católicos. Armado da cabeça aos pés, Villegagnon foi dos primeiros a entrar nas brechas abertas nas muralhas pela artilharia dos católicos. Infelizmente, um golpe de arcabuz feriu-o. Ao cair por terra quebrou uma perna e teve de ser retirado da batalha. Rouen foi tomada finalmente pelos católicos e Villegagnon convalesceu em Plombières, aproveitando suas águas minerais. Depois desse acidente, ele passou a mancar de maneira permanente, embora mais tarde tenha podido cavalgar novamente. A 10 de janeiro de 1563, Pereira Dantas, embaixador de Portugal em Paris, recebeu a visita de um cavaleiro que caminhava com dificuldade, apoiado em uma bengala. Era Villegagnon, que vinha pedir indenização ao governo português...

Seu amigo François de Guise foi assassinado no mesmo ano e isso abateu Villegagnon. A situação dos católicos na França estava periclitante e Villegagnon chegou a tomar providências para viajar até a Espanha para oferecer seus serviços ao rei Felipe II, filho de seu antigo protetor Carlos V. Antes porém foi recebido em audiência por Catarina de Médicis clamando pelo julgamento de Coligny. A regente ouviu-o

atentamente e lhe disse: “*Assurez-vous, Villegagnon, je suis votre amie*”; mas não tomou providências, evitando agravar ainda mais a questão religiosa. Villegagnon tinha 53 anos e estava cansado: voltou a Beauvais e passou o ano seguinte tratando de seus problemas de rotina na administração.

Em janeiro de 1565, Villegagnon estava de novo de armas na mão para acompanhar o Cardeal de Lorena, que desejava entrar à força em Paris com seus alabardeiros. Montmorency, governador da capital, desarmou-os na porta de Saint-Denis, inclusive nosso herói que estava na primeira fila ao lado do cardeal. Os poetas huguenotes aproveitaram para fazer versinhos e canções debochando de Villegagnon.

Pouco depois ele teve de entrevistar-se novamente com Catarina de Médicis por assuntos da Ordem de Malta. A regente pretendia oferecer o grande priorato da França ao cavaleiro Michel de Seurre, mas a direção da Ordem discordou e encarregou Villegagnon de apresentar suas *remontrances* à Rainha-mãe. Ele defendeu tão bem os pontos-de-vista da Ordem nessa audiência que Catarina lhe deu ganho de causa e o cavaleiro de Seurre não foi nomeado.

Em julho de 1566, Villegagnon aceitou acompanhar a Henrique, jovem duque de Guise (filho de seu amigo François, recém-assassinado), à Hungria. O rapaz só tinha 16 anos e Villegagnon deveria aprimorar a educação militar do príncipe. Villegagnon aproveitou para redigir cartas e relatórios diplomáticos e militares ao Cardeal de Lorena sobre as intenções dos turcos e do imperador. De volta, esteve na Alemanha, mas regressou à calma de Beauvais. Nesse ínterim, a guerra religiosa tomava maior volume, e Condé e Coligny prepararam um golpe para seqüestrar Catarina e Carlos IX, visando que abolissem os entraves comerciais contra os huguenotes. Catarina foi salva pelos mercenários suíços e compreendeu finalmente que não podia continuar a contemporizar com os protestantes. A guerra civil esquentou novamente e Villegagnon foi nomeado governador da cidade de Sens, uma das entradas da capital. Seu protetor Montmorency acabara de morrer em uma escaramuça perto de Paris.

A situação das tropas reais, católicas, ficou precária, tanto mais que os sucessores de Montmorency, os Duques de Anjou e de Guise eram pouco experientes em face dos competentes chefes protestantes

Coligny e Condé. Villegagnon foi notável na defesa de Sens, pondo em fuga as tropas muito mais numerosas do Príncipe de Condé. Logo depois ele se apoderou de Auxerre, fechando definitivamente o caminho de Paris para os protestantes. Em 1568, Condé foi morto e Coligny refugiou-se na Alemanha. Foi a vez dos *chansonniers* de Paris cantar as proezas de Villegagnon... Tinha ele então 58 anos. O Duque de Anjou, que temia a queda de Sens, escreveu-lhe pessoalmente agradecendo sua atuação e iniciou a sua carta por *Mon frère*. Por outro lado, Villegagnon manteve correspondência regular com o rei Carlos IX, informando todos os pormenores da guerra em Sens e Auxerre. Depois da paz, Villegagnon atuou até como urbanista em Sens, lá construindo dois *boulevards* nas áreas destruídas pelos bombardeios dos protestantes. Em março de 1568 a paz foi assinada; Villegagnon deixou Sens completamente reequipada e reorganizada, e voltou a Beauvais. Ele não tinha ilusões sobre aquela paz tão frágil.

No seu bailio, Villegagnon descansou e leu muito. Redigiu outra controvérsia religiosa contra o luterano Valentin Vannius e levou seu manuscrito à Sorbonne, obtendo aprovação da faculdade de teologia. No entretanto, a guerra religiosa reacendeu-se e Villegagnon teve novamente de deixar a pena pelas armas. Designado para defender a região de Sens, ele não perdeu tempo. O duque d'Alençon escreveu ao rei Carlos IX: "*le dit sieur de Villegagnon a jusques ici fort bien nettoyé le pays*" Mas a partir de junho de 1569, ele regressou a Beauvais e não tomou mais parte em batalhas. Carlos IX nomeou-o *gentilhomme* da câmara do rei de França. O gosto pelos estudos de direito foi retomado por Villegagnon e freqüentou a Sorbonne e o Parlamento. Em 1570, ele foi escolhido pela Ordem de Matta como seu embaixador junto à côrte francesa. Era um fim de carreira consagrador para um homem de sessenta anos.

Villegagnon fez ainda várias aparições na corte francesa, mas teve o desagrado de ver a volta de Coligny, outra vez nas graças de Catarina de Médicis. A italiana era admirável na arte de tergiversar, de prometer e não cumprir. A 15 de janeiro de 1571 (1572 pelo novo calendário), Villegagnon falecia em sua cama, como um burguês de Paris. Deus não lhe concedeu a satisfação de saber do assassinato de seu inimigo Coligny, de ouvir que o seu cadáver foi defenestrado, atirado ao

rio Sena e depois pendurado pelos pés. E Villegagnon já estava morto há mais de oito meses quando ocorreu a noite de 24 de agosto de 1572, a trágica São Bartolomeu, na qual milhares de protestantes foram trucidados em toda a França.

Ao falecer, Nicolas Durand de Villegagnon não deixou uma grande herança. Legou todos os seus bens aos pobres de Paris: "*à ceux condamnés à l'éternelle misère, le peuple de Paris*". Foram apenas 1.850 libras, mas depois de impostos e descontos burocráticos, os pobres de Paris só receberam a metade... Villegagnon foi enterrado na capela da comandaria de Beauvais. Na verdade ele não morreu lá e sim em Pluviers-en-Beauce, onde havia ido para fazer uma inspeção. O que resta dele hoje? Uma placa na sua casa natal e uma ilha com seu nome na baía da Guanabara...

*

CONCLUSÃO: VILÃO OU HERÓI?

Um de seus contemporâneos descreveu Villegagnon assim: "audacioso como um francês, esperto como um inglês e dissimulado como um jesuíta espanhol. Sem dúvida, ele foi audacioso, valente e até imprudente em combate. Esperto também para superar as limitações de sua pequena nobreza. Dissimulado por vezes sim e, como um jesuíta espanhol, ele foi sempre fiel a Deus, ao catolicismo e a seu rei.

Os protestantes inventaram que no Brasil ele se havia convertido ao calvinismo e depois repudiado e perseguido ferozmente os calvinistas. Tudo mentira, mas essas mentiras foram repetidas durante séculos e danificaram a sua imagem de bom católico, homem honesto e tolerante. Em 1991 foi publicada na França a biografia de Leonce Peillard, que o defende e refuta todas as invenções de seus inimigos calvinistas. Em 1995, nova edição do livro de Jean de Léry renovou todas as acusações falsas contra Villegagnon.

Será que 420 anos depois de sua morte está sendo revivida a controvérsia entre católicos e protestantes? No entanto, hoje na França, o católico Chirac convive cordialmente com o protestante Jospin...

No Brasil diversos livros e folhetos, desde o século passado, repetem as acusações de Jean de Léry e silenciam a defesa de seu outro contemporâneo André Thevet. Em 1985 o historiador brasileiro Chermont de Brito, membro do IHGB, publicou um livro que defende veementemente Villegagnon. Nós não temos dúvidas em ficar do lado de seus biógrafos Heulhard, Peillard e Chermont de Brito. Ao longo do presente estudo, acreditamos que ficou amplamente provada a inocência de Villegagnon de todas as acusações contra ele. Se houvesse nelas um fundo de verdade, como entender que os reis Francisco II e Carlos IX, Catarina de Médicis, a Ordem de Malta, o Cardeal de Lorena, o Duque de Guise, isto é, os maiores líderes católicos da época o tivessem prestigiado tanto, depois dos acontecimentos do Rio de Janeiro? Como *La calúnia è un venticello*, até hoje se fala nos pretensos atos de violência cometidos por Villegagnon na Guanabara.

Portanto, Villegagnon não foi um vilão. Como compará-lo aos conquistadores ávidos e sanguinários do seu século, a um Pizarro ou Cortez? Tampouco foi um pirata. Era católico intransigente e, por isso, pagou com o desgaste pessoal e de sua fortuna. Seus atos sempre ocorreram dentro da mais total legalidade. Seu comportamento foi o de um soldado apaixonado pelas tarefas que lhe confiaram. Hábil diplomata e negociador, foi talvez demasiado rígido em defesa de suas crenças religiosas. Bom advogado, escritor culto, não suportava divergências dogmáticas e reagia com intransigência. Por isso, alienou muitas simpatias e complicou sua vida. Tivesse ele realmente fraquejado em sua fé no Brasil, não teria sido depois altamente prestigiado pela Ordem de Malta e por toda a realeza católica da França.

Foi ator e testemunha dos grandes acontecimentos do seu tempo, viveu uma existência fascinante e inconcebível para uma pessoa de sua origem relativamente modesta. A universalidade de sua atuação política e militar parece até inexplicável neste final do século XX. Mas seria ele um herói, como indaga o título deste estudo? Sem dúvida realizou feitos heróicos: o seqüestro de Maria Stuart, sua atuação na batalha de Argel, no cerco de Rouen, na defesa da ilha de Malta e da

cidade de Sens. No sentido forte da palavra, Villegagnon foi um homem bravo, culto e honesto, com lampejos de heroísmo. Por isso, merece ser lembrado e admirado quase cinco séculos depois de sua morte.

BIBLIOGRAFIA SELETA

Na França:

- CLOULAS, Ivan - **Henri II**, edições Fayart, Paris, 1985.
- COTTRET, Bernard - **Calvin**.
- DUCHEIN, Michel - **Marie Stuart**, edições Fayart, Paris, 1987.
- FRASSER, Antonia - **Marie Stuart reine de France et d'Écosse**, edições Laffont, Paris, 1973.
- GAFFAREL, Paul - **Histoire du Brésil Français au XVI siècle**.
- HEULHARD, Arthur - **Villegagnon roi d'Amerique un homme de mer au XVI siècle**, edições Leroux, Paris, 1897.
- LENOIR, A - **Les Provenois célèbres** (1886)
- LÉRY, Jean de - **Histoire d'un voyage au Brésil**, edições Le Livre de Poche, Paris, 1995.
- MARAN, René - **Nicolas Durand de Villegagnon**, edições France Empire, s/d, Paris.
- MIQUEL, Pierre - **Les guerres de religion**, edições Fayard, Paris, 1987.
- PEILLARD, Leonce - **Villegagnon, vice-amiral de Bretagne, vice-roi du Brésil**, edições Perrin, Paris, 1991. Prefácio de Allain Peyrefitte.
- THEVET, André - **Les singularitez de la France Antarctique**, edições Le Temps, Paris, 1982.
- VERTOT, abbé de - **Les Chevaliers de Malte**, século XVIII.
- VILLEGAGNON, Nicolas Durand de - **Caroli V Imperatoris in Africam ad Argieram. Parisiis, Ioannem Royni, uia ad D. Iacobum**, 1542.
-
- De belo Melitensi & eius euentu Francis imposito, ad Carolu Caesarem V.** Parisiis, Carolum Stephanu, 1553. Não paginado.
-
- Response aux libelles d'injures publiez contre le cheualier de Villegaignon.** Au lecteur Chrestien. A Lion, par Benoit Rigavd, 1561.
-
- Estrille pour blason d'armoiries de la Cheaulairie de Villegaignon.** Paris [s. ed.] 1561.
-
- Relation de l'expédition de Charles-Quint contre Alger.** Suivie de la trad. du texte latin par Pierre Tolet. Publiées par H. D. de Grammont. Paris, Auguste Aubry; Alger, Juillet St. Llarger, 1874.

No Brasil:

- ANDRADE, Leoncio Caldeira de - **A igreja dos fiéis (Coligny no feudo de Villegagnon)**, editora Centro Brasileiro de Publicidade, Rio de Janeiro, 1947.
- BRITO, Chermont de - **Villegagnon, rei do Brasil**, editora Francisco Alves, Rio de Janeiro, 1985.
- LÉRY, Jean de - **Viagem à terra do Brasil**, edição da Biblioteca do Exército, Rio de Janeiro, 1961.
- NOGUEIRA, Manuel Tomás Alves - **Villegagnon**, coleção Epasa, Biblioteca Brasileira de Cultura, Rio de Janeiro, 1944, Prefácio de Basílio de Magalhães.
- REVISTA TRIMESTRAL DE HISTÓRIA E GEOGRAFIA (do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro), tomo 2, 2ª edição, Rio de Janeiro, 1858. Contém carta de Villegagnon a Calvino.
- ROCHA, Pombo - **História do Brasil**, volume 1, editora Jackson, Rio de Janeiro, 1935.
- SENNA, Nelson - **Os Protestantes no Brasil**.
- VARNHAGEN, Francisco Adolfo - **História Geral do Brasil**, editora Melhoramentos, tomo 1, 4ª edição, São Paulo, 1948.
- VILLEGAGNON, Nicolas Durand de. **Carta a Calvino**, na Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Rio de Janeiro, 1840, páginas 198 a 202.

Na Alemanha:

- NOGUEIRA, M. T. Alves - **Der Mönchritter Nikolaus von Villegagnon**, edição do Brockhaus de Leipzig, 1887. Republicado em português em 1944.

Na Itália:

- VILLEGAGNON, Nicolas Durand de - **Ad articulos Calvianae de sacramento eucharistiae traditionis**. Gasparem Bindonum, Veneza, 1562.

TREZENTOS ANOS DE PESQUISA HISTÓRICA EM PERNAMBUCO

Leonardo Dantas SILVA,
da Fundação Joaquim Nabuco

Conferência pronunciada na 47ª Reunião Anual
da Sociedade Brasileira para o Progresso da
Ciência - SBPC, em São Luís do Maranhão - 14
de julho de 1995.

"A pesquisa histórica no Brasil nasceu com a fundação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro [1838]. Antes existe apenas a pesquisa individual, o trabalho de um ou outro estudioso, que tenta encontrar em arquivos nacionais ou estrangeiros peças novas que fundamentem os temas a desenvolver". A afirmativa é de José Honório Rodrigues, in *A Pesquisa Histórica no Brasil*, 2 ed.. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1969. p. 37.

A tese, porém, não faz justiça ao trabalho dos primeiros historiadores brasileiros que, mesmo antes da institucionalização da pesquisa por um Instituto Histórico do Rio de Janeiro, desde o século XVIII já vinham desenvolvendo suas pesquisas como fase preliminar dos seus estudos históricos. Utilizando-se de métodos e técnicas de pesquisa da época, percebe-se neles o real propósito de consulta das fontes primárias, sobretudo as manuscritas, recolhendo e analisando informações da história oral e da bibliografia disponível.

A preocupação com a existência de uma história regional chega ao início da segunda metade do século XIX, quando o articulista do

Diário de Pernambuco, na secção de “Revista Diária”, da edição de onze de outubro de 1861, faz a seguinte indagação:

Teremos uma história propriamente nossa, propriamente pernambucana?

E ele mesmo responde à própria indagação:

Temo-la sem dúvida. O que falta, porém, em grande parte, é fazê-la conhecer em suas fontes primitivas, desencavá-la, por assim dizer, dos depósitos de remotíssima data em que ela se acha encerrada, examiná-la, analisá-la em suas desenvolvimentos e fases diversas, e trazê-la com o auxílio da indagação filosófica e da cultura prática, à inteira luz da publicidade. Conservam-se na escrita os poucos livros bons que possuímos de história pátria: vive antes estampada em fatos, cuja maioria, em substância, nem é plenamente apreciada, nem verdadeiramente compreendida.

E, mais adiante, continua:

As antigüidades da nossa história, que tanto entendem com a própria vida social e política da nossa Província, e ainda com os ensaios de um existir remoto e primitivo, vão quase desapercibidas, à falta de culto, de exame, de pesquisa, e até - diremos mesmo - de tradições e monumentos. As tradições não deixam de existir, é certo, mas são, porventura, como a letra morta, e parecem nulificar-se por si mesmas, atento o pouco ou antes nenhum desejo e incentivo que há em mantê-las e deixá-las com vida. Em tal caso, fora bem útil e de suma conveniência a criação, nesta capital, de uma sociedade especial e unicamente destinada a promover o estudo das antigüidades, na parte que respeita a história da nossa Província, propriamente dita. Essa sociedade, que assumiria com razão o título de - *sociedade dos antiquários de Pernambuco* - poderia e deveria mesmo ter por fim investigar com critério e reflexão nas muitas fontes da nossa particularíssima história, explorar essas várias minas de erudição e de notícias que jazem quase em dissolução, no fundo dos cartórios, dos arquivos, das bibliotecas, e, quem sabe?, nos esconderijos de alguma corporação antiga, de

alguma livrarias silenciosas, pelo descuido e incúria egoística dos respectivos donos

Os estudos históricos em Pernambuco têm início no século XVIII, ocasião em que, segundo revela José Antônio Gonsalves de Mello, "surge o empenho de buscar a verdade histórica e os primeiros historiadores dedicam-se à pesquisa como fase preliminar de seus estudos; uns mais outros menos, sente-se neles o propósito deliberado de ir às fontes manuscritas, de utilizar a bibliografia disponível sobre o passado brasileiro e de avaliar as informações recolhidas" (in Pesquisa histórica e historiografia em Pernambuco, *Arrecifes*, n. 5, p. 15/21. Recife, Conselho Municipal de Cultura, 1992).

É deste século o surgimento da obra de três grandes pioneiros da pesquisa histórica: frei Antônio de Santa Maria Jaboatão (1695-1779), D. Domingos do Loreto Couto (c. 1696 - c. 1762) e Antônio José Vitoriano Borges da Fonseca (1718-1786). O primeiro, na opinião da mesma fonte, quando da elaboração do seu *Orbe Novo Seráfico Brasilico*, editado parcialmente em 1761, utiliza-se dos arquivos da Província Franciscana a que pertencia, bem como da Província de São Bento, além de ampla bibliografia, revelando-se dos três o mais erudito. O segundo, menos indagador, é autor de *Desagravos do Brasil Glórias de Pernambuco*, onde se revela informes da história oral, obtidos de pessoas mais idosas, e manuscritos diversos; parece ter consultado os originais da *História do Brasil*, de frei Vicente do Salvador OFM, ainda inédita, e livros portugueses dos séculos XVII e XVIII. O terceiro, autor de *Nobiliarquia Pernambucana*, revela-se genealogista e não historiador, por mais de trinta anos foi um cuidadoso pesquisador de informações sobre o nosso passado. Segundo a mesma fonte, "é dos primeiros genealogistas a desprezar notícias fornecidas por 'tias velhas' e ir diretamente às fontes seguras de documentação cartorial e paroquial, tendo conseguido reunir os primeiros textos genealógicos redigidos após a Restauração Pernambucana de 1654".

Frei Antônio de Santa Maria Jaboatão, nascido em dia e mês não precisos de 1695, portanto há 300 anos, era natural da freguesia de Santo Amaro do Jaboatão em Pernambuco. Ingressou para a Ordem Franciscana em 1716 e, no ano seguinte recebia ordens no Convento de Santo Antônio de Paraguaçu, na Bahia. Concluindo os seus estudos em

1725, retornou ao Recife onde dedicou-se a vida religiosa de pregador. Seu primeiro sermão que se conservou registro data de 1730 na Capela da Boa Viagem, na praia da Candelária, freguesia do Jaboatão.

É grande a relação dos seus sermões que vieram alcançar as honras do prelo, alguns deles desconhecidos por bibliógrafos como Rubens Borba de Moraes, Sacramento Blake e o próprio Inocêncio Francisco da Silva. Na "Coleção da Miscelânea" da Universidade de Coimbra (Portugal), pode-se encontrar vários deles não relacionados nas obras dos bibliógrafos citados. O seu mais importante trabalho é o *Orbe Seráfico Novo Brasilico*, editado em Lisboa em 1761, na oficina de Antônio Vicente da Silva.

Na elaboração de sua obra, Jaboatão consultou toda a bibliografia existente até pouco antes de 1758, num total de cerca de trinta títulos. Mas não foi só um compilador de fontes impressas, trabalhou ativamente em fontes manuscritas recolhidas de vários arquivos públicos e religiosos de Pernambuco, da Bahia, da Paraíba, de Sergipe. Consultou exaustivamente o Cartório da Província Franciscana em Salvador, bem como os Livros de Tombo dos Mosteiros Beneditinos de Olinda e da Bahia, da Câmara Municipal de Salvador, o Livro de Acórdãos da Misericórdia de Olinda, os arquivos dos Conventos Franciscanos da Paraíba, de Ipojuca e um manuscrito da *História do Brasil* do frei Vicente do Salvador, somente impressa em 1889, além de outros papéis, bem como depoimentos de confrades franciscanos. Sobre as suas pesquisas com base na história oral, esclarece: "a nossa obrigação é escrever não só o que dizem os assentos dos Arquivos da Província, mas também o que ouvimos por tradição dos velhos e antigos Padres dela, que é outro modo de arquivo, a que se deve a mesma fé e crédito" (II p. 342); e as vezes oferece o seu próprio depoimento (II, p. 387).

A obra de Jaboatão só veio a ser reeditada em 1858, sob o patrocínio do Instituto Histórico Brasileiro, reunindo os dois primeiros volumes da primeira edição de 1761 e a continuação de sua obra ainda inédita, chamada de "Parte Segunda".

Escreve José Antônio Gonsalves de Mello, no artigo antes citado, a propósito dos estudos históricos em Pernambuco, a partir dos trabalhos daqueles três historiadores pioneiros da Pesquisa Histórica em Pernambuco:

A geração que a deles seguiu não conheceu continuadores desses pioneiros. O exame da correspondência da Corte para os governadores de Pernambuco, empreendida por Francisco de Brito Bezerra Cavalcanti de Albuquerque, falecido em 1817, não despertou nele maior esforço do que um *Catálogo das Reais Ordens* (manuscrito concluído em 1800), que visa antes à administração civil do que à História. O padre João José Saldanha Marinho (1755-1824) é apontado como “assíduo investigador das antigüidades da Província e autor de uma *História da Igreja Pernambucana*”, nunca publicada. O bacharel em leis pela Universidade de Coimbra, o recifense Francisco Soares Mariz (c. 1760-1819) redigiu as *Instituições Canônico-Pátrias para uso do Clero Pernambucano*, das quais o livro primeiro, dos seis que deviam formar o conjunto da obra, foi publicado postumamente (Rio de Janeiro, 1822), sem contribuição maior. (Cogitou-se em 1844 da reedição da obra: ver *Diário de Pernambuco* de 16.3.1844). A relação dos livros que compunham a biblioteca do autor, numerosa para um particular, constante do inventário *post mortem*, não revela interesse pela história luso-brasileira da parte dele. Frei Joaquim do Amor Divina Caneca (1779-1825) é autor de um manuscrito de uma *História da Província de Pernambuco*, que infelizmente não se conservou; pelas referências históricas constantes das suas obras, o livro desaparecido seria uma interpretação ‘engajada’, do ponto de vista político, do passado pernambucano.

Francisco Augusto Pereira da Costa (1851-1923), in *Anais Pernambucanos*, volume IX p. 255 e seguintes, nos dá notícia da criação em 20 de fevereiro de 1827 de uma “Comissão de História e Antigüidades da Província de Pernambuco” para a qual foram nomeados o Dr. Bernardo Luís Ferreira, Frei Inácio de São Francisco Xavier OSB, João Francisco Bastos, Frei Miguel Joaquim Pegado, Frei Carlos de São José, Dr. Manuel Inácio de Carvalho e João Carneiro da Cunha. Dessa Comissão, criada pelo presidente da Província Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque, depois Visconde de Suassuna, não se tem notícia de qualquer trabalho ou providências outras.

É do próprio Pereira da Costa a tentativa de levantamento cronológico da pesquisa histórica em terras pernambucanas, citando para isso o *Catálogo das Reais Ordens existentes no arquivo da extinta Provedoria da Fazenda Real de Pernambuco*, elaborado por Francisco de Brito Bezerra Cavalcanti, já aqui referido, manuscrito do qual ele possuía uma cópia. - A Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro possui no seu acervo três exemplares, no Recife disponho de uma cópia recente deste original elaborada e corrigida pelo Prof. José Antônio Gonsalves de Mello:

Diz Francisco de Brito Bezerra Cavalcanti no seu *Catálogo*:

Com a invasão holandesa, a cidade de Olinda, então vila, e metrópole da capitania, foi reduzida a cinzas com os seus cartórios e arquivos; o donatário escapou fugindo para a Bahia, de onde passou a Lisboa com os papéis de sua secretaria, da qual, depois da restauração vieram alguns títulos, extraídos do arquivo do Excelentíssimo Conde de Vimioso, hoje (1799), Marquês de Valença, que lhe sucedeu; e finalmente da Torre do Tombo, para onde passaram depois da composição porque foi unida esta capitania à real coroa portuguesa.

Pereira da Costa informa ainda da criação, em 1658, do lugar de cronista da América, exercido inicialmente por Dr. Diogo Gomes Carneiro, sendo depois circunscrito ao Estado do Brasil, cargo para o qual fora nomeado aquele mesmo funcionário pela Provisão de 1º de junho de 1661, "facultando-se-lhe para bem desempenhar a sua missão os documentos que necessitasse do arquivo nacional da Torre do Tombo, e de outras repartições do reino e das possessões ultramarinas, onde houvesse e fosse requisitado" (Anais v. III p. 464). José Antônio Gonsalves de Mello, em artigo publicado na *Revista do Instituto Arqueológico Histórico e Geográfico Pernambucano*, v. LVIII, Recife 1993, nos traz novos informes sobre este nosso cronista, inclusive a transcrição de um pequeno texto sobre a história da capitania de Pernambuco, em forma de certidão datada de 25 de janeiro de 1673, conservada no processo reivindicatório da Condessa de Vimioso, filha do donatário Duarte de Albuquerque Coelho, intentado contra a Coroa que mandara incorporar a capitania ao patrimônio régio.

Durante a guerra holandesa (1630-54), havia a função de cronista oficial, sendo conhecidos os trabalhos de Duarte de Albuquerque Coelho, *Memórias Diárias da Guerra no Brasil* (Recife: Fundação de Cultura, 1981), e Diogo Lopes Santiago, *História da Guerra de Pernambuco* (Recife: Fundarpe, 1983).

Também as ordens religiosas possuíam os seus cronistas, sendo notável o trabalho de Frei Antônio de Santa Maria Jaboatão, realizado ainda no século XVIII. José Antônio Gonsalves de Mello, em artigo publicado no livro comemorativo *Benedictinos em Olinda - 400 anos* (Recife: Sanbra, 1986), descreve o trabalho dos seus cronistas a partir do século XVIII e da luta de alguns abades em preservar tão rico acervo de documentos de nossa história colonial.

Os acontecimentos que culminaram com a proclamação da República de Pernambuco de 6 de março de 1817, seguindo-se da Confederação do Equador de 1824, vieram despertar o interesse dos pernambucanos para a sua História, estando sempre presente o ideário da Restauração Pernambucana de 1654 e a presença da tetrarquia formadora do panteão pernambucano, representada nas figuras de André Vidal de Negreiros, João Fernandes Vieira, Felipe Camarão e Henrique Dias. Nesta ordem eram os nomes dos restauradores de Pernambuco invocados, como uma aliança inter-racial que expulsara os holandeses e, doravante, viria completar sua missão histórica com a expulsão dos portugueses. Lembra Evaldo Cabral de Mello que Frei Joaquim do Amor Divino Caneca, no editorial de estréia do seu jornal, *O Typhis Pernambucano*, "colocava a nova fase da luta nativista sob a égide dos restauradores" (*Rubro veio* p. 195 Rio, 1986).

Neste sentido o *Diário de Pernambuco* de 17 de novembro de 1836, na secção "Avisos Particulares", convida os possuidores de manuscritos "que fazem parte da história pernambucana, e mesmo de outros científicos para que, querendo vendê-los ou dá-los a imprimir, mediante um número de exemplares, dirijam-se à mesma oficina, ou à loja de livros nº 37 e 38 da Praça da Independência".

No ano seguinte, a 16 de setembro, o mesmo jornal anuncia a existência de uma Sociedade de Literatos Pernambucanos que tinha por objetivo "escrever a História desta heróica Província, desde o seu descobrimento até os nossos dias. A mesma Sociedade roga aos seus

concidadãos que tiverem alguns documentos, memoriais etc., relativamente a este objeto, se dignem de os emprestar, entregando-os na loja de livros nº 37 e 38 da Praça da Independência, onde se lhes dará um recibo do que se dignarem emprestar, para lhes ser entregue, ficando certo qualquer que tal favor fizer, que terá grátis um exemplar da mesma História”.

A anunciada história não chegou a ser publicada, mas se depreende, segundo observa José Antônio Gonsalves de Mello no artigo citado, "que o interesse pela documentação era real, pode comprovar-se pela proposição feita na Assembléia Provincial, pelo Deputado Padre Lopes Gama, em 1838, no sentido da publicação dos preciosos *Inventários das armas e dos prédios existentes no Recife quando da Restauração de 1654*, o que realmente se fez no ano seguinte”.

Data de 16 de setembro de 1840 o aparecimento da obra de José Bernardo Fernandes Gama, *Memórias Históricas da Província de Pernambuco*, segundo notícia o *Diário de Pernambuco* daquela data. O tomo primeiro abordava o período compreendido entre o descobrimento e a primeira fase da guerra holandesa (1635), sendo vendido ao preço de 2\$500 rs na loja de livros da Praça da Independência, obedecendo ao plano editorial já anunciado pelo mesmo jornal em sua edição de 20 de março do mesmo ano.

O aparecimento do primeiro volume da obra de Fernandes Gama logo desperta as críticas de um "Curioso", na verdade o Dr. Joaquim de Aquino Fonseca segundo ele próprio vem a revelar no *Diário de Pernambuco* de 13 de dezembro de 1859. As críticas de "O curioso" foram publicadas, pela primeira vez, por aquele jornal em sua edição de 23 de setembro de 1840, sendo respondidas pelo autor em 30 do mesmo mês em correspondência publicada no mesmo periódico. "O Curioso" continuou com suas críticas, publicando-as nas edições de 2 de outubro e 3 de outubro, que a 5 de outubro do mesmo ano de 1840 vieram a ser respondidas por Fernandes Gama.

O primeiro volume das *Memórias Históricas da Província de Pernambuco*, porém, veio tornar-se obra de invulgar raridade em face de os exemplares, impressos da Tipografia de M.F. de Faria, terem sido transformados em papel de embrulho (*Diário de Pernambuco* 30.3.1842), conforme revela José Antônio Gonsalves de Mello ele próprio possuidor de um desses exemplares. *As Memórias Históricas* vieram a ter em 1844

uma nova edição do seu primeiro volume (bastante modificado), seguindo-se de três outros editados em 1844 e 1847 (havendo exemplares do 4º volume datado de 1848). O quinto volume, porém, anunciado pelo *Diário de Pernambuco* em sua edição de 19 de julho de 1844, nunca chegou a ser impresso.

São das décadas de 1840-50 o surgimento dos trabalhos históricos escritos pelo general José Ignácio de Abreu e Lima (1794-1869), *Compêndio de História do Brasil* (1843) e *Sinopsis ou Dedução Cronológica dos fatos mais notáveis da História do Brasil* (1846); Padre Lino do Monte Carmelo Luna, *Memória Histórica e Biográfica do Clero Pernambucano* (1857), e Antônio Joaquim de Mello, autor da obra *Biografias de Poetas e Homens Ilustres da Província de Pernambuco* (1856-58), publicada em três volumes.

Em 1857 o Governo da província anuncia a reorganização do Arquivo da Secretaria do Governo que vinha de 1654, quando da extinção do governo donatário, tendo para isso adquirido novas estantes onde seus livros foram "arrumados e classificados alfabeticamente por datas em prateleiras numeradas" [...] "Por essa classificação se conhece que o arquivo possui 833 livros de officios originaes, dos quais os mais antigos são de 1693 (ordens régias); 442 livros de registros de officios dirigidos pelo governo da Província a todas as autoridades, sendo os mais antigos de 1686; e que tem mais de 6.237 impressos, contendo a legislação brasileira, geral e provincial; relatórios dos ministros de estado e presidentes de província ditos de diversos chefes de repartições provinciais, e muito avulsos sobre diversos assuntos". (*Diário de Pernambuco* 22.10.1857).

Trinta anos depois, em seu *Relatório* de 12 de junho de 1886 sobre a situação de arquivos e bibliotecas de Pernambuco, Francisco Augusto Pereira da Costa (Recife, Tipografia de Manuel Figueiroa e Faria & Filhos, 1886. 10 pp.), nos dá notícia da situação calamitosa daquele Arquivo da Secretaria do Governo, acrescentando:

... encontra-se consideravelmente desfalcado, reduzido mesmo, com a retirada de uma grande parte incorporada à Biblioteca Pública, onde permanece em completo desprezo, abandono mesmo, e condenada a uma perda irremediável, próxima, e cujos livros de preciosos manuscritos, em grande

parte originais, se viam, até bem pouco tempo, aos montões, atirados ao chão; uma outra grande parte, considerável mesmo, atacada do cupim, foi incinerada, perdendo-se assim, notadamente, grande cópia dos livros de avisos originais dos ministérios, o que tudo desapareceu pelo prurido de mal entendidas economias de um Governador de Estado, que extinguiu os lugares dos dois únicos serventes que cuidavam da conservação do arquivo, que destarte ficou entregue ao mais completo abandono; e cujos danos iriam mesmo muito mais longe, se fosse cumprida uma ordem absurda do secretário-geral daquele governador, mandando queimar todos os livros e papéis do arquivo que chegassem até o ano de 1829, deixando apenas ficar os que decorressem de 1830 em diante!!!" (*Anais* v. IX p. 265).

O arquivo da Secretaria do Governo passou a constituir, a partir de 1945, o Arquivo Público Estadual de Pernambuco que, na década de 1970, passou a ocupar o prédio da Biblioteca Pública, na Rua do Imperador, incorporando ao seu acervo a documentação manuscrita que nesta se conservava. "Entretanto, observa José Antônio Gonsalves de Mello (Introdução à 2 ed. de *Anais Pernambucanos* v. I Recife, 1983) o muito que se perdeu no decorrer de tantos anos e ao longo de tantas mudanças da sede do governo de Pernambuco - de Olinda para o Recife e, depois, no próprio Recife - pode avaliar-se pelo que consta do trabalho mandado realizar em 1746 -1749 pelo conde dos Arcos, D. Marcos Noronha, ao tempo em que administrava esta Capitania.

A documentação contida nos arquivos das províncias foi objeto de cobiça por parte da Corte que determinou, por diversas vezes, o recolhimento de tais manuscritos ao Arquivo Público do Império. Informa José Antônio Gonsalves de Mello (art. cit.):

Em 1844, o Ministério do Império, por Aviso de 9 de março, dirigido ao Presidente da Província, expunha e determinava que sendo necessário providenciar para que os documentos que podem interessar à nossa História e se acham disseminados pelas diversas Repartições das Províncias não desapareçam completamente se inutilizem por falta de cuidado, que se faz indispensável para a sua conservação. Manda Sua Majestade

o Imperador que V. Exa. remeta a esta Secretaria de Estado todos aqueles que tratam os § 5º, 6º e 8º do artigo 6º do Regulamento nº 2, de 2 de janeiro de 1838 e que existem nos arquivos dessa Província pertencentes ao Governo; e procure com desvelo obter também aqueles que existirem nos de quaisquer corporações e ainda mesmo em mãos de particulares, entendendo-se para isso com os respectivos possuidores, que, sem dúvida, não deixarão de os prestar, sendo por V. Exa. convenientemente solicitados, a fim de serem tais documentos recolhidos ao Arquivo Público do Império, Aviso cujo pronto cumprimento foi recomendado por outro de 11 de dezembro de 1844; ver *Diario de Pernambuco* de 17.1.1845.

Em 1852, esteve no Recife o bacharel Antônio Gonçalves Dias, o grande poeta maranhense cantor do *Timbiras*, com o objetivo de "examinar se nas bibliotecas e nos arquivos dos mosteiros e das repartições públicas existem alguns documentos" de interesse do Arquivo Público do Império, (*Diario de Pernambuco* 23.1.1852). As ordens, a exemplo de outras ocasiões, não foram cumpridas em sua plenitude, daí podermos contar com alguns documentos que restaram após tantos atentados cometidos à Memória Nacional nesta terra.

É possível que a documentação pernambucana, sob a guarda do Arquivo Público do Império, no Rio de Janeiro, viesse a ser melhor preservada durante todos esses anos, protegida do abandono a que veio a ser relegada por parte de nossas autoridades. Já em 1858, em sua edição de 19 de junho, um articulista do *Diario de Pernambuco* diz ser "deplorável o estado em que se acham as bibliotecas e outras coisas pertencentes a alguns mosteiros e conventos do nosso país". No mesmo jornal, na edição de 20 de fevereiro de 1860, Antônio Torres Bandeira (1826-72) propõe a criação de um *Arquivo Público* onde se "poderiam entesourar, como numa espécie de repositório, tudo quanto fosse de imediato proveito, sob aspecto histórico, e até seria indispensável que aí mesmo se depositassem, colocados em diferentes seções, regularmente organizados, todos os papéis de interesse público"... A sugestão, porém, teria que esperar 85 anos para se tornar realidade.

O ambiente do Recife já se tornara propício ao desenvolvimento dos estudos históricos, mesmo de uma pesquisa histórica

sistemática, daí a sugestão de Antônio Rangel Torres Bandeira, que sucedera Antônio Pedro de Figueiredo na secção "A Carteira" do *Diario de Pernambuco*, propor, na edição de 27 de fevereiro de 1860, a criação de um Instituto Histórico e Geográfico ao lado de um Arquivo Público: "O Instituto, como o conhecemos, seria um passo demais, porém um passo seguro, no progresso moral e natural da Província, a que pertencemos. Assim como o *Arquivo Público*, esse estabelecimento abriria em seu próprio seio um manancial fecundíssimo às inteligências, que o houvessem de percorrer férvidas e animadas dos melhores desejos: e ambas as instituições, bem que de forma e de origem diversas, harmonizar-se-iam perfeitamente no plano de melhoramento, que ambas podem levar ao seu *ultimatum*".

O mesmo articulista volta ao tema, na edição de 5 de março de 1860 do mesmo jornal, dizendo das necessidades e vantagens da criação de um Instituto Histórico e Geográfico, sugerindo ainda, no mesmo artigo, a criação de um *Gabinete Literário*. Reconhece a existência e utilidade do Gabinete Português de Leitura (1851), não fazendo qualquer alusão à Biblioteca Pública. Esta última, criada pela Lei Provincial nº 298, de 5 de março de 1852, inaugurada em 19 de agosto do mesmo ano, funcionando inicialmente no Liceu Pernambucano que, por sua vez, ocupava parte das dependências do Hospital do Paraíso; tem suas origens no Gabinete Literário Pernambucano, fundado em 1839 que funcionou até 1850 (*Diario de Pernambuco* 26.11.1850), de quem herdou parte do seu acervo.

As sugestões de Antônio Rangel de Torres Bandeira vieram a ter acolhida e *Diario de Pernambuco*, em seu editorial de 11 de outubro de 1861, vem defender a fundação de uma Sociedade de Antiquários destinada "a promover o estudo das antigüidades, na parte que respeita à história da nossa Província, propriamente dita". Na sua edição de 23 do mesmo mês, lembra que "a idéia que aventamos acerca da *Sociedade dos Antiquários da Província de Pernambuco*, é uma das lembranças que pelo fundo patriótico nela implícito não pode deixar de passar todo terreno das probabilidades para aquele da execução efetiva":

Em sua edição de 22 de janeiro de 1862 o *Diario de Pernambuco* anuncia a criação de uma sociedade de antiquários: "O dia 28 do corrente, aniversário da restauração desta província do jugo

holandês, tem de presenciar esta festa com a instalação da referida sociedade no salão do convento do Carmo, ocupado pela Biblioteca Provincial e assim o sol desse dia tem daqui por diante de representar mais uma conquista, em que não desmerecerão os netos dos avós.

A 28 de janeiro, conforme anunciara o jornal, foi fundada a nova associação sob o título Sociedade Arqueológica Pernambucana, abandonando a sugestão do articulista, inspirado numa *Society of Antiquaries* existente em Londres desde o século XVIII, por outra de influência francesa. Assim surgiu a Sociedade Arqueológica Pernambucana, entendendo-se como arqueologia o estudo das antigüidades. A denominação foi logo substituída pela de Instituto Arqueológico e Geográfico Pernambucano e, já neste século pela de Instituto Arqueológico Histórico e Geográfico Pernambucano.

Por iniciativa desta nova instituição, centro de estudos e pesquisas históricas, foi iniciada a seleção e cópia da documentação conservada nos arquivos holandeses, então incorporada ao Arquivo Geral do Reino dos Países Baixos, em Haia, que havia pertencido ao acervo da Companhia das Índias Ocidentais, que por vinte e quatro anos ocupou o território hoje conhecido como o Nordeste do Brasil. Para isso foi designado o pesquisador José Hygino Duarte Pereira, responsável pela coleção de documentos relativos à presença holandesa no Norte do Brasil, cujo relatório é publicado na edição do *Diario de Pernambuco* de 12 de fevereiro de 1886, que hoje integra o acervo deste Instituto Arqueológico Histórico e Geográfico Pernambucano. É desta época o relatório de Francisco Augusto Pereira da Costa sobre a situação dos arquivos e bibliotecas dos conventos e ordens religiosas, datado de 2 de março de 1886, publicado no *Diario de Pernambuco* em 2 de setembro do mesmo ano.

Sobre a nova instituição, assim comenta José Antônio Gonsalves de Mello (Introdução ao v. I de *Anais Pernambucanos*. 2ª ed. Recife, 1983):

Embora de iniciativa de pessoas ligadas ao partido Liberal, o Instituto reuniu, sem distinção política, numeroso grupo de interessados no estudo da história pernambucana e recrutava a quantos surgiam com o mesmo interesse. Tal foi o caso do jovem Francisco Augusto Pereira da Costa que, tendo oferecido

ao Instituto seus estudos históricos publicados em 1875 e 1876 no *Jornal do Recife e Jornal da Tarde* foi eleito sócio em 24 de maio de 1876, tendo tomado posse em 1º de junho do mesmo ano, lendo um discurso que causou considerável polêmica no próprio Instituto e na imprensa.

Sob a égide do Instituto Arqueológico, Pereira da Costa (1851 -1923) e Alfredo de Carvalho (1870-1916) desenvolveram importantes estudos históricos, alguns deles publicados na coleção de sua *Revista*, que teve sua publicação iniciada em 1863 e chega até os nossos dias como um dos mais importantes repositórios dos estudos históricos em Pernambuco, se transformando em fonte de consulta obrigatória de todos os que se interessam pelo passado das capitanias no Norte do Brasil.

Nos dias atuais a pesquisa histórica em Pernambuco tem como seu representante máximo a figura do historiador maior de todos os tempos. Refiro-me a José Antônio Gonsalves de Mello que, compulsando de forma exaustiva a documentação recolhida por José Hygino Duarte Pereira na Holanda em 1885-1886, pôde fazer sua estréia nas letras históricas com a obra que já nasceu clássica: *Tempo dos Flamengos - Influência da ocupação holandesa na vida e na cultura do Norte do Brasil*. Rio, José Olympio, 1947.

A sua atuação no campo da historiografia nacional foi recentemente exaltada pelo Professor Pedro Puntoni, em artigo sobre a sua obra publicado no nº 35 da *Revista Novos Estudos* (São Paulo, CEBRAP, 1993), no qual faz uma análise crítica a grande parte de sua obra. Com as suas pesquisas realizadas nos arquivos dos Países Baixos, Portugal, Espanha e Grã-Bretanha, pôde reunir o mais notável acervo de documentos históricos já reunidos pelo Brasil em uma Universidade; fato comprovado por José Honório Rodrigues em seu livro *A Pesquisa Histórica no Brasil. Sua evolução e problemas atuais*. 4 ed. São Paulo. Editora Nacional, 1982. Referia-se o autor à coleção de 60.000 documentos do antigo Instituto de Ciências do Homem da Universidade Federal de Pernambuco, dirigido por José Antônio Gonsalves de Mello a partir de 1964, acervo que hoje integra o Departamento de História daquele centro de ensino universitário; só dos Arquivos Portugueses foram copiados 51.874 fotogramas, ao preço de 103.748 escudos, além de uma coletânea

de mapas da região, cidades e monumentos do Nordeste brasileiro especialmente elaborados em aquarelas pela artista portuguesa Isabel Sangareau da Fonseca.

Não somente os arquivos da Europa merecem a sua atenção, numa continuidade ao trabalho iniciado por José Hygino Duarte Pereira, mas também, e principalmente, os arquivos públicos estaduais, as listas dos reservados da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro e da Biblioteca Nacional de Lisboa, os arquivos das irmandades religiosas, os arquivos notariais, os arquivos de sociedades civis, as coleções de jornais e sobretudo os arquivos do Instituto Arqueológico Histórico e Geográfico Pernambucano e do Instituto Histórico e Geográfico do Rio de Janeiro.

Utilizando-se, na maioria das vezes, dos seus próprios recursos, vem realizando trabalho sem precedentes em favor da história social do Norte do Brasil, desde os primórdios da colonização até o final do século XIX. Grande parte do produto dessa vida dedicada à pesquisa faz parte da invejável bibliografia de trinta títulos, alguns deles com várias reedições, outras em revistas, jornais e obras compendiadas e de uma infinidade de contribuições, atualmente objeto de trabalho de catalogação pela bibliotecária Lúcia Maria Coelho de Oliveira Gaspar, da Fundação Joaquim Nabuco. Nestas últimas vale anunciar a sua participação na elaboração de mais de cem verbetes do *Dicionário de História de Portugal*, dirigido por Joel Serrão e editado por Iniciativas Editoriais, Lisboa 1963-1971, 4v; na *Enciclopédia Focus*. Lisboa Editora Sá da Costa; *História da Religião do Novo Mundo*, Washington 1958, com o artigo "Holandeses e calvinistas e a tolerância religiosa na América Portuguesa"; no livro comemorativo ao tricentenário do falecimento de João Maurício de Nassau (1604-1679), *Um príncipe humanista na Europa e no Brasil*, publicado em língua inglesa, Amsterdam 1979, com o artigo "Vicente Joaquim Soler no Brasil holandês"; nos "Aditamentos e Correções" à 2ª ed. dos *Anais Pernambucanos*, de F.A. Pereira da Costa. 10 v. Recife 1983-1985, e na *Revista do Instituto Arqueológico Histórico e Geográfico Pernambucano*, por ele dirigida.

Além de *Tempo dos Flamengos*, hoje na terceira edição, citaríamos para o conhecimento de sua obra as edições das biografias de *João Fernandes Vieira* 2v, *Henrique Dias*, *Antônio Dias Cardozo*, *Filipe Bandeira de Melo*, *Francisco de Figueiroa*, *Frei Manuel Calado do*

Salvador, Antônio Fernandes de Matos; bem como do livro exemplo de metodologia histórica, com capítulos modelares de como se deve conduzir uma pesquisa na área das ciências sociais: *Estudos Pernambucanos. Crítica e problemas de algumas fontes da história de Pernambuco*. 2 ed. Recife 1986. Outras de suas obras mereceriam figurar nesta relação, mas desejo eu apenas citar a sua última produção, onde José Antônio Gonsalves de Mello veio superar a si próprio no seu afã de descobrir a verdade no complicado quebra-cabeças da pesquisa histórica. Estou a falar de *Gente da Nação. Cristãos-novos e judeus em Pernambuco 1542-1654*. Recife, Editora Massangana, 1989; obra esgotada em três meses, hoje objeto de uma segunda edição graças ao interesse do bibliófilo Dr. José E. Mindlin e do patronato do Dr. Joseph Safra.

Repetindo Evaldo Cabral de Mello, in *Olinda Restaurada*. São Paulo, USP, 1975, José Antônio Gonsalves de Mello " não é apenas o grão-mestre da história de Pernambuco e do Nordeste. É também o mais vigilante guardião dos valores que ela encerra".

BIBLIOGRAFIA

- ABREU E LIMA, José Ignácio de (1794-1869). *Compêndio de História do Brasil*. 1843.
 . *Sinópsis ou dedução cronológica dos fatos notáveis da história do Brasil*. 1846; 2. ed. Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife, 1982 (Coleção Recife, XXVIII)
- CANECA, Frei Joaquim do Amor Divino, (1779-1823). *Obras Políticas e literária*. Recife: Typhographia Mercantil, 1875; 2 ed. Recife, Assembléia Legislativa, 1972.
- CAVALCANTI, Francisco do Brito Bezerra. *Catálogo das reais ordens existentes no arquivo da extinta provedoria da fazenda real de Pernambuco*. Mss. 1799.
- COELHO, Duarte de Albuquerque. *Memórias Diárias da Guerra do Brasil*. Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife, 1981. (Coleção Recife, v. XII).
- COSTA, F. A. Pereira da, (1851-1923). Relatório sobre a Biblioteca Pública. *Jornal do Recife*. Recife, 9 maio, 1876.
- _____ . *Relatório ao Presidente da Provincia de Pernambuco etc*. Recife: Tip. de Manuel Figueiroa de Faria & Filhos, 1886, 10 pp.
- _____ . "Relatório sobre os arquivos públicos de Olinda" *Revista do Instituto Arqueológico*. Recife, 1893, v. 43 pp. 21-100.
- _____ . *Anais Pernambucanos*. Recife: Arquivo Público Estadual, 1951-1966, 10v; 2ª ed. Recife, FUNDARPE, 1983-1985. 11v. v. IX p. 255 e seg. (Coleção Pernambucana 2ª fase, v. 2-11, v. 24)

- COUTO, Domingos do Loreto. *Desagravos do Brasil e Glórias de Pernambuco* Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1904; 2 ed. Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife, 1981 (Coleção Recife; XI)
- DIÁRIO de Pernambuco, 17 nov. 1836, 16 set. 1840; 2-3, 5 out. 1840; 13 dez. 1850; 16 mar. 1844; 19 jul. 1844; 17 jan. 1845; 23 jan. 1852; 22 jan. 1862; 12 fev. 1886; 2 set. 1886; 11 out. 1861.
- FIGUEIREDO, Antônio Pedro de. "A carteira" *Diário de Pernambuco*, 27 fev. 1860; 5 mar. 1860; 11 out. 1861.
- FONSECA, Antônio José Vitoriano Borges da. *Nobiliarquia pernambucana*, Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, 1935.
- GAMA, José Bernardo Fernandes. *Memórias históricas da Província de Pernambuco*. Recife: 1840-1847, 4v.
- INVENTÁRIO das armas e petrechos bélicos e dos prédios existentes no Recife quando da restauração de 1654. Recife, 1838; 2. ed. Recife: Imprensa Oficial, 1940.
- JABOATÃO, Antônio de Santa Maria. (1695-1779). *Novo orbe seráfico brasílico*. Rio de Janeiro: Typ. Brasiliense de Machado Gomes Ribeiro, 1858.; 1 ed. Lisboa, 1761, 2v; 2 ed. Rio de Janeiro, 1858, 2v.; 3 ed. Recife, Assembléia Legislativa do Estado de Pernambuco, 1980, 2v.
- LUNA, Padre Lino do Monte Carmelo. *Memória histórica e biográfica do clero pernambucano*, 1857; 2. ed. Recife: Governo do Estado, 1976 (Coleção Pernambucana, v. 3)
- MARIZ, Francisco Soares. (c 1760-1819) *Instituições canônico - pátrias para uso do clero pernambucano*. Rio de Janeiro, 1822.
- MELO, Antônio Joaquim de. *Biografia de poetas e homens ilustres da província de Pernambuco*. Recife, 1856-58. 3v.
- MELLO, Evaldo Cabral de. *Olinda restaurada*. São Paulo: USP, 1975.
- MELLO, Evaldo Cabral de. *Rubro veio*. Rio de Janeiro, 1986, p. 195.
- MELLO, José Antônio Gonsalves de. "O Cronista do Estado do Brasil e Pernambuco". *Revista do Instituto Arqueológico Histórico e Geográfico Pernambucano*. Recife, 1993. p. 9-19.
- MELLO, José Antônio Gonsalves de. *João Fernandes Vieira, 2v; Henrique Dias; Antônio Dias Cardozo; Filipe Bandeira de Melo; Francisco de Figueiroa; Frei Manuel Calado do Salvador, 1954 e Antônio Fernandes de Matos, 1957.*
- MELLO, José Antônio Gonsalves de. *Estudos Pernambucanos: Crítica e problemas de algumas fontes da história de Pernambuco*. 2ª ed. Recife: FUNDARPE, 1986. (Coleção Pernambucana, 2ª fase v. 23)
-
- _____ . Holandeses e calvinistas e a tolerância religiosa na América portuguesa. In: *História da religião do novo mundo*, Washington, 1958.
-
- _____ . "Introdução". In: COSTA, F. A. Pereira da. *Anais Pernambucanos*: 2 ed. Recife, 1983, v. 1 (Coleção Pernambucana, 2ª fase v. 2)

- _____. *Gente da Nação: Cristãos-Novos e Judeus em Pernambuco - 1542-1654*. Recife: Ed. Massangana, 1989.
- _____. "O Mosteiro de São Bento e seus cronistas". In: *Benedictinos em Olinda - 400 anos*. Recife: SANBRA, 1986. p. 27-39
- _____. Pesquisa histórica e historiográfica em Pernambuco. *Arrecifes*, Recife: Conselho Municipal de Cultura, n. 5, p. 15-21, 1992.
- _____. *Tempo dos flamengos: influência da ocupação holandesa na vida e na cultura do Norte do Brasil*. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1947; 2. ed. Recife; Governo do Estado de Pernambuco, 1978; 3 ed. Recife: Ed Massangana, 1987.
- _____. Vicente Joaquim Soler no Brasil holandês. In: *Um príncipe humanista na Europa e no Brasil*. Amsterdam, 1979.
- PUNTONI, Pedro "Transição e inovação na obra de José Antônio Gonsalves de Mello". *Novos estudos*. São Paulo, CEBRAP, n. 35, p. 246-252, 1993.
- RODRIGUES, José Honório. *A pesquisa histórica no Brasil, sua evolução e problemas atuais*. 2 ed. São Paulo: Ed. Nacional, 1969.
- SANTIAGO, Diogo Lopes. *História da Guerra de Pernambuco - 1630-1654*. 1ª ed. integral. Recife: FUNDARPE, 1983 (Coleção Pernambucana 2ª fase v. I).

DISSIDÊNCIA NO PRP (1915-1921)

José Carlos Neves LOPES

A posse do Marechal Hermes da Fonseca, em 25 de novembro de 1910, prenunciava dias difíceis para São Paulo. O apoio dado pelo situacionismo paulista à candidatura Rui Barbosa exasperou os ânimos dos militares e políticos hermistas, que aguardavam o momento oportuno para promover uma desforra.¹

A derrubada das oligarquias no Norte e Nordeste, concretizada nos dois primeiros anos da gestão Hermes, preocupava o PRP, pois as eleições de 1912 para a sucessão de Albuquerque Lins poderiam se constituir numa oportunidade para a intervenção federal no Estado, já que a disputa se daria entre um candidato situacionista e o chefe do PRC, em São Paulo - Rodolfo Miranda; outro elemento agravante era a ausência de unanimidade quanto ao nome do candidato situacionista.²

Dois eram os nomes que disputavam a indicação da Convenção do PRP: Olavo Egídio de Souza Aranha, apoiado pelos ex-dissidentes e Fernando Prestes, vice-presidente do Estado, sustentado por Jorge Tibiriçá e Albuquerque Lins (ex-presidentes do Estado). Em vista dessa situação, Rubião Junior, membro da Comissão Diretora, e com trânsito fácil junto aos dois grupos, iniciou uma série de contatos visando a escolha de um "tertius" para evitar a disputa e fortalecer o Partido.

(1) Nessa eleição, em São Paulo, Rui obtivera 82.884 votos contra 25.551, dados ao Marechal Hermes.

(2) O Partido Republicano Conservador havia sido fundado para dar sustentação à candidatura de Hermes da Fonseca.

(3) Esse grupo (Dissidência), que havia se reintegrado ao Partido durante o governo Tibiriçá, era liderado por Júlio Mesquita, proprietário do jornal O Estado de S. Paulo.

Diante desse quadro, despontou o nome de Rodrigues Alves. O ex-presidente da República havia se mantido isolado da vida política nos últimos anos, não se envolvendo na campanha civilista; mantinha boas relações com o Marechal Hermes e era um nome respeitado - seria, portanto, o candidato ideal.

No trabalho de bastidores desenvolvido por Rubião Junior, tudo indicava que a principal resistência a ser quebrada seria a dos ex-dissidentes, que achavam haver chegado o momento de seu grupo obter a presidência do Estado. Fortalecidos após seu reingresso no PRP, guardavam os ex-dissidentes profundos ressentimentos quanto a Rodrigues Alves, que era o presidente do Estado, quando da cisão de 1901.

Rubião Junior foi conversar com Júlio Mesquita e Cincinato Braga; ambos não opuseram resistência, porém, continuariam a apoiar Olavó Egídio, só deixando de fazê-lo ao primeiro sinal de resistência, circunstância em que passariam a apoiar o nome de Rodrigues Alves. Rubião Júnior adotaria o mesmo procedimento quanto ao seu candidato.⁴

Obtido o aval de Jorge Tibiriçá e Albuquerque Lins, estava aberto o caminho para a candidatura Rodrigues Alves. Em 28 de setembro de 1911, a Convenção do PRP sagrava as candidaturas do ex-presidente e de Carlos Guimarães, pertencente ao grupo dos ex-dissidentes

Em outubro, foi descoberta uma conspiração na Força Pública, na qual a participação de Rodolfo Miranda foi apontada. Organizaram-se "batalhões patrióticos nos municípios; boatos de intervenção federal fervilhavam nos jornais. Face a essa situação, Rubião Júnior, "bombeiro do PRP", costurou um acordo com os perrecistas, auxiliado pelo deputado federal Fonseca Hermes, irmão do presidente da República. Por esse acordo, a oposição desistia de concorrer à presidência do Estado recebendo em troca a garantia de que haveria espaço para seus candidatos na próxima eleição federal; acordava-se também que o PRP apoiaria os atos do governo Hermes que não ferissem as leis fundamentais da União e do Estado; idêntico procedimento adotaria o PRC em relação ao governo do Estado.⁵

⁽⁴⁾ O Estado de S. Paulo, 29/11/1915.

⁽⁵⁾ Afonso Arinos de Mello Franco, Rodrigues Alves: apogeu e declínio, do presidencialismo, vol. 2 São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1973 p. 680 e segs.

Empossado em 1º de maio de 1912, Rodrigues Alves formou um secretariado que espelhava o acordo havido em torno de seu nome: Rafael Sampaio Vidal (Justiça) e Paulo de Moraes Barros (Agricultura) ex-dissidentes; os outros dois membros eram Altino Arantes, Interior e Joaquim Miguel, Fazenda.

Nas confabulações que se iniciaram em 1912 para a escolha do candidato à sucessão do Marechal Hermes, os paulistas tudo fizeram para impedir a candidatura de Pinheiro Machado. O político gaúcho vinha tendo um papel de destaque no governo do marechal e acreditava haver chegado, finalmente, a sua vez. Para bombardear essa candidatura, os paulistas se aproximaram dos mineiros procurando concertar um acordo que pusesse abaixo as pretensões de Pinheiro Machado. Os negociadores foram o paulista Cincinato Braga e o mineiro Bueno Brandão, que em Ouro Fino, firmaram o pacto que praticamente permitiria a rotatividade mineiros e paulistas na presidência da República, a partir de então.

O acordo resultou na candidatura do vice-presidente da República, o mineiro Venceslau Brás. Como de outras vezes, alguns políticos tentaram articular a candidatura de Rui Barbosa, fundando para isso o Partido Republicano Liberal. Esse partido teve efêmera duração, uma vez que em dezembro de 1913, Rui Barbosa desistiu de concorrer ao pleito.

Com a saúde fortemente abalada, Rodrigues Alves afastou-se do cargo em outubro, assumindo o governo, o vice Carlos Guimarães

A interinidade de Carlos Guimarães abria a possibilidade de que seu grupo viesse a comandar as negociações para a sucessão presidencial paulista. No entanto, Rodrigues Alves reassumiu suas funções em 4 de janeiro de 1915.

As notícias veiculadas por alguns jornais de São Paulo e do Rio a partir de maio, indicavam que eram visíveis as possibilidades de uma luta acirrada nos bastidores do PRP, em função da sucessão presidencial paulista. Comentava-se, inclusive, que o jornal "O Comercio de São Paulo" havia sido comprado por elementos ligados à família Rodrigues Alves para defender a candidatura de Altino Arantes.⁶

⁽⁶⁾ O Parafuso, nº 12, 15/5/1915 e nº 14, 29/5/1915.

A primeira manifestação do "Estado" com relação ao problema sucessório deu-se em virtude da publicação de um "suelto" no "Correio da Manhã" (RJ). Nele se afirmava que o Secretário da Justiça e Segurança Pública, Eloi Chaves havia arquitetado um plano para anular as pretensões dos ex-dissidentes e que, face a isso, Júlio Mesquita, que se encontrava descansando em sua fazenda em Louveira, viera para São Paulo para entender-se com seus amigos políticos.⁷ A informação divulgada pelo "Correio" foi confirmada, em parte, pelo "Estado" que ocupou-se do assunto numa coluna intitulada "Política Paulista". Nesta, "um amigo íntimo do dr. Julio Mesquita" informava que aquele chefe político fora procurado por pessoa muito bem informada que lhe dissera estarem preparando "uma tremenda tempestade" contra o seu grupo. A isso, Júlio Mesquita ponderara que ainda era cedo para tratar-se da sucessão presidencial paulista, visto que a última palavra cabia à convenção e muitos dos seus membros estavam no Rio de Janeiro e no interior; não via, por outro lado, motivos para um movimento contra os ex-dissidentes, pois durante a interinidade de Carlos Guimarães eles nada fizeram contra os outros grupos que pudesse justificar uma reação. Quanto à informação de que o movimento estava sendo chefiado por Eloi Chaves, o diretor do Estado" achava "ridículo" que uma só pessoa se achasse no direito de resolver "os mais sérios problemas políticos do Estado". Acrescentava, ainda, não encontrar motivos para que Eloi Chaves agisse dessa forma, pois nunca fora hostilizado por ele e seus companheiros.⁸

Nos primeiros dias de Julho, os jornais noticiavam que era um fato consumado a escolha de Rubião Junior, presidente do Banco do Comércio e Indústria, para candidato a sucessor de Rodrigues Alves. Inúmeras indicações de diretórios do interior chegavam nesse sentido. Tudo indicava que não haveria obstáculos a essa candidatura, pois seu nome tinha livre trânsito em todos os grupos.⁹

Rubião Júnior era um nome forte dentro do partido, razão pela qual a disputa deslocou-se para a vice-presidência. O grupo ligado ao presidente do Estado tinha notórias preferências por Altino Arantes, Secretário do Interior e muito amigo de Oscar Rodrigues Alves, oficial de

(7) O Estado de S. Paulo, edição noturna (Estadinho), 22/6/1915

(8) idem, 23/6/1915

(9) A Capital, 15/7/1915; As Novidades 12 e 27/8/1915; O Estado de S. Paulo, 4/12/1915.

gabinete da presidência. Seu nome, inclusive, havia circulado na imprensa como o preferido dos Campos Elísios para a presidência. A promoção de seu nome era feita por Jorge Tibiriçá, Eloi Chaves e Oscar Rodrigues Alves.¹⁰

Para Júlio Mesquita, Rubião não se conformava com as articulações pró-Altino, vendo nelas uma imposição de grupos que desejavam impedir a reeleição de Carlos Guimarães. Decidido a não aceitar um companheiro de chapa não escolhido por ele, dissera ao diretor do "Estado" que procuraria Rodrigues Alves para conversar sobre o assunto.¹¹

Em outubro, faltando apenas um mês para a realização da Convenção do PRP, Rubião Júnior faleceu repentinamente. Esse fato veio a agravar a crise interna por que passava o partido, uma vez que os ex-dissidentes não estavam dispostos a aceitar a indicação de Altino Arantes, que vinha ganhando força.

O "Estado" publicou uma conversa que seus repórteres tiveram com "um amigo do dr. Júlio Mesquita". Nessa conversa, o informante dizia estar muito satisfeito com a indicação do dr. Carlos Guimarães para substituir o falecido Rubião na diretoria do Banco Comércio e Indústria; falava da importância desse estabelecimento para a praça, acrescentando, ainda, que também fora lembrado o nome de dr. José Pereira de Queiroz, outro amigo do dr. Júlio. Concluindo, ressaltava que a hostilidade havida no seio do partido para com Júlio Mesquita e seus amigos não passava de "mera questão passageira de ciúmes e ambições assustadas" fato comum em muitos países e partidos "em épocas como esta."¹²

A Comissão Diretora do PRP, por iniciativa de Jorge Tibiriçá e Lacerda Franco e com a anuência dos demais, resolveu consultar o presidente do Estado sobre a questão sucessória. Investido dessa prerrogativa, Rodrigues Alves resolveu ouvir os nomes mais representativos do partido.¹³

Atuando como representante dos ex-dissidentes, o deputado federal Cincinato Braga deixou Lambari, onde se encontrava em

⁽¹⁰⁾ A Nação, 25/9/1915

⁽¹¹⁾ O Estado de S. Paulo, 4/12/1915

⁽¹²⁾ idem, 5/12/1915

⁽¹³⁾ idem, 23/10/1915

tratamento, vindo para São Paulo. Tão logo chegou, foi procurado pelo deputado federal Rodrigues Alves Filho, que colocou-o a par das consultas que fizera junto à bancada paulista, no Rio, a pedido do presidente. Dessas conversas chegara à conclusão que Altino era o preferido. Cincinato observou que se tratava de uma escolha "infeliz", pois não via em Altino, "títulos" que o recomendassem à presidência do Estado.

Convocado por Rodrigues Alves para uma conversa, Cincinato afirmou que os ex-dissidentes não aspiravam à presidência e que apoiariam qualquer nome que garantisse a coesão do partido; achava que o país atravessava um momento difícil em virtude de problemas econômicos e financeiros agravados pela guerra e de uma situação política tumultuada devido à morte de Pinheiro Machado.¹⁴ Para fazer frente a esses problemas era mister a união entre São Paulo e o governo federal. Achava Altino "politicamente fraco", e se o objetivo primeiro da escolha era a coesão do partido, esse nome não poderia prevalecer, pois fora levantado como arma de combate aos ex-dissidentes. Se confirmado Altino, esse grupo achava-se disposto "a retrair-se logo que o dr. Altino Arantes, investido das funções de presidente, subisse as escadas do palácio".

Rodrigues Alves respondeu que não achava tão grave a situação econômico-financeira da União e do Estado; concordava com a necessidade de coesão partidária e do estreitamento das relações entre São Paulo e o governo federal. Quanto às hostilidades mencionadas, achava que não passavam de fatos comuns a todos os partidos, não vendo motivo para receio por parte dos ex-dissidentes; confiassem na Convenção, pois mais uma vez ela "votaria bem".¹⁵

O presidente conversou também com Júlio Mesquita. O relato desse encontro feito pelo "Estado" deixa claro os ressentimentos desse grupo para com a preterição de nomes mais antigos e com maiores serviços ao partido, bem como sua inconformidade ante uma manobra que visava a afastá-los da presidência do Estado. Para Júlio Mesquita, as objeções a Altino diziam respeito à pouca idade; a ausência de grandes serviços prestados ao Estado; aos gastos excessivos que fizera em sua pasta; sua demasiada religiosidade e ligações com ala mais reacionária do

⁽¹⁴⁾ Pinheiro Machado foi assassinado no saguão do Hotel dos Estrangeiros (RJ), onde fora manter contato com Rubião Júnior, que lá se achava hospedado. (8/8/1915)

⁽¹⁵⁾ O Estado de S. Paulo.

clero paulista e, por fim, à sua incapacidade para conter a "onda de corrupção" que viria após o término da guerra, quando o "ouro americano, essencialmente corruptor" se extravasaria para a América do Sul, especialmente para São Paulo. Concluindo, deixou claro que os ex-dissidentes sabiam que o principal articulador daquela candidatura era o filho do presidente, Oscar, e caso ela vingasse, "a situação era irremediável".¹⁶

Após ouvir outros nomes, Rodrigues Alves enviou uma carta a Jorge Tibiriçá, presidente da comissão diretora do partido, na qual declinava da honra que lhe fora conferida e devolvia a responsabilidade pela solução do caso à Convenção, "máxima força política do Estado" Atitude sábia, não fora a insinuação, ao final da carta, de que Altino era o preferido:

"Dessas conferências, discretamente conduzidas, resultou, para mim a convicção de ser melhor para o partido republicano que a Convenção exerça, sem contraste, a sua função de examinar e escolher candidatos. Vários nomes foram lembrados então, dignos da alta investidura, parecendo-me que a maior soma das adesões recaía na pessoa de um dos meus ilustres secretários há pouco tempo indicado para um posto saliente no governo da República."¹⁷

Na verdade, a atitude de Rodrigues Alves não era inusitada. A interferência do executivo na lide sucessória sempre foi constante, tanto a nível federal como estadual. A dissidência de 1901 tivera como um de seus fatores a interferência de Campos Sales e Rodrigues na sucessão presidencial paulista, quando impuseram o nome de Bernardino de Campos, preterindo Cerqueira Cesar.

Alarmados com a possibilidade de uma nova cisão, os rodriguesalvistas tentaram negociar a vice-presidência e a distribuição de cargos no próximo governo. Não tiveram sucesso, pois os ex-dissidentes mantiveram-se irredutíveis.¹⁸

A convenção reuniu-se no salão do Congresso Estadual, em 7 de novembro de 1915. A direção dos trabalhos ficou a cargo de Albuquerque Lins. Pedindo a palavra, o Senador Adolfo Gordo propôs o

⁽¹⁶⁾ *idem*, 8/12/1915

⁽¹⁷⁾ O Estado de S. Paulo, 4/11/1915

⁽¹⁸⁾ *idem*, 13/12/1915

adiamento dos trabalhos da convenção por um prazo de quinze dias, período no qual tentar-se-ia chegar a um acordo. O deputado Carlos de Campos manifestou-se contra, ponderando que o adiamento era desnecessário, bastando para que "a paz reinasse nas fileiras do partido", que "os ex-dissidentes se convencessem da lealdade com que o dr. Rodrigues Alves inutilmente tentou resolver o grave problema". Adolfo Gordo contrapôs que a recusa ao adiamento seria encarada como "uma recusa de solidariedade política e pessoal ao modo pelo qual seus amigos sé conduziram" na crise do partido. Falando em seguida, Cincinato Braga utilizou todos os seus recursos oratórios para pintar com as cores mais escuras o quadro político, econômico e financeiro de São Paulo e da República, numa tentativa de mostrar que uma cisão no PRP traria conseqüências negativas para todo o país.

Os ex-dissidentes não lograram sucesso com seus argumentos sombrios; colocada em votação, a proposta de adiamento só obteve 21 votos favoráveis.

Derrotados, os ex-dissidentes retiraram-se do recinto, deixando de participar da escolha dos candidatos à sucessão presidencial. O resultado da Convenção só fez por confirmar a escolha que já havia sido feita previamente: Altino Arantes e Cândido Rodrigues.

No dia seguinte, os ex-dissidentes que ocupavam cargos de confiança no governo, pediram demissão.

O editorial do "Estado", de 19/12, analisou a situação rememorando fatos ligados à dissidência de 1901 e as dificuldades que o Partido Republicano Dissidente enfrentou para sobreviver em meio às fraudes e violências perpetradas pelo situacionismo no interior. À retirada dos ex-dissidentes do partido, seguiu-se o reingresso dos perrecistas, sob a liderança de Rodolfo Miranda, graças ao apoio que manifestaram à candidatura Altino

Após a posse de Altino Arantes, passaram a fazer parte da Comissão Diretora do PRP, Olavo Egídio de Souza Aranha e Rodolfo Miranda, substituindo os ex-dissidentes.¹⁹

Em 1918, nas eleições para a renovação da Câmara Federal, o PRP não apresentou lista completa de candidatos, à exceção do 4º distrito.

⁽¹⁹⁾ O Estado de S. Paulo, 8/11/1915

Reunidos em casa de Júlio Mesquita, os dissidentes decidiram lançar candidatos em todos os distritos: 1º - Cincinato Braga; 2º - Prudente de Moraes Filho; 3º - Rafael Sampaio Vidal e 4º - Júlio Mesquita. No manifesto publicado em 14/2, reportaram-se à cisão de 1915 explicando os motivos pelos quais não se organizaram em partido político. Salientaram, ainda, que suas candidaturas eram o reflexo de uma nova era em que "o povo brasileiro acorda da prolongada e funda prostração em que caíra, esquecendo-se de si, dos seus interesses e de suas instituições, das suas glórias e dos seus horizontes". Apesar do direito de voto ainda atrair muito poucas pessoas, as "classes movem-se e cuidam seriamente da sua defesa", e "a maioria dos moços de hoje - a República de amanhã - tão diversos dos de ontem, acodem à voz que os chama ao cumprimento dos mais rudes deveres".²⁰

Como primeira manifestação pública, o manifesto era fraco, perdendo-se em inúmeras frases de efeito e sem se aprofundar em temas como "República regenerada" e "paz social". Se o momento era de transição, nada mais oportuno do que a formulação de um programa que defendesse mudanças.²⁰

No ano seguinte, com a eleição de Washington Luís para a presidência do Estado, ensaiava-se a reconciliação, tendo o "Estado" visto com bons olhos o resultado das urnas.

"(...).

Pelas provas que já nos forneceu, das quais a mais recente se encontra na organização do seu secretariado, tem ele o direito de exigir de todos os homens de boa vontade, entre os quais nos consideramos alistados, uma perspectiva simpática. Da nossa parte não lha negamos. Não somos, nem nunca fomos oposicionistas sistemáticos. Espectadores atentos, mas imparciais, da ação dos governos, distribuimos a todos, sempre, invariavelmente, a justiça que merecem ou que acreditamos merecerem.²¹

A conciliação veio no ano seguinte. A 20 de janeiro de 1921, o "Correio Paulistano" publicava:

⁽²⁰⁾ idem, 14/2/1918

⁽²¹⁾ O Estado de S. Paulo, 1/5/1920

“Proseguindo no patriótico empenho de reunir e harmonizar em torno da grandeza dos interesses paulistas todas as correntes republicanas do Estado, a Comissão Diretora do Partido Republicano de São Paulo, em deliberação unânime, resolveu convidar para essa elevada e conjunta missão os elementos que desse partido dissentiram em 1915. Especialmente comissionados para isso, os srs Albuquerque Lins e Carlos de Campos desempenharam-se ontem dessa incumbência, por intermédio dos srs Cincinato Braga e Sampaio Vidal, que depois de ouvidos aqueles elementos da política estadual, por seus graduados representantes manifestaram a inteira e geral conformidade de todos a tão significativo congraçamento, levado a efeito com despreocupação completa, por parte desses elementos congraçados, no tocante a cargos ou posições de ação administrativa, parlamentar ou partidária.

(...).”²²

Apesar da conciliação, Júlio de Mesquita não mais retornou às lides partidárias. Já em 1906, fora voto vencido quanto ao congraçamento e, nesta ocasião, alguns de seus editoriais demonstram inequivocamente um certo cetismo quanto aos rumos da política nacional

"A situação é nitidamente revolucionária. Em parte alguma do mundo se achará outra definição para um transe semelhante ao que atravessamos. Segrega-se da regularidade das soluções tradicionais o país em que os governos incorrigíveis teimam no erro e no crime, e em que os povos cansados de deitar nas urnas votos inúteis, desistem do direito de votar. Na nossa desgraçada República, os governos, quase sem exceção, e o povo, quase em unanimidade, de há muito que se haviam fixado neste sistema anormal de viver - os governos contando com uma covardia eterna do povo, e este, simplesmente resignado, à espera da gota imprevista e providencial que, tombando, forçasse o inevitável extravasamento. A gota fatídica tombou, e o covarde transfigura-se (...). Quer dizer: - a revolução está declarada”²³.

Os anos vinte que se avizinhavam, viriam a demonstrar que o velho jornalista estava correto em seus prognósticos.

⁽²²⁾ idem, 20/1/1921

⁽²³⁾ O Estado de S. Paulo, 26/1/1919

ARTE SACRA POPULAR E O SANTEIRO NA IMAGINÁRIA PAULISTA

Regina Dragiça S. KALMAN

I - INTRODUÇÃO:

A imaginária brasileira tem um vasto campo a ser estudado, quando se refere à "arte popular", feita por santelros anônimos pelo Brasil afora, principalmente na área rural. A quantidade bastante numerosa de imagens feitas sem as proporções anatômicas dos cânones da arte erudita, com madonas descalças, rostos espantados, mãos grandes e acabamento rústico, não foi considerado importante por muito tempo.

Com o crescente interesse pelo folclore e arte popular, deu-se novo enfoque à imaginária popular, e alguns nomes começaram a se destacar, como Vitalino no Nordeste, Dito Pituba, em São Paulo, entre outros. Descobriu-se o artesanato do Vale do Paraíba, em São Paulo, o Vale de Jequitinhonha, em Minas Gerais, Caruarú, em Pernambuco e outros tantos locais de arte popular, antes deixados em segundo plano.

A importância do folclore cresce, à medida que instituições como a FUNARTE, o MEC e os próprios Estados onde ocorrem essas manifestações, tentam divulgar sua arte, incentivando-a e tentando protegê-la do fenômeno chamado "progresso".

O presente estudo, faz uma análise geral da imaginária popular paulista, pré-industrial, mais precisamente do Vale do Ribeira e do Paraíba, ambos no Estado de São Paulo. O exemplo mais significativo de santelro nesses locais é o nome de Dito Pituba, que foi "redescoberto" por

Eduardo Etzel, cujo estudo sobre o artista contribuiu para a preservação de boa parte de sua obra. Carlos Lemos tem também a preocupação de estudar a imaginária pré-industrial paulista.

Durante o período colonial, São Paulo ficou isolado no Planalto de Piratininga. As imagens que foram trazidas por Martin Afonso de Souza, com madonas gordas, sorridentes, com muitas vestimentas e de corpo cheio, foram substituídas com o tempo, por imagens feitas de forma rústica e desproporcional. A influência do indígena, mameluco e do jesuíta, que na maioria das vezes não era artista, fez surgirem imagens de madeira, barro e pedra que, apesar de imitarem as esculturas portuguesas, começaram a ter suas próprias características.

A famosa "paulistinha" feita em terracota ou madeira, é a imagem mais comum do interior paulista feita por santeiros populares, assim como os "Divinos" (pequenos pássaros de madeira feitos para enfeitar o mastro da bandeira do Divino).

São Paulo de Piratininga, não teve grande contribuição na imaginária pré-industrial brasileira, devido ao seu isolamento, mas as "paulistinhas" são tão importantes na arte popular, quanto as obras eruditas, em outros Estados.

II - ARTE SACRA POPULAR

No cenário brasileiro de artes plásticas, tem grande importância a arte sacra popular. Ela é feita por artistas populares, sem o eventual aprendizado das escolas de arte. É uma manifestação espontânea usando mais a intuição.

A designação de "popular" e "arte do povo", tem se diversificado nos conceitos dos folcloristas. No entanto, Eduardo Etzel considera "popular" como "do povo, próprio do povo", portanto, uma expressão sinônima de outra.

O historiador Arnald Hauser justifica a complexidade dessas definições - "como arte do povo designa-se a atividade poética, musical e plástica de estatos sociais carentes de ilustração e não pertencentes à população industrial e urbana. A essência desta arte reside em que seus

elementos participam dela não só como receptores, mas também como criadores, embora não se individualizem neste último sentido, nem pretendam ser reconhecidas as suas condições de autores. Com a denominação de arte popular, entendemos a produção artística ou pseudo-artística que responde às exigências de um público predominantemente urbano semi-ilustrado e tendente à massificação".¹

Para Etzel a expressão genérica "popular" significa estudo da arte sacra do povo, sem muita pretensão de classificar moldes de estudos sobre o folclore.

Nos oratórios particulares encontram-se mais imagens feitas por santeiros populares, do que imagens barrocas, ou vindas de Portugal, luxo permitido mais às igrejas ou aos poucos fazendeiros ricos, durante o período colonial.

As peças populares não têm atributos da época, nem seguem regras clássicas ou eruditas, pois o homem do povo, principalmente da zona rural, vivia mais pela fé, intuição e capacidade de trabalho ditada por seu meio.

A escultura popular, surgiu no Brasil, com a vinda dos missionários jesuítas, que ao lado dos índios e mamelucos, os influenciaram a fazerem imagens, como as dos altares feitas por escultores profissionais, ou numa tentativa de imitação das imagens vindas ao Brasil de Portugal, ou de Roma.

Conseguiram assim, com seu próprio sentimento escultório, reproduzir significativamente expressões feitas em madeira, pedra e barro. Datam dos primeiros tempos imagens rústicas que, nem sempre podem ser consideradas populares, pois os próprios jesuítas, "para suprirem as deficiências de suas capelas e altares e a fim de favorecerem o culto, esforçavam-se em realizar esculturas e pinturas, ainda que não fossem especialistas, valendo-se apenas de algumas habilidades manuais e espírito místico".² Datam dos primeiros tempos da catequese, muitas imagens feitas em madeira, porém mais em terra cota, devido ao seu material ser mais conhecido pelos índios.

(1) HAUSER, Arnald - Introdução a la História del Arte in E. Etzel Arte Sacra Popular Brasileira, pág. 27.

(2) MEIRELES, Cecília - As Artes Plásticas no Brasil, pág. 39.

III - O SANTEIRO E O SEU MEIO

O artista popular não teve o mesmo aprendizado como o artista erudito, não freqüentou nenhum curso, e não seguia nenhum cânone da época, considerado na moda da arte.

O santeiro é aquele que supria as deficiências na zona rural, com santos necessários para a fé do povo. Seu trabalho não era exposto em vitrines ou prateleiras. Normalmente as cidades ficavam muito distantes, e quem os procurava era a população das povoações e vilas ligadas aos núcleos, onde ele próprio morava.

O caboclo era muito tímido fora do seu meio, por isso na tranqüilidade do interior, seu instinto artístico e ingênuo criava obras simples, sem os cânones exigidos nos grandes centros. Daí seu trabalho ser revestido de unicidade, isto é, não era feito em série, como muitas imagens eruditas.

O caboclo tinha seu círculo de amizades fechado, vivia tranqüilo com seus conhecidos, compadres e parentes. Fora deste ambiente era um desarvorado, tímido e angustiado, perdido e ingênuo. Este era o quadro, até o começo do século, e nele se encaixava o santeiro.

Além do santeiro profissional, que vivia da criação de imagens ou de trabalhos afins (reformas de santos e preparo de ex-votos), existiam habitantes da roça, que faziam imagens para seu uso particular, e às vezes inclusive, pintadas, entre as quais, peças de grande beleza.

Os "Divinos" (pequenos pombos nos mastros das bandeiras, com o Divino Espírito Santo na maioria das vezes), e variações justamente feitas por essa população rural paulista, assim como os ex-votos no Nordeste. Essa arte era mais livre, e feita por pessoas que não sabiam esculpir imagens. Eram quase sempre, trabalhos rústicos, originais e ingênuos, com a interpretação das imagens por quem os fez.

Um pequeno número de trabalhos eram feitos de ossos e nó de pinho (madeira semelhante ao ébano, bastante dura), feitos por escravos negros, num sincretismo religioso, que mais tarde foi copiado pelos caboclos. Encontrava-se também no Vale do Paraíba, imitações de artistas africanos, com traços de seus antecessores.

A maioria dos santeiros eram anônimos, assim conhecem-se poucos artistas dessa arte da imaginária popular. Pelo estudo feito por Eduardo Etzel, foram revalorizados alguns santeiros do século XIX em São Paulo, como Dito Pituba, Juca Angélico e Dito Luzia. No século XX, nas três primeiras décadas, apareceu José Benedito da Cruz em Mogi das Cruzes, que além de imagens, pintou dez igrejas da roça, fez retábulos e oratórios, tudo num trabalho espontâneo e de muito talento.

As características do próprio trabalho popular, é a técnica de cada artista, com a sua intuição, sensibilidade, ingenuidade, tentando copiar imagens, de alguma gravura das igrejas, ou criando por si mesmo, sendo a unicidade a diferença principal entre o popular e erudito. As obras eruditas são às vezes repetidas, conforme os cânones da época. O santeiro é autêntico, auto-didata, portanto, suas peças são originais, onde sua personalidade e a influência do seu meio aliados à superstição, credo e à sua devoção religiosa, resultam em obras próprias, diferenciadas do trabalho erudito.

IV - CARACTERÍSTICAS DA IMAGINÁRIA POPULAR

As imagens populares, variam desde a tentativa de imitação das obras das igrejas, até a criação espontânea do santeiro. O material usado é o mais facilmente encontrado na região, sendo muito comum o uso do barro, pedra e madeira.

A maioria dos trabalhos são anônimos, pois a preocupação do homem do povo não é sua perpetuação, mas o trabalho em si, com poucas exceções. Em São Paulo no século XIX destacou-se o santeiro Dito Pituba.

Características da imaginária popular:

A originalidade, onde o artista pode criar conforme sua intuição, influência direta do seu meio cultural, com o misticismo do qual faz parte. Normalmente criava imagens rígidas, com misterioso silêncio, ou detalhes com ousadia num movimento dramático.

O mau acabamento era comum, pois seu desconhecimento das técnicas de acabamento, muitas vezes comprometia seu trabalho, por usar algum material que prejudicava o conjunto.

A desproporção das partes integrantes da imagem, é por vezes gritante. O corpo não seguia os cânones da imaginária erudita. Com o hábito de trabalhar na lavoura, o caboclo andava descalço e com mãos calejadas, e é justamente assim, que suas imagens aparecem na maioria das vezes: descalças e com mãos grandes. A cabeça era pequena ou grande demais para o corpo, e quase sempre corpulento, pois o físico forte, era o ideal para a divindade, e as vestes curtas. Enfim, uma desproporção do conjunto anatômico.

A unicidade das peças é outra característica da imaginária popular, devido ao artesão não ter freqüentado escola ou oficina de escultura, não conhecia regras. Seu trabalho é o reflexo de sua criação intuitiva e regional. Cada peça é um trabalho desvinculado do seu autor. Isso modifica a identificação do seu criador nos estudos do assunto.

A ausência de estilo, pois a imagem popular não pode ser classificada no tempo, e nem numa época. O caboclo não seguia a moda da vestimenta da zona urbana. Traduzia seu jeito simples e humilde, tanto na roupagem, como do seu meio.

A confusão iconográfica, resultante do pouco conhecimento da vida dos santos. A liberdade do santeiro nesse particular é encontrado em diversos trabalhos recolhidos por Eduardo Etzel e Carlos Lemos. Esses autores, ao fazer um estudo sobre o assunto, afirmam que a iconografia é diferente, mesmo na representação do mesmo santo, isto é, não seguem um padrão.

A arte sacra popular é o resultado da miscigenação racial do branco, negro e índio, além do sincretismo religioso. Por esse motivo ela é importante no estudo do folclore. Entender a simbologia das imagens é compreender a cultura, sociologia e antropologia de um povo, que não foi registrado em livros na época, por ter sido considerado popular e renegado a segundo plano.

O santeiro fazia o que lhe encomendavam, desde ex-votos, escultura, imagens, oratórios, ou mesmo conserto das imagens quebradas. O material usado era o mais facilmente encontrado. No entanto, o barro foi o mais utilizado, talvez por causa da influência indígena.

A madeira foi também muito usada, por causa da aculturação entre o branco e o negro. As vezes eram usados ossos, pedras e outros materiais regionais.

A falta de estilo dificulta o estudo da época em que foi feita a imagem popular, pois ela é própria de cada santeiro. No entanto, Etzel afirma que "foram certamente inspirados em imagens da época, sejam as rígidas do século XVII ou as barrocas do XVIII ou as do fim do século XIX, mas sempre filtradas pela personalidade e meio ambiente do caboclo, cuja vida não mudou até este século XX".³

Durante o período colonial, isto é, por quatro séculos o caboclo ficou na marginalidade da pobreza rural, passando por ciclos econômicos, como do açúcar, da pecuária, do ouro, do café, sem participar da riqueza, nem das facilidades que ela trazia, a alguns poucos privilegiados. Por isso, a arte barroca nada lhe dizia, nem sentimentalmente, nem como escola ou estilo.

O caboclo foi copiando os santos oficiais da época, mas sempre com características estáticas e misteriosas, necessárias aos místicos devotos, mais pelo seu simbolismo do que pela forma externa. A liberdade de sua escultura permitiu-lhe iniciativas que seriam imperdoáveis na arte erudita, como madonas com pés descalços e a mistura de iconografia de vários santos.

Os trabalhos da arte sacra popular é muito diversificada, pois, enquanto alguns santeiros faziam sua imaginária muito bem feita, com sensibilidade e aptidão, outros já a esculpiam de forma rústica. Muitas vezes, as peças foram perdidas no acabamento mal feito, com pinturas usando tinta grossa. No século XIX apareceu o uso da purpurina dourada ou prateada.

O problema da reencarnação, acontecia quando pintavam novamente um santo antes das comemorações a ele destinadas, em cima da pintura original. Era uma forma de limpar a igreja antes das festas. Muitas vezes era costume também lavar a imagem com sabão em córregos e depois era feita a repintura. As partes perdidas, como mãos, braços, detalhes, eram consertadas e pintadas novamente.

⁽³⁾ ETZEL, Eduardo - *Imagens Sacra Brasileira*, pág. 72

Isso é importante ser levado em conta, quando é examinada uma peça popular, que somente com uma restauração adequada poderá trazer seu aspecto original. A sujidade é outra característica dessa arte popular, visto que com o tempo, e a sua estada em casas particulares, onde se usava o fogão a lenha, normalmente traziam alguma modificação estética.

Ao se examinar uma peça popular, é preciso primeiramente identificar seu material, barro cozido, cru, pedra, osso, madeira (de lei ou branca), se é ocada ou maciça. Verificar se tem assinaturas ou datas que identifiquem melhor a peça e se houve repintura. A forma estática, desproporcional na anatomia, se há partes faltantes ou quebradas, também serão identificadas.

O valor de uma arte popular, é mais no seu aspecto cultural e das características escultóricas do santeiro que a elaborou, pois ela é o produto do seu meio sócio-cultural, muito diferente das obras eruditas. Ela é portanto, produto regional de onde surgiu.

V - IMAGINÁRIA PAULISTA

Durante o período colonial, São Paulo ficou no isolamento do planalto de Piratininga. A imaginária erudita baseou-se nas primeiras imagens trazidas por Martin Afonso de Souza, que eram gordas madonas, com muitas vestimentas, sorridentes e de corpo cheio. Foram elas que enfeitaram por muito tempo os altares das igrejas. O paulista era muito conservador, tanto na arquitetura, feita de taipa, influência do mameluco, e devido ao isolamento do povoado foram talvez, os responsáveis pelo aparecimento de muitos santeiros. A necessidade de imagens e a falta de hábeis mãos de artistas eruditas para fazê-las, fizeram com que muitos santeiros copiassem as primeiras imagens vindas de Portugal, reproduzidas em barro e madeira, em vários tamanhos, feitas durante os séculos XVIII e XIX.

O quadro de decadência e pobreza foi o panorama em São Paulo, até a vinda do ciclo do café. O aumento da população do Vale do Paraíba, contribuiu para o aparecimento da imaginária popular, pois o povo não podia adquirir santos vindos do Rio de Janeiro, como algumas famílias mais ricas faziam.

Nos séculos XVII e XVIII, muitas imagens vindas a São Paulo de outras regiões, eram de barro, material mais usado pelos primeiros habitantes dessa terra, os silvícolas. Assim, também os artistas eruditos usaram esse material, como por exemplo, Frei Agostinho da Piedade e Frei Agostinho de Jesus, na Bahia. As imagens feitas em São Paulo eram também de alta qualidade, seguindo os cânones⁴ da época, não tendo portanto ainda, um cunho regional.

No século XIX, começaram a aparecer de forma acentuada, em São Paulo, características próprias na imaginária como por exemplos os amuletos (pequenas imagens feitas de nó de pinho), os Divinos populares (imagens representando o Divino Espírito Santo em forma de pomba), as chamadas "paulistinhas" (imagens com aproximadamente de dez a quinze centímetros de altura). Nessa época a devoção à imagem de Nossa Senhora Aparecida cresceu, o que deu um grande impulso à imaginária da região.

O ciclo do café, e a difusão do culto à Aparecida, têm sido os grandes responsáveis pelo enriquecimento da arte sacra popular paulista, na segunda metade do século XIX no Vale do Paraíba.

Alguns santeiros aparecem em Sorocaba, devido à grande religiosidade e a divulgação dos milagres dos santinhos. A demanda maior era para os oratórios particulares das fazendas, e mesmo das casas das zonas urbanas. Assim, diversas oficinas modestas surgem no interior paulista, principalmente em Piedade, Ibiúna e Sorocaba, zonas colonizadas a partir dos séculos XVIII e XIX.

As características das imagens feitas nessas regiões eram: cabelos quase sempre iguais, rigidez da postura, posições eretas, com braços e pernas fazendo ângulos retos (nunca em posição de relaxamento ou descanso). O tratamento pictórico e a "encarnação" (pintura dos braços, rosto e pés), era muito variada parecendo que mais pessoas trabalharam nas mesmas peças, com mais de uma qualidade de tintas, como têmpera e óleo no acabamento, sem uma linha específica de estilo.

Grande número de imagens de Nossa Senhora Aparecida encontra-se em Atibaia, sendo bem feitas, de tamanho médio. As menores,

⁴ "Cânion" - é a relação da altura da cabeça com o total do corpo. Na escultura grega foi ao redor de 7,5 ou 8 cabeças para a altura do corpo, segundo a regra de POLICLETO. in Etzel, idem, pág. 71.

são menos bem elaboradas, sem douramento, como nas imagens maiores. Em Itapecirica da Serra, há muitas representações do Espírito Santo.

Com o ciclo do café, houve grande fluxo de escravo ao Vale do Paraíba que encontraram nos pinheiros (*araucária augustifolia*) e seus nós resinosos de madeira duríssima, parecido com o ébano africano. Assim, o sincretismo religioso, encontrou nesse material um meio de fazerem suas imagens-amuleto. Geralmente Santo Antonio e com menos pequenas Nossa Senhora Aparecida (equivalentes a Ogum e a Iemanjá), eram pequenos, de fabricação artesanal, com aproximadamente até quinze centímetros de altura, tinham aspectos exóticos e arcaicos. Algumas imagens eram usadas pendentas em cordel com orifício na face posterior.⁵

A presença do nó de pinho em São Paulo, foi utilizada culturalmente pelo negro escravo, o que não aconteceu mais ao sul do país, onde, mesmo tendo muito pinho, não havia muito braço escravo, o que também fez com que não aparecesse esse tipo de arte por lá.

1 - OS DIVINOS

Os "Divinos" têm sua origem na festa de Pentecostes, comemorado cinquenta dias depois da Páscoa, a descida do Espírito Santo sobre os apóstolos. Esse costume veio de Portugal, adotado no Brasil desde o início da colonização, com festas do Divino realizadas em junho, em muitas regiões, até hoje.

No Vale do Paraíba, no século XIX, com a extrema devoção ao Divino, aparecem imagens em todos os oratórios da região com representações muito variadas. "A rigor, o Divino deveria ser representado pelo pombo, o mensageiro divino do Espírito Santo".⁶

A festa do Divino têm importante papel no folclore do local, daí a sua importância cultural, além da imaginária relacionada, propriamente dita. A representação, que deveria ser do pombo, muitas vezes aparece como pássaro de forma alongada. As imagens eram feitas

⁽⁵⁾ Idem, idem, pág. 75

⁽⁶⁾ Idem, idem, pág. 84

pelos santeiros, e algumas vezes, por leigos, caboclos da roça que as esculpam, daí sua diversidade, quanto à forma.

O Divino é mais uma devoção popular do que em igrejas, assim tem o "Divino-de-Bandeira", usado no topo do mastro da Bandeira do Divino, para angariar donativo na roça, e os Divinos de oratório. Os Divinos-de-Bandeira eram cercados com uma coroa com muitos enfeites, e os de oratório eram apenas pássaros voando de asas abertas e não pousando sobre o globo terrestre.⁷

O tamanho variava desde cinco até vinte centímetros. O material usado era geralmente de madeira ou barro, tendo seu aspecto muito variado, pois cada santeiro os esculpia a seu modo, ou conforme a fauna, quando feito pelos cablocos religiosos, pois diversos pássaros eram usados como modelo. A arte do Divino era mais livre do que o dos santos.

"A decoração do Divino é variada: aparecendo, por exemplo, uma ave de cor branca e os olhos, bico e pés vermelhos. Às vezes aparece um colar de juriti, da rotinha fogo-apapou ou do sabiá-coleira. A cor ouro ou prata em purpurina é freqüente. De vez em quando um colar vermelho com coração vermelho. Normalmente encontra-se o Divino com marrom-escuro, devido à pátina da fuligem dos fumarentos casebres caboclos, que poucas vezes têm chaminé".⁸

2 - "PAULISTINHAS"

As chamadas "paulistinhas" aparecem a partir do século XVIII, são imagens de barro, geralmente de barro branco depois de cozido, variando de cinco a vinte e cinco centímetros de altura, predominando a média, entre doze e quinze centímetros. Tem duas características permanentes: as figuras estão sempre sobre um pedestal tronco-cônico ou tronco-piramidal e são furadas a partir da base, essas cavidades são sistematicamente e intencionalmente cônicas, a espessura do barro chega a ser de três a quatro milímetros, daí para cima, a grossura do barro aumenta e o furo vai diminuindo até zero no vértice do oco.

⁽⁷⁾ Idem, idem, pág. 85

⁽⁸⁾ Idem, idem, pág. 86

O aparecimento da "paulistinha" é desconhecido, sendo talvez imitações das imagens vindas de Portugal, desde os fins do século XVIII. Com a demanda da procura de santos, durante o ciclo do café, na região entre Rio de Janeiro e São Paulo, aparecem nos oratórios pobres, muitos santinhos, conhecidos como "paulistinhas", por serem encontrados somente nessas regiões. Alguns aparecem até nos altares de capelas e igrejas.

Entre os inúmeros santeiros do século XIX que faziam as "paulistinhas", encontra-se muitas vezes o nome de Dito Pituba.

A) - CARACTERÍSTICAS DA "PAULISTINHA"

Base: sua base na qual está assentada a imagem, com a qual faz corpo é uma peanha, na maioria das vezes octogonal, ou com menos faces, assimétrica e irregular, ou então arredondada. Nas imagens de Nossa Senhora aparece uma parte arredondada, simbolizando o globo e logo abaixo uma pequena base redonda em "saia", como acabamento.

As paulistinhas não tinham igualdade, pois cada santeiro criou ao seu modo, tanto o tamanho, como a largura, espessura e a base.

Tipos: há paulistinhas de vários tipos de padrão, técnica e confecção. Os primeiros foram bem confeccionados, que, ao longo de cem anos foram sendo copiados por diversos santeiros, os quais foram deixando sua imaginação e criatividade, ou mesmo falta de habilidade, modificar os primeiros modelos, acabando por aparecerem "paulistinhas" com grande diversificação quanto ao tamanho, aspecto e detalhes. Essas diferenças são importantes no estudo folclórico, no aspecto sócio-cultural e econômico que interferiram na imaginária do local.

Encontra-se paulistinhas de madeira, gesso ou principalmente de terracota. Muito encontradas em oratórios particulares, herança de gerações, ainda em alguns lugares estão conservados intactos.

Decoração: a policromia é muito variada. Em imagens mais antigas, encontra-se a pintura bem feita, com cores vivas e simples. Depois um número grande de santeiros apareceu e a decoração foi caindo em qualidade, principalmente no fim do século XIX.

B) - NOSSA SENHORA APARECIDA

Em 12 de outubro de 1717, foi encontrada por três pescadores que pescavam no rio Paraíba, no vale do mesmo nome, uma imagem de Nossa Senhora da Conceição e lhe atribuíram a sua grande pescada ocorrida depois de diversas tentativas, anteriormente feitas em vão, surgindo assim a lenda dos milagres em torno dela.

Era uma peça em terra cota, de aproximadamente 30 cm de altura, com a cabeça separada do corpo.

Devido às lendas de milagres em torno da imagem, foi crescendo a devoção à Nossa Senhora da Conceição, apelidada de Aparecida, por ter aparecido na rede dos pescadores que a acharam.

Era cada vez maior o número de romeiros que procuravam a capela feita em sua homenagem, na cidade de Guaratinguetá, hoje Aparecida.

Na segunda metade desse século, foi erguida na cidade de Aparecida, uma basílica à Santa, sendo o maior templo mariano do mundo, visitado inclusive, em 1980, pelo Papa João Paulo II. Na ocasião, o Chefe da Igreja Católica Apostólica Romana, abençoou a imagem de Nossa Senhora Aparecida, também chamada de Padroeira do Brasil e, foi decretado então feriado nacional o dia 12 de outubro, aniversário de encontro dessa imagem.

A crescente devoção à Nossa Senhora Aparecida, no século XIX, que recebeu um manto bordado e uma coroa de ouro da então, Princesa Isabel, aumentou consideravelmente o número de santeiros na região que faziam cópias de diversos tamanhos da Santa, geralmente em cor escura, solicitada assim, pelos seus numerosos devotos.

Entretanto, as gravuras trazidas da Europa pelo bispo D. Antonio Joaquim de Melo (1852-1861) em branco e preto, mostram a Santa com cútis branca, como é na realidade a fisionomia real da imagem.⁹ No entanto, embora muitas imagens fossem feitas por santeiros paulistas, com a cor branca, depois da Abolição dos escravos, a procura maior era da imagem com cor negra, como a encontrada

⁽⁹⁾ Idem, idem, pág. 95.

pelos pescadores, cuja pátina, por ter ficado muito tempo em baixo d'água, deixou a peça enegrecida.¹⁰

Nossa Senhora Aparecida começou a ser conhecida pela sua cor negra, o que ia muito ao encontro do povo tanto tempo subjugado, como foi o africano, que com a abolição puderam dar maior vasão à sua devoção a algum santo católico que os satisfizesse, não precisando, nesse caso, recorrer ao sincretismo religioso. Nossa Senhora Aparecida é Oxum (deusa das águas doces) na religião Umbanda (um misto entre o catolicismo e o candomblé).

O pólo religioso do Vale do Paraíba, fez crescer o número de santeiros no fabrico de imagens de madeira, principalmente de barro, durante o século XIX, criando a arte sacra popular, característica do Vale. Os mais conhecidos santeiros da época foram Dito Pituba e Boaventura dos Santos.

3 - DITO PITUBA, UM EXEMPLO NA IMAGINÁRIA DO VALE DO PARAÍBA

Diversos foram os santeiros anônimos do século XIX. Entre eles, um chamou atenção do pesquisador Eduardo Etzel: o nome de Dito Pituba.

O santeiro era um artista popular que não vivia divorciado do seu meio, ao contrário, representava o meio cultural no qual fazia parte. A dificuldade de registro de documentos dos autores de tantas imagens, deixa no anonimato inúmeros deles. Não era costume assinar a obra, nem na arte erudita, muito menos na popular.

Dito Pituba, ou Benedicto Amaro de Oliveira, nasceu e morreu em Santa Isabel (1848-1923). Foi um excelente santeiro, completo, pois além de imagens, fez oratórios. Suas imagens eram de madeira e barro. Seus oratórios encontram-se em Arujá, Jacareí, Igaratá, Mogi das Cruzes, Salesópolis, Perdões e Nazaré Paulista. Talvez essa distribuição tenha sido causada por migrações de Santa Isabel, no entanto isso vem a mostrar a aceitação do seu trabalho por muita gente.

⁽¹⁰⁾ KALMAN, Regina D. - "Nossa Senhora Aparecida: a devoção e a imagem", in D. O. Leitura, pág. 06.

Dito Pituba viveu justamente por ocasião da cultura cafeeira no Vale do Paraíba, quando veio uma população pobre e escrava à região. O movimento da população livre e marginalizada pelo Vale tem favorecido a demanda da procura de imagens simples.

Santa Isabel, a terra do santeiro, fica numa região montanhosa que, no século passado era de difícil acesso, um sertão montanhoso. Hoje conta com duas ruas paralelas, no vale perto do rio Mandiú, e, apesar do progresso e industrialização, e da presença da rodovia Presidente Dutra, conserva-se simples. A região é toda de montanhas, como nos municípios vizinhos Arujá, Nazaré, Mogi das Cruzes. Salvo as várzeas entremeadas, não há superfície plana nesses municípios.

Por ocasião do culto à Nossa Senhora Aparecida, cresceu o progresso do Vale juntamente com a cultura do café. Foi juntamente essa, uma das santas muito confeccionadas por Dito Pituba, surgindo o fenômeno "Dito Pituba", principalmente depois da Abolição. Seu trabalho abrangia, no entanto, diversos santos, todos com características próprias suas, ou seja, mãos e pés com dedos feitos em ângulo agudo, começava no dedo indicador (mãos) e ia diminuindo de forma retilínea ao mendo. Nos pés tinha as mesmas características.

No estudo feito sobre o santeiro, Eduardo Etzel reuniu inúmeras peças suas, sendo São Benedito, São Gonçalo, Santo Antonio, São Sebastião, São Brás, São Bento, São João, Nossa Senhora Aparecida, Santa Teresa, Santa Catarina, Santa Luzia, entre outros, além de alguns oratórios feitos e pintados por ele.

As imagens de Cristo são de diversos tamanhos, espalhados em igrejas e oratórios particulares. Hoje, existem obras suas mostradas em alguns museus paulistas.

VI - CONCLUSÃO

Embora São Paulo não tenha contribuído para a arte sacra erudita, como o fizeram Minas Gerais, Bahia, Rio de Janeiro e Goiás no período colonial, principalmente durante o ciclo do ouro, tem contribuído, no entanto, com a arte popular, com seus artesãos anônimos, homens simples do povo, auto-didatas, que deixaram características culturais e regionais no seu trabalho.

As "Paulistinhas", os Divinos e a cerâmica popular paulista são representações do santeiro, cuja importância sócio-cultural mostra a aculturação sofrida pela miscigenação de raças diversas que ocuparam a região: o índio, o branco português, o africano e depois, o imigrante europeu.

Atualmente, a cerâmica popular tem características próprias. O Vale do Paraíba é conhecido pelos seus presépios de terracota, devido a traços originais, ingênuos e cores vivas, trabalho de artesãos simples do povo. São estudados por instituições como a FUNARTE (Fundação Nacional de Arte e Defesa do Folclore Brasileiro) e são incentivados pela SUTACO (Superintendência do Trabalho Artesanal nas Comunidades em São Paulo).

Desde 1982 a SUTACO tem contribuído para que o artesão paulista tenha mais acesso ao consumidor, através de lojas e exposições de presépios. Com isso o artesão paulista tem tido um grande incentivo para o seu trabalho.

VII - BIBLIOGRAFIA

- ARAÚJO, Alceu Maynard - Cultura Popular Brasileira, Ed. Melhoramentos, São Paulo 1973.
- DAMANTE, Hélio - "Na aculturação, a origem do artesanato paulista" in jornal O Estado de São Paulo, São Paulo, 24/06/77.
- ETZEL, Eduardo - Arte Sacra Popular Brasileira, Ed. Melhoramentos/USP, São Paulo, 1975.
- ETZEL, Eduardo - Imagem Sacra Brasileira, Ed. Melhoramentos/USP, São Paulo, 1980.
- FERREIRA, João - "O espírito criador da Arte Brasileira", in Revista Cultura, Brasília, MEC n. 07, 1972.
- KALMAN, Regina D. - "Nossa Senhora Aparecida: a devoção e a imagem", in Diário Oficial "Leitura", São Paulo, ago/91.
- LEMOS, Carlos - "Notas sobre a imaginária popular, especialmente a paulista" in Revista do Instituto de Estudos Brasileiros, São Paulo, n. 09, 1970.
- MEIRELES, Cecília - As artes plásticas no Brasil - Artes Populares, Ed. Ouro, S/D, São Paulo.
- SILVA, Maria Augusta Machado da - "Ex-votos Brasileiros", in Revista Cultura Brasília, MEC, n. 02, 1971.

DE UMA PASTA DE VELHOS RECORTES

EUCLIDES, HISTORIADOR*

Almeida MAGALHÃES

Dentre as facetas do espírito multifário de Euclides da Cunha não é das menos brilhantes a do historiador. Talvez seja a dominante na integração do sociólogo.

O seu grande livro - além do panfleto que foi no bom sentido da palavra - é principalmente a narrativa e a interpretação do trágico episódio da história dos primeiros anos da República.

Outros escreveram também sobre Canudos e entre eles há os nomes de Aristides Milton, Dantas Barreto e Duque Estrada de Macedo Soares, autores de monografias especializadas e sistemáticas, mas a história da guerra quem a quiser conhecer há de dessedentar-se em "Os Sertões".

O geógrafo, o botânico, o climatologista, o zoólogo, o ecologista, em suma, ali aparecem ao lado do etnologista, a serviço do

(*) Francisco Teive de Almeida Magalhães (1893-1982), embora nascido no Rio de Janeiro, viveu em São Paulo a maior parte de sua vida, aqui se dedicando ao magistério e ao jornalismo. Orador fluente, professor de indiscutível capacidade didática, escritor eskorreito e objetivo, historiador sóbrio e criterioso, tornou-se uma das figuras de maior projeção na capital paulista. Pertenceu ao Instituto Histórico e Geográfico e, também, à Academia Mineira de Letras. Traço significativo de sua personalidade foi o "euclidianismo", que constituiu o tema de muitos de seus trabalhos, inclusive o que se reproduz nesta seção. Foi um dos diretores da "Casa Euclidiana", de São José do Rio Pardo, onde teve ensejo de desenvolver intenso trabalho em prol da memória do autor de "Os Sertões". O trabalho que aqui se transcreve e que figura em nossa "pasta de velhos recortes", foi publicado no "Correio Paulistano" de 23 de março de 1945.

historiador do drama da Troia sertaneja. É um historiador forrado de sociólogo, não há dúvida, mas historiador.

Foi Euclides, no Brasil, talvez, o escritor mais bem armado para fazer história. Sua cultura variada e densa erudição fariam dele o maior historiador nosso se lhe sobejasse tempo para compôr uma grande história do Brasil. Os capítulos que deixou possibilitam adivinhar o monumento de escultura da obra totalizada.

Os rumos preferidos não eram os comumente perlustrados pela nossa historiografia mais ocupada com o aspecto político que com o cultural e social. Mais presa ao litoral, aos grandes núcleos e cidades conhecidas, e esquecido bastante do “hinterland”, onde se processava e evoluía verdadeira civilização brasileira.

Euclides teve a vocação do historiador despertada quando, como reporter do jornal “O Estado de S. Paulo”, de Júlio Mesquita, se viu num cenário bruto e selvagem, virgem e desconhecido, onde se desenrolava o epílogo sangrento daquela “diátese social única” cujos pródromos, surgindo na Cabanada e na Balaiada, transformaram-se em manifestações alarmantes generalizadas na cangaceiragem para, afinal, culminarem, espetacularmente, em Canudos, nos sintomas que não deixaram margem a erros de diagnóstico. Esse diagnóstico quem o fez foi Euclides, expondo-o, justificando-o e defendendo-o em **Os Sertões**. A terapêutica decorria como conseqüência lógica e natural. E está também no grande livro.

Contrastes e Confrontos, coletânea de ensaios e escritos diversos de épocas diferentes, contam páginas onde o historiógrafo desponta com todas suas qualidades sempre versando matéria antes não cuidada por outrem ou apenas ferida superficialmente por alguns dos precursores das modernas tendências de escrever história.

Em **Peru versus Bolívia**, maciço de erudição, o escritor tem oportunidade de revelar outras indispensáveis virtudes de historiador. Nesse livro o que principalmente se nota é a capacidade de investigador, do homem que foi procurar o material de que se serve, nos arquivos, compulsando velhas monografias, relatórios e documentos.

Para escrever esse notável trabalho, teve Euclides de fazer-se rato dos depósitos de diplomas e papéis do Itamarati. Além disso houve que se atirar à leitura e à consulta de geógrafos, astrônomos, meteorologistas

e demarcadores de limites no século XVIII, espanhóis e portugueses. Foi preciso fazer-se autoridade na geografia e na história de três países americanos aos quais interessava a questão de limites que agora chegava ao auge, no conflito entre o Peru e a Bolívia, conflito que tanto interessava ao Brasil porque envolvia o destino do nosso território do Acre.

Oliveira Lima, pronunciando-se a propósito desse livro, escreveu sem exagero: “Sem pretensões a historiador, o sr. Euclides da Cunha, achou pois aí meio de fazer história da melhor, assim como, sem ser jurisperito, achou ocasião de revelar familiaridade com o direito das gentes, na sua forma mais progressiva como nos seus aspectos mais afastados. O merecimento maior de seu recente livro como memória diplomática e como alegação jurídica, reside contudo na sua vivacidade e no seu modernismo, na utilização das fontes tradicionais para a evocação palpitante de um passado a que se vão prender as raízes do litígio, e simultaneamente dos episódios recentes na história dos três países limítrofes em suas negociações sobre a extensão territorial ainda em discussão”.

O livro de Euclides, esse **Peru versus Bolívia**, interessou à América inteira, e durante muito tempo foi objeto de debates e polêmicas internacionais, que consagraram, no continente, o nome do autor como erudito na geografia, na história e nas questões diplomáticas.

Em **À Margem da História**, desde o título se depreende qual o assunto tratado pelo escritor. São páginas das melhores da historiografia nacional. O capítulo em que estuda, em admirável e perfeita visão panorâmica, todo o período que se estende da Independência à República, é modelo de síntese histórica, que Vicente Licínio Cardoso, aliás exageradamente, disse ser muito mais verdadeiro do que a grande obra de Joaquim Nabuco, abrangendo largo período do Segundo Reinado. Seriam algumas dezenas de páginas a valer mais do que os dois volumes de uma obra consagrada pela crítica e pela admiração nacional. Fica em todo caso a referência para salientar a opinião de um espírito esclarecido acerca da capacidade de Euclides da Cunha como historiador.

Manda, porém, a justiça que deixe aqui o testemunho de alguém que, durante quatro anos, conviveu com Euclides, com ele teve comércio literário, emprestando-lhe livros e tendo ocasião de ver quais

eram suas leituras, pelo menos a tempo em que esteve construindo a ponte de São José do Rio Pardo.

José Honório de Sylos, interrogado por mim - empenhado então em provar que o **Facundo** não inspirara a feitura de **Os Sertões** - sobre se Euclides, durante sua estada em São José do Rio Pardo, lia algum livro de Sarmiento, respondeu-me negativamente, declarando que o escritor consultava muito **Um Estadista do Império**, de Joaquim Nabuco.

Sempre julguei que aquela soberba síntese eucladiana não poderia ser feita sem a leitura de Nabuco. Foi o eminente historiador do Segundo Reinado quem facilitou a tarefa de Euclides. Sobre isto não há dúvida.

É possível, entretanto, que o trabalho deste seja “mais verdadeiro” que o do desbravador de seu caminho, mesmo porque na obra de Nabuco há muito de sentimento e de coração, biografia que é de seu notável progenitor. Em nada diminui o valor do ensaio histórico de Euclides o fato de ter sido composto com os subsídios de Nabuco, uma vez que o panorama debuxado é diferente, perfeito e euclidiano.

Demais, o forte em Euclides não é propriamente a história política e, sim, a outra, a cultural e social, e principalmente a história em função da geografia e da ecologia humana de que foi sem contestação o precursor entre nós, e que teria mais tarde um avançado continuador em Vicente Licínio Cardoso, notadamente quanto ao fator terra, “esqueleto dos organismos sociais”, a maior e mais harmoniosa descoberta sociológica do século passado, só atingida com sacrifício, depois de afirmações isoladas ou exageros prejudiciais sobre as raças, os climas e os alimentos humanos.

Depois de Euclides não é possível divorciar a história da geografia, sob pena de retrocesso à velha história invertebrada, história amorfa e desarticulada, história oficial e acadêmica do século transato, toda absorvida nos fastos heróicos, nos acontecimentos épicos, nas efemérides cívicas, e derramando-se em “nênias” a reis, chefes e magnatas, sem um olhar inteligente para o meio físico, para o teatro que condiciona fatos e homens e que é um dos fatores de sua razão de ser.

Euclides é um marco na evolução da historiografia brasileira.

TEXTOS

(Sugestões para seminários)

CARÁTER DA INDEPENDÊNCIA

(Euclides da Cunha)

Somos o único caso histórico de uma nacionalidade feita por uma teoria política. Vimos, de um salto, da homogeneidade da colônia para o regime constitucional; dos alvarás para as leis. E ao entrarmos de improviso na órbita dos nossos destinos, fizemo-lo com um único equilíbrio possível naquela quadra: o equilíbrio dinâmico entre a aspirações populares e as tradições dinásticas. Somente estas, mas tarde, permitiriam que entre os “exaltados”, utopistas avantajando-se demasiado para o futuro até entestarem com a República prematura, e os “reacionários” absolutistas em recuos excessivos para o passado, repontasse o influxo conservador dos “moderados”, ou liberais-monarquistas da Regência, o que equivalia à conciliação entre o Progresso e a Ordem, ainda não formulada em axioma pelo mais robusto pensador do século.

Destarte, a luta da Independência teve, no englobar de elementos destruidores e reconstrutores, o caráter positivo de uma revolução. E desenrolou-se com uma finalidade irresistível.

Mas o princípio foi esparso, dispartindo nos mesmos atos sem solidariedade, tão característicos da nossa história. As “Juntas Governativas”, que para logo se fundaram, constituíram-se em pequenos estados, e volviam ao aspecto exato dos tempos coloniais, numa espécie de decomposição espontânea. Algumas, como a de Pernambuco, ainda reassumindo a atitude batalhadora, tendo suplantado o elemento português na “Capitulação do Beberibe” (outubro de 1821), subtraíam-se do mesmo passo ao influxo dos governos do Rio e do Reino, revivendo o antigo

sonho da existência autônoma. Outras, as demais do norte, voltando a obedecer aos antigos dominadores, facilitaram o programa da recolonização.

Apenas quatro - Minas, São Paulo, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul - aceitaram desde logo o governo do príncipe, forrando-se igualmente à autonomia completa e à dependência colonial.

Nessa instabilidade de três situações contrapostas, é claro que o pensamento libertador, adstrito à contingência de captar o beneplácito preliminar dos agrupamentos de novos dissociados, tinha um destino duplo: confundiam-se, penetrando-se entrelaçados, o ideal da independência e da unidade nacional. Assim se traçou limpidamente, em que pese ao caráter de indeterminação que lhe davam três incógnitas envolvendo três soluções distintas, a equação fundamental de nossos destinos.

(Da Independência à República, em À margem da História: 237-238. Porto, Chardron, 1922)

*

AS MINORIAS RACIAIS NA DEMOCRACIA AMERICANA (Tocqueville)

Os homens espalhados no espaço americano não foram, como na Europa, outros tantos descendentes duma mesma família. Descobrem-se neles, à primeira vista, três raças naturalmente distintas, e quase poderia dizer inimigas. A educação, a lei, a origem, e até a forma exterior dos traços, levantaram entre eles uma barreira invencível; o destino juntou-os num mesmo solo, mas misturou-os, sem poder confundi-los, e cada um segue à parte o seu caminho.

Entre esses homens tão diversos, o primeiro que atrai os olhares, o primeiro em luz, em poder, em felicidade, é o homem branco, o europeu, o homem por excelência; abaixo dele aparecem o negro e o índio. Estas duas raças infelizes não têm de comum nem o nascimento,

nem a figura, nem a língua, nem os costumes; só as suas desgraças se assemelham. Ambas ocupam uma posição igualmente inferior no país que habitam; ambas sofrem os efeitos da tirania; e se as suas misérias são diferentes, podem todavia acusar os mesmos autores. Não se diria, ao ver o que se passa no mundo, que o europeu é para os homens das outras raças o que o próprio homem é para os animais? Fá-los servir para o seu uso, e, quando não pode domá-los, destrói-os...

O negro entra ao mesmo tempo na servidão e na vida. Que digo eu?, muitas vezes é comprado ainda no ventre da mãe, e começa, por assim dizer, a ser escravo antes de nascer... Se se torna livre, a independência parece-lhe muitas vezes então uma cadeia mais pesada do que a própria escravidão; pois, no decurso da sua existência, aprendeu a submeter-se a tudo, exceto à razão; e quando a razão se torna o seu único guia, ele não é capaz de reconhecer a sua voz. Assaltam-no mil necessidades novas, e faltam-lhe conhecimentos e a energia necessária para lhes resistir. As necessidades são senhores que é preciso combater, e ele não aprendeu senão a submeter-se e a obedecer. Chegou, portanto, a tal cúmulo de miséria, que a servidão o embrutece, e a liberdade lhe dá a morte.

Não é menor a influência exercida pela opressão sobre as raças índias, mas os efeitos são diferentes. Antes da chegada dos brancos ao Novo Mundo, os homens que habitavam a América do Norte viviam tranquilos nos bosques... Os europeus, depois de terem dispersado as tribos nos desertos longínquos, condenaram-nos a uma vida errante e vagabunda, cheia de inexprimíveis misérias... Contudo, os europeus não puderam transformar inteiramente o caráter dos índios, e, com o poder de destruí-los, nunca tiveram o de os civilizar e submeter.

O negro está colocado nos extremos limites da servidão; o índio nos extremos limites da liberdade. A escravidão não produz no primeiro efeitos mais funestos que a independência no segundo... O negro quereria confundir-se com o europeu, e não o pôde; o índio poderia até um certo ponto consegui-lo, mas desdenha tentá-lo. A servilidade de um entrega-o à escravidão, e o orgulho do outro à morte.

(Da Democracia na América, "apud" Gustavo de Freitas, *Novecentos textos de História*, III: 229-230. Lisboa, Plátano, 1976).

MEMÓRIA CAMPINEIRA

TEMPORADAS LÍRICAS

Benedito Barbosa PUPO

Inaugurado no decênio de final cinqüenta, século XIX, (Leopoldo Amaral registra o ano de 1847, enquanto outros assinalam o de 1850), o Teatro São Carlos foi considerado pelo viajante Zaluar como o melhor da província, abrigando, desde então, grandes conjuntos dramáticos, nacionais e portugueses, companhias líricas (a partir de 1875), ano em que se realizou em Campinas e primeira temporada do gênero que teve grande êxito, como narra o memorialista em seu livro **Campinas: recordações**: “As primeiras temporadas líricas aqui se deram no ano de 1875, pela Empresa Ferri, que contava em seu elenco, entre outras sopranos, as senhoras Emilia Pozzoli, Augusta Cortezzi, Hassani Saint-Clair e cantores Liberti, Signoretti, Lelmi, Balcena, Mirrandola, Trivero, Scolare e Pons”.

A realização dessa primeira temporada lírica no São Carlos teve grande êxito e público, como se comprova pelo tempo de duração da temporada, em cuja estréia foi cantada a ópera “Ernani”, de Verdi. Campinas tinha, na ocasião, a orquestra de Sant’Ana Gomes, que atuou nessa e em outras três óperas do grande compositor italiano (“Otelo”, “Traviata” e “Trovador”), duas de Donizetti (“Lucrécia Borgia” e “Lucia de Lammermor”) e a “Norma”, de Bellini, as quais foram repetidas para atender à procura do público. Essa auspiciosa temporada, de grande significação para a cultura campineira, realizou-se de 12 de janeiro a 28 de março de 1875.

Naquele mesmo ano em que Campinas teve seus primeiros espetáculos de ópera, outro elenco iniciava a segunda temporada lírica, a 9 de dezembro, terminando depois de três meses, a 28 de março de 1876. Valho-me do memorialista Leopoldo Amaral para informar aos leitores o repertório então apresentado: “Lucia de Lammermor”, de Donizetti; “O Barbeiro de Sevilha”, de Rossini; “Ernani”, “Traviata”, “Luiza Miller”, “Rigoletto” e “Baile de máscaras”, de Verdi; e mais duas óperas de Donizetti: “A Favorita” e “Poliuto”.

Campinas ouviu, ainda, no Teatro São Carlos, duas óperas em 1893, com orquestra de 70 professores, que, segundo narra Leopoldo Amaral, “com muita dificuldade se pôde acomodar no acanhadíssimo espaço de que se dispunha no Teatro São Carlos”. Na realidade, como podemos deduzir de depoimentos registrados na época, foi uma grande ousadia de Campinas trazer cantores e orquestra que integravam a Companhia Lírica Ferrari, da qual faziam parte nomes famosos como os de Tetrzini, Giudice Costa, Ferrani, Cremosini e Scott. Verdi, em “Falstaff”, novíssima naquele tempo, e “A Favorita”, de Donizetti, foram as óperas cantadas nos dois espetáculos realizados numa cidade de pouca população como era na época Campinas, ocasião em que aqui grassava epidemicamente a febre amarela desde 1889.

Após aqueles momentos difíceis por que passou no final do século passado, Campinas, no início deste, entrou numa fase de recuperação, renascendo das cinzas, como a Fênix lendária de seu brasão. Temos um exemplo desse renascimento da vida cultural de Campinas, focalizando o auspicioso do Natal de 1903, quando um fato de suma importância na vida artística da cidade marcou o nascimento de uma excelente obra de Coelho Neto, “A Pastoral”, aqui representada na véspera do Natal no Teatro São Carlos.

Faço estas considerações para mostrar o hiato havido na vida artística de Campinas, em consequência do colapso na programação de espetáculos aqui, e realizados no Cine Teatro Rink, Cine Teatro São Carlos e, a partir de 1930, no Teatro Municipal Carlos Gomes, inaugurado em 10 de setembro do citado 1930. Inaugurado com a ópera “O Guarani”, de Carlos Gomes, a temporada do novo espaço cultural (demolido por insegurança em 1965) prosseguiu com “O Barbeiro de Sevilha”, cantado por excelente elenco na qual figurava nossa consagrada Bidu Saião.

VULTOS DA HISTORIOGRAFIA BRASILEIRA

EUCLIDES DA CUNHA (1866-1909)

Para a caracterização de Euclides da Cunha como um dos vultos da historiografia brasileira bastaria o artigo de Almeida Magalhães apresentado na seção “De uma pasta de velhos recortes” do presente número. A ele, remetemos nossos leitores. Nesta nota procuraremos apenas alguns traços de sua vida e de sua obra, o que seria quase desnecessário visto ser Euclides sobejamente conhecido, um dos autores brasileiros sobre quem mais se tem escrito.

Nascido aos 20 de janeiro de 1866 numa fazenda do município de Cantagalo, na então província do Rio de Janeiro, teve toda a sua formação realizada na Capital do Império, diplomando-se engenheiro pela Escola Politécnica.

Suas atividades como engenheiro levaram-no a percorrer grande parte do Brasil, especialmente na Amazônia, resultando desse contato magníficos estudos, quase sempre pioneiros, sobre os recursos, as possibilidades e as condições de vida nessas extensas regiões do Brasil. Todavia, foi de uma incumbência que lhe atribuiu o jornal “O Estado de S. Paulo” de uma reportagem sobre o episódio de Canudos, nos sertões da Bahia, que resultou sua maior obra, a qual realmente o consagrou - **Os Sertões** - publicada pela primeira vez em 1902 e inúmeras vezes reeditada.

Mas, por importante que seja tal obra, e ninguém porá dúvida quanto a isto, é necessário, especialmente no caso de nossa publicação, ver em Euclides da Cunha não apenas o autor de **Os Sertões**, mas também o de inúmeras outros trabalhos menores, abordando temas significativos para a cultura brasileira, notadamente a história. Um deles tem

precisamente como título **À margem da História**, no qual se encontra um dos mais felizes estudos sobre o Império brasileiro e do qual extraímos a “seleta” que adiante se lerá. Lembremos, contudo, que esse ensaio, intitulado precisamente “Da Independência à República”, fora originalmente publicado no tomo 68 da Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro”, em 1906, e incorporado, para uma reedição, em **À margem da História**, de 1922.

Com diversos outros escritos “menores” de Euclides da Cunha aconteceu o mesmo, passando a incorporar volumes mais alentados, que constituem peças fundamentais da bibliografia brasileira. Citamos mais dois exemplos: **Contrastes e Confrontos**, edição original de 1907 e várias vezes reeditado e, mais recente, **Um Paraíso Perdido**, de 1976, cujo subtítulo explica o conteúdo: “Reunião de ensaios amazônicos”. E também **Peru versus Bolívia**, de 1907, resultou da reunião de oito artigos publicados no “Jornal do Comércio” em julho e agosto daquele mesmo ano.

Na bibliografia que complementarará esta nota o leitor encontrará, devidamente especificada, a produção euclidiana em volume.

Euclides da Cunha pertenceu à Academia Brasileira de Letras, na qual foi recebido por Sílvio Romero em sessão de 18 de dezembro de 1906. Tornou-se patrono de uma das cadeiras da Academia Paulista de Letras, que teve como primeiro titular Raul Soares de Moura e foi ocupada sucessivamente por Afonso de Taunay, Sérgio Buarque de Holanda, Tavares de Miranda e Oracy Nogueira, ocupando-a atualmente Esther de Figueiredo Ferraz.

A diversas cidades do Brasil Euclides da Cunha vinculou seu nome por trabalhos nelas realizados. Apraz-nos citar duas de São Paulo: Lorena e, especialmente, São José de Rio Pardo, onde residiu por vários anos, empenhado na tarefa de reconstrução de uma ponte sobre o rio Pardo. Nessa cidade, relacionou-se com Francisco Esobar, professor e intelectual de alto mérito, que muito colaborou com Euclides, auxiliando-o em suas pesquisas. Tradicionalmente, a cidade de São José do Rio Pardo considera-se o “berço de **Os Sertões**”, pois foi ali, pelo que se sabe, que o escritor começou a elaborar sua obra mais famosa. A cidade sempre foi fiel à sua memória, sendo mesmo a cidade brasileira que mais a cultua com eventos da mais variada natureza.

Não julgamos necessário, por demais conhecidos, recordar os tristes eventos que assinalaram seu trágico fim, a 15 de agosto de 1909.

*

BIBLIOGRAFIA DE EUCLIDES DA CUNHA

1. **Os Sertões: Campanha de Canudos.** Rio de Janeiro, Laemert, 1902. Numerosas reedições e ainda traduções para o francês, inglês, espanhol, alemão, italiano, holandês, dinamarquês, sueco e chinês.
2. **À Margem da História.** Porto, Chardron, 1909. Diversas reedições.
Contém: 1. Terra sem história (Impressões gerais; Rios em abandono; Um clima caluniado; Os caucheros; Judas Ashverus; Brasileiros; Transacreana). 2. Vários Estudos (Viação sul-americana; Martín Garcia; O primado do Pacífico). 3. Esboço de história política: Da Independência à República). 4. Estrelas indecifráveis.
3. **Contrastes e Confrontos.** Porto, Empresa Literária e Tipográfica Editora, 1907. Diversas reedições. A partir da 2ª edição, com estudo crítico de Araripe Junior.
Contém: Héreis e bandidos; O Marechal de Ferro; O Kaiser; A Arcádoa da Alemanha; A vida das estátuas; Anchieta; Garimpeiros, Uma comédia histórica; Plano de uma cruzada; A missão da Rússia; Transpondo o Himalaia; Conjeturas; Contrastes e Confrontos (que deu título ao volume); Conflito inevitável; Contra os caucheros; Entre o Madeira e o Javari; Solidariedade sul-americana; O ideal americano; Temores vãos; A esfinge; Fazedores de deserto; Entre as ruínas; Nativismo provisório; Ao longo de uma estrada; Civilização; Discurso de posse na Academia Brasileira de Letras.
4. **Castro Alves e seu tempo.** Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1907.
5. **Peru versus Bolívia.** Rio de Janeiro, Tip. do Jornal do Comércio, 1907. Segunda edição, com um estudo de Oliveira Lima (Rio de Janeiro, José Olympio, 1939, Col. "Documentos Brasileiros" v. 17). Reedição Cultrix, São Paulo, 1975 (em convênio com o Inst. Nac. do Livro). Esta última edição contém Introdução e notas de Rolando Morel Pinto.
6. **Um Paraíso Perdido: reunião de ensaios amazônicos.** Seleção e coordenação de Hildon Rocha; Intr. de Arthur Cézár Ferreira Reis. Petrópolis, Vozes, 1976 Coleção "Dimensões do Brasil, v. 1.
Contém: Primeira parte: Amazônia terra sem história (Impressões gerais; Rios em abandono; Um clima caluniado; Os caucheros; Judas Asvero; Brasileiros; A Transacreana; Contra os caucheros; Entre o Madeira e o Javari). Segunda parte: O rio Purus e outros estudos (Carta a Rio Branco; a Viagem; O rio Purus e seus afluentes; A corrente e as distâncias; O clima; A região e seus povoadores; A geografia real e a mitológica; As cabeceiras; Os "varadouros"; O povoamento: da foz às cabeceiras; A entrada dos peruanos; A navegabilidade; Uma entrevista; Entre os seringais; Fronteira

sul do Amazonas; O Inferno Verde; O tratado entre o Peru e o Brasil). Terceira parte: Cartas da Amazônia.

Este volume traz, além dos escritos de Euclides, várias “epígrafes” e estudos introdutórios assinados por Teodoro Sampaio, Alberto Torres, Roquette Pinto, Paulo Mercadante, Adonias Filho, Mário de Andrade, Frankin de Oliveira, Gilberto Freyre, Humberto de Campos, Castro Alves, Hildon Rocha, Francisco Venâncio Filho e excertos dos discursos proferidos na Academia Brasileira de Letras por ocasião da posse de Euclides, a 18 de dezembro de 1906.

Registre-se que, na coleção “Brasiliana”, encontram-se dois preciosos volumes de Francisco Venâncio Filho contendo correspondência de Euclides da Cunha (vols. 142 e 193 da referida coleção). O.N.M.

SELETA

O PAPEL DA REGÊNCIA

Euclides da CUNHA

O 7 de abril era inevitável. Tinha dez anos o embate entre as correntes monárquicas e democráticas e como a divergência das idéias atingisse a um “maximum” gravíssimo, impunha-se o domínio de uma delas.

Mas - embora o favorecessem todos os resultados de uma nação que abatera não só o princípio monárquico, como também, pelo caráter militar que assumira, o prestígio da autoridade civil - o liberalismo triunfante não foi levado às suas últimas conseqüências. Porque entre as forças adversas dos federalistas extremados e triunfantes (Partido Liberal Exaltado) e reacionários absolutistas (Partido Restaurador ou Caramuru), surgira, “tertius gaudet”, na luta que não compartira, fortalecido pela situação neutral entre aqueles rivais que se maniatavam, um outro, o Liberal Monarquista (partido moderado), que, conciliando as conquistas dos combatentes da véspera com as reservas da sociedade conservadora retraída, lhes repelira por igual as tendências exclusivas, evitando dois perigos extremos que se fronteavam: a República prematura e o Absolutismo revivente.

O papel da Regência, ponto culminante da nossa história política, instituiu-se, assim, como um ponderador das agitações nacionais: um volante regulando a potência revolta de tantas forças disparatadas. Compreenderam-no os homens extraordinários que ao assumirem naquele momento o governo “se temiam de si mesmos, do entusiasmo sagrado do

patriotismo e do próprio amor da liberdade”, que os armara. Nem careciam para isto de aquilinos lances de vistas.

Os perigos da situação não lhes demandavam a cogitação mais breve. Eram intuitivos. Assoberbavam-nos. Estadeavam-se, francos, impressionadoramente. E entre eles, pior do que uma didatura real, surgia a aspiração federalista, colimando o rompimento definitivo dos frágeis elos entre as províncias.

Um estrangeiro ilustre, Augusto de Saint-Hilaire, depois de caracterizar o estado revolto das repúblicas platinas, volvia naquela época o olhar para o Brasil, e apontava-lhe idêntico destino, se acaso fossem satisfeitos, pelo regime federal, os desejos de mando das patriarquias aristocráticas, que o retalhavam: “...que o brasileiros se acautelem contra a anarquia de uma multidão de tiranetes mais insuportáveis do que um déspota único”.

Ora, a missão da Regência consistiu em afastá-los.

Contrasta em tanta maneira com as revoltas anteriores, que o 7 de Abril passou em julgado, consoante a expressão de Teófilo Ottoni, como “une journée de dupes”: iludidos os Exaltados que o precipitaram, o exército que os amparou e a própria nação para quem a abdicação fora uma surpresa.

Mas o conceito é falso. Dos vitoriosos da véspera despontariam os três maiores homens do tempo, Evaristo da Veiga, Bernardo Pereira de Vasconcelos e o padre Diogo Antônio Feijó; e o general que chefiara o movimento, Francisco de Lima e Silva, seria membro imutável dos triunviratos, de 31 a 35.

O que houve foi o caso vulgar nas revoluções triunfantes: o radical, o agitador vermelho, extinta a sua função demolidora, fazia-se conservador no governo, e vibrava a autoridade recém-adquirida contra os que o haviam auxiliado a destruir a autoridade antiga.

Mudavam por coerência. Adivinhando a missão histórica do Império, Evaristo da Veiga salvou o princípio monárquico, identificado, então, com a unidade da pátria; prevendo a anarquia que esfacelaria o país, Feijó restaurou, por um milagre de energia incomparável, a autoridade civil.

Completam-se. São dois nomes que são dois índices de uma época inteira. Ambos apareciam sem linhagens no meio de nomes já tradicionais. O primeiro, vindo do fundo de uma tipografia modesta, constituiria o nosso primeiro modelo de um jornalista político, inflexível e cortês, nunca abdicando a altitude do pensar e do dizer no meio das mais tumultuárias controvérsias. O segundo, vindo de uma paróquia de São Paulo, dilatária em pouco tempo a sua individualidade, sobre a amplitude indefinida da pátria que se construía. Domina inteiramente o quadro. Recorda o herói providencial de Carlyle.

Ministro da Justiça na primeira Regência Permanente Trinta, sofreu rijamente todo o ímpeto da torrente revolucionária. O seu primeiro golpe foi contra os companheiros da véspera, suplantando (14 e 15 de julho) fortes levantamentos militares que estalaram no Rio. Foi um golpe fulminante. Reprimiu as desordens; dissolveu alguns batalhões indisciplinares; fragmentou os demais, destacando-os para as províncias. Nunca se vira autoridade deste tope. Ela golpeou de espanto o próprio governo, determinando a saída de alguns ministros assombrados e a entrada de Bernardo de Vasconcelos e Lino Coutinho.

Diogo Feijó prosseguiu, inflexível. Tendo-se apenas apercebido de estoicismo raro, que o levava intrêmulo às decisões mais arriscadas, criou a Guarda Nacional (18 de agosto de 1831) e com ela, logo depois (7 de outubro), reprimiu novo levante do corpo de infantaria da marinha, que foi por sua vez extinto, depois de severamente corrigido, sendo entregues os negócios da marinha a um lente da Academia Militar destinado a longa carreira, Rodrigues Torres, Visconde de Itaboraí.

Deste jeito, em poucos meses a anarquia emergente da indisciplina militar, dobrava-se jugulada sob as mãos inermes de um padre. E o governo pôde dedicar-se à organização administrativa, criando o Tesouro Nacional e tesourarias provinciais; sancionando e procurando aplicar, ainda que inutilmente, a primeira lei repressiva do tráfico (7 de novembro de 1831); e reorganizando as Escolas.

Edificava sobre o solo vibrante da revolução. O ano de 1832 antolhou-se-lhe referto de ameaças. Os três partidos que se enterreiravam nas câmaras tinham elementos que se contrabalançavam. Aos moderados, dirigidos por Evaristo, Vergueiro, Limpo de Abreu, Carneiro Leão e Paula Souza, contrapunham-se os exaltados de Pais de Andrade, de

Bernardo Pereira de Vasconcelos, dos Françaes, da Bahia, e de Miguel de Frias; enquanto o “Caramuru” enfeixava os nomes tradicionais de José Bonifácio, Paranaguá, Cairu e Martim Francisco, lastimavelmente aberrados da trajetória superior que tinham sido os primeiros a traçar, ao ponto de maquinarem a volta de D. Pedro I.

Na imprensa, o “Repúblico”, de Borges da Fonseca, e a “Aurora”, batiam-se sob ataques convergentes dos jornais federalistas (o “Exaltado”, a “Matroca” e a “Sentinela”, de Cipriano Barata), e reacionários (“O Caramuru”, “O Tempo” e o “Diário do Rio”).

E, fora destes dois campos, a Sociedade Federal, a Sociedade Militar, dos absolutistas, e a notável Sociedade Defensora, de Evaristo, onde se ensaiava a oratória imponente de Francisco de Sales Torres Homem, transmitiam, agravadas, ao povo, estas divergências insanáveis.

A 3 de abril rebentou novo motim, impellido por Miguel de Frias, liberal extremado: foi suplantado. Seguiu-se-lhe dias depois, um outro, desencadeado pelos absolutistas e dirigido por um alemão aventureiro, o conde von Bulow; foi completamente suplantado. O inflexível ministro da Justiça firmava definitivamente a ordem. De sorte que, a exemplo do ano anterior, os trabalhos do governo e das câmaras puderam traduzir-se em medidas fecundas, em que sobressaem: a sanção do novo Código do Processo Criminal, à luz das modificações profundas que o constitucionalismo imprimira na vetusta legislação portuguesa; a reforma das Ordenações; estabelecimento do juri; e o abandono de uma velharia colonial, a Casa da Suplicação.

Os poderes constituídos, galvanizados pelo ânimo inflexível de Feijó, atravessaram, afinal, mais firmes, todo o ano de 33, demasiando-se até em atos de energia inúteis e condenáveis: a destruição pela justiça sumária do empastelamento, da imprensa adversa; e, a 15 de dezembro, a prisão de José Bonifácio, suspenso do cargo de tutor da família dinástica.

Nesta, como nas repressões anteriores, o governo reagia simultaneamente contra os ideais extremos que entre si mesmos se repeliam.

O Partido Moderado preponderou por fim, incondicionalmente, desde 34. Pertence-lhe, inteira, a lei de 3 de agosto

daquele ano, o Ato Adicional. Aí há um transigir cauteloso com o liberalismo atenuado, senão com as próprias tendências federalistas: substituem-se os conselhos pelas Assembléias provinciais; suprime-se o Conselho de Estado e, como um minorativo a estas franquias, ou anódino consolo ao absolutismo suplantado, faz-se a concentração do governo na Regência uma e institue-se o Poder Moderador.

Uma proposta dos separatistas para que os presidentes das províncias se escolhessem numa lista triplíce das respectivas assembléias, caiu, impugnando-a Evaristo da Veiga, o grande inspirador dos moderados, que lhe lobrigara nas entrelinhas o fraccionamento do país.

Justificavam-no todos os fatos, além dos que ocorriam na capital. As revoltas nas províncias desatavam-se em datas, vinculadas em série: no Ceará (1831-1832), em Pernambuco (1832-1835), no Pará (1835-1837), na Bahia (1837-1838), no Maranhão (1838-1841) e abrangendo-as, somando-as a longa agitação no Rio Grande (1835-1845).

Debelada a primeira pela Regência Trina, as duas seguintes deparariam adversário mais tenaz.

Diogo Feijó, já então senador pelo Rio de Janeiro, fora eleito regente (12 de outubro de 1835). Mas parecia mudado. As lutas ferozes que compartira haviam-no tornado vacilante sobre o futuro. As cláusulas que impôs para aceitar o governo, uma das quais, a oitava, prevê a hipótese da secessão das províncias, mostram-no aperrado de desânimos. Compreendera, talvez, a enormidade do problema que se propunha atacar; e que os tumultos federalistas, os mais lógicos entre os que abalavam o país, tinham gênese inacessível, exigindo operação mais séria do que cargas de baionetas. Uma daquelas revoltas, a ferocíssima “Cabanagem”, do Pará, vencida pelo general Soares de Andréa, em 1836, dera um tipo novo à nossa história: o “cabano”. Simbolizava o repontar de questão mais séria, que passou despercebida à sua visão aguda e se destinava a permanecer na sombra até aos nossos dias.

Era o crescente desequilíbrio entre os homens do sertão e os do litoral. O raio civilizador refrangia na costa. Deixava na penumbra os planaltos. O massiço de um continente compacto e vasto talhava uma fisionomia dupla à nacionalidade nascente. Ainda quando se fundissem os grupos abeirados do mar, restariam, ameaçadores, afeitos às mais

diversas tradições, distanciando-se do nosso meio e do nosso tempo, aqueles rudes patricios perdidos no insulamento das chapadas. Ao “cabano”, se ajuntariam no correr do tempo o “balaio”, no Maranhão, o “chimango”, no Ceará, o “cangaceiro”, em Pernambuco, nomes diversos de uma diatese social única, que chegaria até hoje, projetando nos deslumbramentos da República a silhueta trágica do “jagunço”... Observe-se, contudo, de passagem, que não escapou de todo ao descortino excepcional de Feijó o meio preexcelente para quase remover-se esta fatalidade, em grande parte resultante de nossa amplitude e impenetrabilidade continental. Na lei de 31 de outubro de 1835, a primeira que ele promulgou ao assumir a Regência Una, traçam-se as primeiras linhas do nosso desenvolvimento econômico: autorizava-se a construção de uma estrada de ferro para ligar a capital do Império às províncias de Minas Gerais e São Paulo. Mas o belo pensamento administrativo avantajava-se demais à própria sociedade. Foi inviável. Ao grande homem ficou, porém, a glória de haver adivinhado esse antagonismo formidável do deserto e das distâncias, que ainda hoje tanto impede o pleno desdobramento da vida nacional.

Vencida a “Cabanada”, curou o regente da insurreição rio-grandense, dirigida por um campeador, Bento Gonçalves da Silva, com quem não desadorava ombrear um outro predestinado a maior fama, Giuseppe Garibaldi.

A ação do governo foi, entretanto, frouxa, permitindo que, apesar de aprisionado o primeiro em sangrentos combates de três dias (2, 3 e 4 de dezembro de 1836) se avantajassem os “farrapos”, sobranceiros ao revez, ao ponto de proclamarem, um mês depois daquele revez, a República de Piratinim, sendo eleito presidente o próprio general prisioneiro.

As vacilações governamentais favoreciam-nos. Bento Gonçalves, conseguindo evadir-se do Forte do Mar, na Bahia, dera-lhes novo alento; e o melhor chefe legalista, Bento Manoel, que notabilizara em 1818 na campanha contra Artigas, com ele se bandeou numa defecção lastimável.

Ao mesmo tempo, agravava-se nas câmaras a oposição liberal dirigida Bernardo de Vasconcelos, Araújo Lima e Rodrigues Torres, a que se aliavam dois grandes predestinados, Carneiro Leão e Paulino de

Souza. E para malignar as coisas, a morte de D. Pedro (1834), que se figurava circunstância favorável, destruindo de golpe as esperanças dos reacionários, ocasionara a aliança destes com a oposição parlamentar, criando-se o Partido “Conservador”, triunfante nas eleições daquele mesmo ano e maniatando de todo o governo.

Sombreava ainda mais o quadro uma situação financeira quase irremediável. A atividade incipiente do país, danada por esse intermitir de revoltas, e as suas precárias fontes de rendas exauridas pelas despesas feitas para as debelar, agravavam-se de ano a ano a dívida pública, sobretudo externa, cujos compromissos mal paliara a resolução legislativa (1833), que quebrara o padrão monetário em vigor desde os tempos coloniais.

Diogo Feijó, avaliando a situação, resolveu-a com a antiga retitude. Nomeou ministro do Império o seu principal adversário, o chefe oposicionista, Pedro de Araújo Lima; e no dia seguinte (19 de setembro de 1837) entregou-lhe o cargo da Regência, ultimando-se a missão histórica do Partido Moderado. Desaparecia nobremente e no momento oportuno. Nobilitara a lei; ressuscitara a autoridade; dignificara o governo. Diante de sua alma de romano, quebrara-se, amortecida, a vaga de uma Revolução. Ficava-lhe, adiante, um remanso: o segundo Império.

“Depois de 1836 a história política do Brasil se resume na luta dos dois partidos, o Conservador e o Liberal” (Barão do Rio Branco).

Mas desde logo, é claro o descambar do princípio democrático, até então predominante. A regência de Araújo Lima esboça a reação monárquica, favorecida inesperadamente pelos dois maiores paladinos das franquias liberais, Evaristo da Veiga e Bernardo Pereira de Vasconcelos. O último traçou com incomparável lucidez a sua nova atitude:

“Fui liberal, então a liberdade era nova no país e estava nas aspirações de todos, mas não nas leis, não nas idéias práticas; o poder era tudo; fui liberal. Hoje, porém, é diverso o aspecto da sociedade: os princípios democráticos tudo ganharam e muito comprometeram; a sociedade, que então corria risco pelo poder, corre agora risco pela desorganização e pela amarquia. Como então quis, quero hoje servi-la, e por isso sou regressista. Não sou trãnsfuga, não abandono a causa que

defendo no dia de seus perigos, de sua franqueza; deixo-a no dia em que tão seguro é o seu triunfo que até o excesso a compromete”.

Aí está todo o ementário da época. Não temos em toda a nossa vida política, em tão poucas linhas, programa tão vasto. Bernardo de Vasconcelos não se justificava; justificava a sua nacionalidade. Seria incoerente se não mudasse.

O grande homem, aprumando-se na encruzilhada a que chegara a fase preparatória da Regência, trancava a passagem para a República. O Império surgiria com a maioridade antecipada, e inconstitucional, feito anelo dos liberais de Antônio Carlos e conservadores de Paranaguá.

Foi o que ocorreu a 23 de julho de 1840.

A maioria do país estava em paz. Debelara-se na Bahia a “Sabinada” (1838) e a efêmera “República Bahiense”; e no Maranhão os “Balaios” fugiam diante de um general feliz, L. A. de Lima e Silva (Caxias), cuja espada seria a escora de um reinado. No sul, mau grado dois líderes iguais no destemor e no renome, separados depois por uma variação de cenário, David Canabarro e Giuseppe Garibaldi, os rebeldes recuavam ante a firmeza do general Soares de Andrea (Barão de Caçapava).

Decaiam as paixões. A própria imprensa abdicara de si o papel agitador, que monopolizara. Dois jornais, o “Brasil”, de Justiniano José da Rocha, e o “Maiorista”, de Sales Torres Homem, ambos bem escritos, frases limadas, sem o afogo e a sinceridade dos anteriores, bastavam às exigências políticas. Percebia-se a infiltração do artritismo monárquico no corpo fatigado do país. Vão surgir ainda algumas revoltas, as últimas. E nestas, nas de Minas e São Paulo (1842) sufocadas por Lima e Silva, nos combates de Santa Luzia e Venda Grande; na de Pernambuco (1848), o que se observa é apenas o desapontamento partidário. Não havia princípios políticos em jogo. A de Minas, por ex., determinaria o fato subalterno de uma reforma do código do processo. Os rebeldes timbram no conclamar a adesão ao trono. Batem-se saudando a realeza.

Imprimira-se uma inflexão na diretriz da nossa história. Era obrigatória. O nosso desenvolvimento social fora até ali quase nulo. A vida nacional ativera-se aos interesses absorventes da política.

A cultura literária, permanecera inapreciável. A filosófica papagueava no ecletismo massudo do Padre Mont’Alverne. Os talentos

que apareciam, resumamo-los em Araújo Porto Alegre, Gonçalves de Magalhães e Gonçalves Dias, tinham educação alienígena, através da preliminar obrigada de uma viagem à Europa, de onde nos vinham os únicos contingentes da ciência, emalados. Nas ciências, restringiamonos à figura solitária daquele notável Padre Custódio Alves Ferrão (1842) incompreendido e inútil nas salas desfreqüentadas do Museu Nacional incipiente.

Seguindo o exemplo de Saint-Hilaire, alguns eleitos saltavam, envoltos de indiferença geral, num ponto qualquer da costa, e iam descerrar as opulências de uma natureza sem par, imensa página da história natural que não sabíamos ler.

D'Orbigny segue para o Mato Grosso; Pedro Clausen (1841) para Minas; Helmreichen (1846) para a Bahia; Gardner, para o extremo norte; Pissis delinea o nosso primeiro mapa geológico; Castelnau (1843) afunda nos planaltos; e mais ilustre que todos, Lund, de seu retiro tranquilo da Lagoa Santa, principiara a abalar o mundo científico com a suas extraordinárias descobertas sobre o brasileiro pré-histórico.

Ninguém os percebia.

Sob o aspecto intelectual, reduzidos à literatura apressada dos jornais e às rimas de um e outro poeta de talento a errar pelas encostas da inspiração nacional que culminava nos "Suspiros poéticos", de Magalhães, estaríamos aquém da ditadura real; e sem magoar a história, poder-se-ia dar a D. João VI o título de Mecenas, se, desde 1838, a fundação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, sob a direção do marechal R. da Cunha Matos e cônego Januário Barbosa, não se erigisse como um centro de convergência das energias dispersas do nosso espírito. A simples lista de seus primeiros sócios, onde a par dos nomes estrangeiros, presuntuosamente decorativos, de Chateaubriand e de Humboldt, se destacam os de Marques Lisboa, Vasconcelos Drumond, Maciel Monteiro, Pedro de Angelis, Ladislau Monteiro Baena, paciente compilador das "Eras da Província do Pará", Visconde de São Leopoldo ("Anais da Província de São Pedro), Inácio Accioli ("Memórias históricas e políticas da Bahia"), Marquês de Maricá, Pedro de Alcântara Belegarde, Joaquim Caetano da Silva e um moço, Varnhagen, que seria mais tarde o Visconde de Porto Seguro - é por si só bastante expressiva no revelar uma

vivacidade espiritual amplamente generalizada. Mas aperreavam-na as desordens dispersas dos partidos.

Na própria ordem prática, as mais imperiosas medidas despontavam abortícias. A idéia de bater-se à distância e abreviar-se a enormidade da terra pelas linhas férreas, ressurgira em 1840, no privilégio concedido a um estrangeiro pertinaz, Thomas Cochrane. Mas o lúcido profissional agitou-se debalde no meio da sociedade desfalecida, até ao malogro completo de seu pensamento progressista.

Assim, a nossa evolução, por ser estritamente política, era problemática. Pelo menos ilusória. Estava numa minoria educada à européia. O resto jazia no ponto em que o largara a metrópole, obscuro e dúbio - amálgama proteiforme de brancos, pretos e amarelos, uns e outros prática e moralmente prejudicados pela escravidão crescente com o tráfico, que se não extinguiu.

De sorte que embora a Regência, com ser eletiva, exemplificasse a praticabilidade da República, foi providencial a atitude dos que lhe prorrogaram o advento. Seria, então, artificial e forçada. Contraviria à situação social. Esta, cindida de crises, viera desde a Constituição de 1824, impusera (permita-se-nos a antilogia) a liberdade, numa ascensão vertiginosa para que se não aparelhara.

O segundo Império foi uma parada. Digamos melhor: uma situação de equilíbrio.

(Da Independência à República, em À margem da História: 255-269. Terceira edição. Porto, Chardron, 1922).

UNIDADES UNIVERSITÁRIAS

I- INSTITUTOS

1. Instituto de Artes, Comunicações e Turismo
2. Instituto de Ciências Biológicas e Química
3. Instituto de Ciências Exatas
4. Instituto de Ciências Humanas
5. Instituto de Filosofia
6. Instituto de Informática
7. Instituto de Letras
8. Instituto de Psicologia
9. Instituto de Teologia e Ciências Religiosas

II- FACULDADES

1. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo
2. Faculdade de Biblioteconomia
3. Faculdade de Ciências Econômicas, Contábeis e Administrativas
4. Faculdade de Ciências Médicas
5. Faculdade de Ciências Tecnológicas
6. Faculdade de Direito
7. Faculdade de Educação
8. Faculdade de Educação Física
9. Faculdade de Enfermagem
10. Faculdade de Odontologia
11. Faculdade de Serviço Social

III- INSTITUIÇÕES COMPLEMENTARES

- a) Biblioteca Central
- b) Centro de Ensino
Colégio de Aplicação "Pio XII"
- c) Centro de Processamento de Dados
- d) Museu Universitário

Composição e Impressão:

Deptos. de Composição e Gráfica da PUC-Campinas

